



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**Lauro José de Assunção Rosa Cardoso**

**Redes e trajetórias transatlânticas de  
estudantes africanos e africanas  
na Unilab**

Salvador

2024

**Lauro José de Assunção Rosa Cardoso**

**Redes e trajetórias transatlânticas de  
estudantes africanos e africanas  
na Unilab**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientador: Guillermo Vega Sanabria

Salvador

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C268 Cardoso, Lauro José de Assunção Rosa  
Redes e trajetórias transatlânticas de estudantes africanos e africanas na Unilab / Lauro José de Assunção Rosa Cardoso. – 2024.  
124 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Vega Sanabria  
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2024.

1. Estudantes. 2. Estudantes africanos. 3. Redes sociais. 4. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). I. Sanabria, Guillermo Vega.  
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 344.08


---



*Universidade Federal da Bahia*  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)**


**ATA Nº 23**

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA), realizada em 20/03/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ANTROPOLOGIA no. 23, área de concentração Antropologia, do(a) candidato(a) LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO, de matrícula 2021110859, intitulada Redes e trajetórias transatlânticas de estudantes africanos e africanas na Unilab. Às 09:00 do citado dia, por videoconferência, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. GUILLERMO VEGA SANABRIA que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. MARCELO MOURA MELLO e Prof. Dr. HANDERSON JOSEPH. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente  
 **HANDERSON JOSEPH**  
Data: 31/03/2024 11:36:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Dr. HANDERSON JOSEPH, UFRGS**

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente  
 **MARCELO MOURA MELLO**  
Data: 31/03/2024 20:04:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Dr. MARCELO MOURA MELLO, UFBA**

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente  
 **GUILLERMO VEGA SANABRIA**  
Data: 30/03/2024 14:41:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dr. GUILLERMO VEGA SANABRIA, UFBA**

Presidente

Documento assinado digitalmente  
 **LAURO JOSE DE ASSUNCAO ROSA CARDOSO**  
Data: 31/03/2024 14:48:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO**

Mestrando(a)

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço à minha família, Aua Cassama e Okiri Cassama, Etelvina Assunção, José Cardoso e Miguel Cardoso pelas suas presenças espirituais, apoios incondicionais e por causa de uma ausência em termos físicos, que jamais impediu que os nossos laços afetivos e familiares esmorecessem. Em segundo lugar quero agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), pela oportunidade que me foi dada em aprender, ensinar e trocar conhecimentos, experiências, não apenas acadêmicas, como também saberes do cotidiano que vou carregar para a vida inteira, dentro de um programa importante, que funciona como uma casa inspiradora, que mesmo perante às mais variadas dificuldades, segue na sua resistência, persistência e valorização de todos aqueles e aquelas que acreditam na valorização da ciência, especialmente, a Antropologia na Bahia, no Brasil e além-fronteiras.

Agradeço ao meu orientador Guillermo Vega Sanabria pela paciência e compreensão em seguir firme nesta senda da investigação científica, sobretudo, no estudo sobre as redes e trânsitos de estudantes internacionais para o Brasil e pelos encorajamentos que contribuíram muito para a realização desta pesquisa. Também estendo os agradecimentos aos membros, tanto da qualificação, a professora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho como da banca examinadora, aos professores Handerson Joseph e Marcelo Moura Mello pelas suas críticas construtivas e sugestões que acrescentaram mais qualidade a esta pesquisa.

Por último estendo os agradecimentos aos demais interlocutores e interlocutoras que conheci durante a pesquisa de campo, colegas de turma, com destaque para Fernanda Pereira, amiga da Unicamp, que colaborou com a revisão técnica deste trabalho, e estudantes africanos/as que conheci no decorrer da minha trajetória em São Francisco do Conde e que contribuíram para a realização deste trabalho, tanto de forma presencial como remota, onde pude aprender muito ao longo desse processo.

## RESUMO

Essa pesquisa busca compreender as redes, as relações de afeto, conflito, amizade e parentesco que se estabelecem entre os/as estudantes africanos/as da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), *campus* dos Malês, no Brasil. Em particular, a pesquisa foca nos/nas estudantes que, a partir de 2014, vieram estudar no *campus* dos Malês na Bahia e como eles/as constroem as suas relações na condição de estudantes em território brasileiro. Esses estudantes provêm dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e da Comunidade de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Para a realização deste trabalho, foram realizadas conversas informais com os/as estudantes de origem africana da Unilab, levando em consideração os seus trânsitos e experiências em território brasileiro. Nesse sentido, foi possível observar que existem relações e redes transatlânticas, que conectam diferentes países e sociedades, envolvendo o processo de trânsito desses estudantes para o Brasil. Mas também, diferenças e conflitos existentes entre esses estudantes, provenientes de África, especialmente com os/as estudantes brasileiros/as e moradores franciscanos/as.

Palavras-chave: Estudantes africanos e africanas; Redes; *campus* dos Malês; Unilab.

## **ABSTRACT**

This research seeks to understand the networks, the relationships of affection, conflict, friendship and kinship that are established among African students at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (Unilab), Malês *campus*, in Brazil. In particular, the research focuses on the students who, from 2014 onwards, came to study at the Malês campus in Bahia and how they build their relationships as students in Brazilian territory. These students come from the Portuguese-speaking African countries (PALOP) and the Portuguese-speaking Community (CPLP), Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe. To carry out this work, informal conversations were held with students of African origin from Unilab, considering their transits and experiences in Brazilian territory. In this sense, it was possible to observe that there are transatlantic relations and networks, which connect different countries and societies. But also, differences and conflicts exist between these students, coming from Africa, especially with Brazilian students and Franciscan residents.

Keywords: African male and female students; Networks; Malês *campus*; Unilab.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1:** Dia da formatura da turma 2014.2, Unilab - *campus* dos Malês, São Francisco do Conde, Bahia.

**Figura 2:** Localização de São Francisco do Conde e distância até Salvador, Bahia.

**Figura 3:** O mapa do *campus* dos Malês.

**Figura 4:** O *campus* dos Malês na Baixa Fria, São Francisco do Conde, Bahia.

**Figura 5:** Mapa com destaque para África e os países da Comunidade de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

**Figura 6:** Mapa do Brasil e as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

**Figura 7:** Mapa da Bahia.

**Figura 8:** Mapa do Recôncavo da Bahia.

**Figura 9:** Inauguração do *campus* dos Malês em 2014.

**Figura 10:** Primeiros/as estudantes africanos/as (guineenses) do *campus* dos Malês.



## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Número e percentagem de estudantes ativos/as por curso no *campus* dos Malês em agosto de 2021.

**Tabela 2:** Número e percentagem de estudantes ativos/as por país de origem no *campus* dos Malês em agosto de 2021.

**Tabela 3:** Número e percentagem de estudantes ativos/as por país de origem e curso no *campus* dos Malês em agosto de 2021.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASEA:** Associação de estudantes e amigos de África
- BHU:** Bacharelado em Humanidades
- CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CFA:** Colônia Francesa de África
- CPF:** Cadastro de Pessoa Física
- CPLP:** Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano
- IES:** Instituto de Ensino Superior
- IHL:** Instituto de Humanidades e Letras
- IILP:** Instituto Internacional da Língua Portuguesa
- UFAB:** Universidade Federal África-Brasil
- UFBA:** Universidade Federal da Bahia
- UFRB:** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- UNICAMP:** Universidade Estadual de Campinas
- UNILA:** Universidade Federal da Integração Latino-Americana
- UNILAB:** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- PAIE:** Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros
- PALOP:** Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PDI:** Plano de Desenvolvimento Institucional
- PEC-G:** Programa de Estudante Convênio de Graduação
- PEC-PG:** Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação
- PME:** Programa de Moradia Estudantil
- PNUD:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPGA:** Programa de Pós-Graduação em Antropologia
- PSEE:** Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros
- PT:** Partido dos Trabalhadores
- REUNI:** Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais
- RG:** Registro Geral
- SAE:** Serviço de Apoio Estudantil da Unicamp
- SEPPIR:** Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

**SISU:** Sistema de Seleção Unificada

**TCC:** Trabalho de Conclusão do Curso

**TV:** Televisão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
Estrutura da dissertação .....	13
Relato de partida.....	17
Relato de chegada.....	22
<b>PRIMEIRA PARTE.</b>	
<b>PARTIR: VIAGENS, REDES E TRÂNSITOS .....</b>	<b>31</b>
Unilab .....	42
Um <i>campus</i> chamado Malês.....	51
Os países de origem dos/das estudantes .....	57
Brasil, que país é esse? .....	68
<b>SEGUNDA PARTE.</b>	
<b>CHEGAR: ENTRELAÇAMENTOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>72</b>
As entradas e o processo de acolhimento estudantil.....	78
Tornando-se negro/a .....	90
(Des) encontros na cidade.....	99
Novos caminhos .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

Figura 1: Dia da formatura da turma 2014.2, Unilab - *campus* dos Malês, São Francisco do Conde, Bahia.



Fonte: página do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>1</sup>.

O trânsito de estudantes procedentes do continente africano em direção ao Brasil, com o intuito de estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialmente no *campus* dos Malês, é marcado por um processo de internacionalização do ensino superior brasileiro. Igualmente há, para além disto, um movimento pautado pelo estabelecimento de redes de relações de amizade, parentesco, solidariedade e, também, conflitos e tensões vivenciadas por esses estudantes em território brasileiro.

Na foto é possível ver uma jovem-mãe estudante guineense, vestida com uma beca durante a formatura, o que simboliza o cumprimento de uma das fases cruciais na formação acadêmica e universitária de um/a estudante. Mas ela não se encontra sozinha na foto. Ao seu lado, tem mais dois estudantes, uma anteriormente formada na Unilab e o outro, quando a fotografia foi captada, ainda no caminho de se formar. Ambos possuem uma relação de parentesco e familiaridade com a recém-formada; o primeiro, na época, como pai e companheiro dela e a segunda enquanto madrinha e amiga, tanto

---

<sup>1</sup> Cf: < <https://pt.org.br/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-nas-universidades-publicas-do-brasil/> >. Último acesso em 19 de novembro de 2022.

da formatura como do filho que estava nos braços do então patrono da formatura: o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Essa formatura ocorreu em 18 de agosto de 2017 e eu estive presente enquanto recém-formando, pois também me graduei no Bacharelado em Humanidades (BHU) nesse dia. Foi uma cerimônia marcada pela presença do presidente do Brasil, Lula da Silva, que aconteceu na quadra da Unilab, *campus* dos Malês. Tanto a quadra como a parte externa do *campus* estava repleta de pessoas, desde a diretoria, passando pela coordenação, os/as docentes, os/as estudantes, os/as formandos/as, os/as convidados/as para a formatura e, sobretudo, moradores/as brasileiros/as da cidade de São Francisco do Conde (a maioria presente na área externa do *campus*). O fato é que muitas das pessoas presentes estavam ali na expectativa para ver e ouvir o discurso de Lula.

Na história desta universidade, esta foi a segunda turma do *campus* dos Malês a formar-se, composta por estudantes provenientes do Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Na época não se formara nenhum/a estudante proveniente de Angola, pois nenhum/a deles/as estava cotado/a para se formar nesse período. Até o momento, certamente, esta foi a formatura que teve mais repercussão midiática e que deu mais visibilidade para esta instituição - na época com três anos de idade - apadrinhada por uma figura pública cuja ação política contribuiu para a criação e a inauguração da Unilab.

### **Estrutura da dissertação**

Este trabalho surge com base nas interlocuções orais, escritas e observações que foram produzidas, ao longo da minha experiência enquanto estudante são-tomense e africano na Unilab, *campus* dos Malês, de 2015 a 2020. Passado esse tempo, já na condição de egresso, continuei morando em São Francisco do Conde, onde fiz parte da rede de relações e convivências com os/as estudantes africanos/as e brasileiros/as, até março de 2022. De certa forma, estas condições colocaram-me numa posição privilegiada para a realização desta pesquisa, mas, ao mesmo tempo, complicada, pois precisei fazer um exercício de desnaturalização e estranhamento do/no campo.

Esse processo de desnaturalização surge neste trabalho como um modo de olhar para o campo, os interlocutores, as redes de relações e, em certa medida, para mim mesmo, sob uma perspectiva antropológica, mas sem perder a noção de que as minhas próprias experiências também são fundamentais nesse processo de “estranhar o olhar”

em campo. A partir daí fui produzindo a pesquisa e a escrita da dissertação, sobretudo, por meio de “conversas informais”, observações diretas e trocas de relatos escritos com alguns/umas amigos/as e pessoas próximas também estudantes e egressos/as, que, nesse percurso, se tornaram meus interlocutores.

Cabe dizer que, essas “conversas informais” tiveram uma abordagem, em certa medida, formal, porque eu sempre deixei bem evidente que, tais conversas faziam parte de uma pesquisa antropológica. Foi por meio dessas “conversas informais” que fui estabelecendo diálogos, cujas informações foram revelando-se instrumentos analíticos importantes para a construção desta dissertação. Complementarmente, faço uma reflexão sobre meu próprio trabalho, baseando nas contribuições de Vega Sanabria (2023)<sup>2</sup>, a respeito de “algumas ideias encantadas”, “românticas” e “romantizadas” na pesquisa antropológica.

A partir das suas próprias experiências de pesquisa, Vega Sanabria (2023) aborda certas ideias percebidas enquanto “premissas da pesquisa em antropologia” que são desafiadas e problematizadas ao longo da realização do trabalho de campo. Por exemplo, premissas sobre a empatia, o engajamento, a utilidade (prática) da pesquisa, as relações de poder, a crença exagerada na fala ou na pesquisa sempre bem-sucedida.

No decorrer da realização desta pesquisa, também precisei questionar muitas das ideias “encantadas” e “românticas” que tinha acerca do meu trabalho. Uma delas era a perspectiva de que teria “facilidades” em campo, pelo fato de me encontrar como morador na cidade de São Francisco do Conde e estudante egresso do *campus* dos Malês. Esse exercício de “desencantamento” ajudou-me a questionar minha suposição de que detinha um “grande conhecimento” do campo, como se fosse “as palmas das minhas mãos”. O processo de interrogação e revisão das minhas ideias naturalizadas e preconcebidas sobre o assunto em voga foram fundamentais para a elaboração desta dissertação.

Outra ideia que foi necessário examinar criticamente foi uma certa “fixação” no uso de entrevistas enquanto recurso metodológico, pois, no começo da pesquisa, acreditava que esta seria uma forma mais interessante de ser “bem-sucedido” no campo. Porém, no decorrer das interlocuções com o meu orientador e das minhas próprias inserções em campo, fui verificando que a perspectiva de observar “mais o que os

---

<sup>2</sup> VEGA SANABRIA, Guillermo. De ideias encantadas sobre a pesquisa em antropologia. In: Rodrigo Toniol; Soraya Fleischer. (Org.). *E quando a limonada antropológica azeda?* 1ª. ed. Porto Alegre: Zouk, 2023, v. 1, p. 21-41.

interlocutores fazem do que dizem”, traria mais elementos de análise e, por isso, acabei optando por não realizar entrevistas e focar melhor nas “conversas informais” e trocas de relatos e textos, incluindo trechos desta dissertação.

No decorrer deste trabalho, também fui provocado pelo meu orientador a escrever um relato escrito sobre a minha própria chegada ao Brasil. A partir disso, senti-me mais confiante em dar seguimento à pesquisa, pois, foi por meio deste exercício de escrita que consegui trazer vários elementos cruciais. Por exemplo, a importância dos documentos de identificação, as redes de relações e os trânsitos. Isto me permitiu refletir sobre o meu tema de pesquisa e, também, observar com mais atenção para as experiências dos/das demais estudantes africanos/as, que tal como eu, passaram por um processo de trânsito e mudança para o território brasileiro.

Nesse processo de escrita, me dei conta que também poderia escrever um relato sobre a minha partida de São Tomé e Príncipe, perspectivando um efeito similar ao do primeiro relato. Assim sendo, com base nesses dois relatos, consegui realizar “trocas de relatos escritos” com meus interlocutores, igualmente na condição de estudantes do *campus* dos Malês. Essa troca consistiu na sugestão da leitura dos meus próprios relatos por parte dos interlocutores, e conseqüentemente, caso quisessem, sugeri que me enviassem por escrito os seus relatos também.

Nesse intento, consegui obter quatro relatos e também consegui estabelecer conversas com sete estudantes mulheres e 13 homens (20 no total). Porém, a maioria dos 20 interlocutores aos que enviei meus relatos optou por fazer uma leitura e devolutiva dos mesmos, tanto em forma de comentários sobre o que escrevi neles, como em forma de fichamento e também por meio de conversas, seja pessoalmente, como via WhatsApp. As conversas realizadas, presencialmente, aconteceram em espaços como as praças situadas no bairro Baixa Fria na cidade de São Francisco do Conde, a orla que se situa no centro da cidade e também em algumas momentos de confraternização nas casas de alguns estudantes. No que diz respeito à escolha dos interlocutores, fi-lo levando em consideração, especialmente, a diversidade de nacionalidades, de gênero e de entradas ou turmas.

Nesta senda, o trabalho está estruturado em duas partes. A primeira parte tem como foco as redes de relações e os trânsitos que são realizados pelos/pelas estudantes africanos/as quando partem ou saem dos seus países de origem. Nela, levo em consideração os movimentos, as experiências e as transformações realizadas a partir do momento em que esses/essas estudantes - nos quais me incluo - viajam dos seus países



de origem para chegar ao Brasil, iniciando desta forma as suas redes de relações, por exemplo, com os moradores da cidade de São Francisco do Conde e com a Unilab, *campus* dos Malês.

Também é nesta parte que trago informações sobre a Unilab, dando mais ênfase ao *campus* dos Malês e à cidade de São Francisco do Conde, no sentido de apresentar as conexões que existem entre esta instituição universitária, a cidade, a vida social e os países de origem dos/das estudantes africanos/as. Além disso, apresento mapas e imagens que situam, geograficamente, o *campus* dos Malês, o estado da Bahia, a região do Recôncavo da Bahia e o Brasil, sem perder de vista, o próprio continente africano e os Palop. Desta forma, que os/as leitores/as desta dissertação possam ter uma maior proximidade e familiaridade com os lugares de que trato aqui.

Ainda na primeira parte, faço um debate em torno de categorias como “diáspora”, “estado”, “nação”, “globalização” e “comunidade imaginada”, para refletir sobre as redes de relações e os trânsitos que os/as estudantes africanos/as estabelecem entre diferentes continentes e países, mas estando presentes no território brasileiro. Nesse sentido, antropologicamente, é importante se interrogar pela forma como essas categorias são ou não mobilizadas pelos/pelas estudantes e perceber como elas se fazem presentes nas suas vidas e nas suas relações sociais.

Na segunda parte, o foco está no processo de chegada dos/das estudantes africanos/as na Unilab, *campus* dos Malês e na cidade de São Francisco do Conde. Aqui são relevantes temas como o acolhimento estudantil realizado pela universidade, a racialização que esses estudantes constroem em território brasileiro, as redes de relações estabelecidas dentro da universidade e na cidade e, também, os circuitos e trânsitos construídos por esses estudantes no Brasil e, transatlanticamente.

Nesta segunda parte da dissertação, os dados etnográficos, as interlocuções e as anotações de campo surgem com mais evidência. A partir dessas observações e análises, torna-se possível compreender o modo como as redes de relações e trânsitos são experienciadas pelos/pelas estudantes africanos/as, quando chegam em São Francisco do Conde e na Unilab. Considerando também, os conflitos que advieram desse processo de chegada, como por exemplo, o estranhamento e o preconceito dos moradores franciscanos/as em relação aos estudantes africanos/as e vice-versa. Do mesmo modo como essas reflexões abrem portas para observar os circuitos e os movimentos que esses estudantes têm feito, numa vida pós-Unilab e para além do estado da Bahia.

No bojo das experiências desses estudantes no território brasileiro é importante reconhecer que também existe a Unilab enquanto projeto político, institucional e ideológico, marcado por dinâmicas internacionais, interioranas e interestaduais. São esses os focos que esta pesquisa antropológica pretende compreender e descrever, através do modo como esses/essas estudantes africanos/as vivem, transitam, produzem e experienciam as suas redes e trajetórias, dentro de um *devoir* e uma lógica simultaneamente particular, global e transatlântica.

### **Relato de partida**

Não sei, exatamente, por onde começar este relato. Se começo com o momento em que fui selecionado pela Unilab e vim estudar no Brasil; se começo com o momento em que fiz a prova de admissão para estudar nessa universidade, numa das salas do consulado brasileiro em São Tomé e Príncipe (STP)<sup>3</sup> no ano 2014; se começo com o momento em que estava - no dia 27 de janeiro de 2015 - apressadamente descendo as escadas da minha casa na cidade de São Tomé, rumo ao único aeroporto internacional desse arquipélago. Na verdade, foram muitos os momentos que defino como “começos” da minha partida de STP e da viagem para o Brasil.

Eu nunca tinha viajado de avião. Aquela foi a minha primeira experiência e estava muito ansioso. Foram inúmeras as noites e os dias nos quais sonhava com viagens de avião, pois sempre quis experienciar essa sensação. Até porque na minha família e no meu circuito social, muitos foram os tios, as tias, as primas, o pai, a mãe, os primos, os/as conhecidos/as, os/as amigo/as e colegas que passaram por esse processo de partida do país, seja por motivos de estudos ou de trabalho. Em todo o caso, sempre pautados pela ideia de busca por melhores condições de vida em países como Portugal, Espanha, Cuba, Macau, Inglaterra, Rússia, China, Marrocos, Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, EUA e Brasil. De certa forma é bastante comum que, numa determinada fase das suas vidas, muitos/as são-tomenses e pessoas oriundas do continente africano transitem de avião e viagem para outro país.

A Unilab chegou até mim por meio do meu pai. Foi ele quem me disse e me deu segurança de que eu poderia concorrer a uma vaga nessa instituição universitária. O meu pai é daquelas pessoas que sempre desejou - a exemplo do que ele próprio fez - a

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis em: <http://saotome.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acesso no dia 14 de out. de 2021 às 9h40.

minha saída ou viagem para um outro país, de modo que eu crescesse e me tornasse um *homem grande*<sup>4</sup>. Isto porque ele também não via um futuro brilhante e um potencial de crescimento pessoal e social (para mim), se eu continuasse os estudos em STP, principalmente, no que diz respeito à obtenção de oportunidades de uma carreira profissional satisfatória. Os estudos nas universidades públicas e privadas em STP, infelizmente, ainda não possuem uma boa estrutura em comparação com países como o Brasil.

Quanto à prova de admissão para a Unilab, não me recordo do dia ou data exata, mas lembro-me de tê-la feito com nervosismo, medo e angústia. Medo de não passar na prova. Medo de encarar o olhar de reprovação, especialmente, do meu pai, da minha mãe e dos meus familiares. Eu cheguei a ter outras oportunidades de sair do país com o intuito de continuar os estudos universitários. Porém, por inúmeras razões as mesmas acabaram por não dar certo. Aquela foi, na altura, com os meus 23 anos de idade, uma espécie de tábua de salvação para, finalmente, fazer igual ao que muitas outras pessoas da minha família e geração já tinham feito na época: *bazar*<sup>5</sup> das ilhas.

Importa dizer que muitos/as dos/das estudantes africanos/as que partem dos seus países de origem para o território brasileiro, provêm das capitais dos mesmos, mas a maioria vem de famílias com poucos e médios recursos monetários, como observei durante a minha pesquisa de campo e convivência com esses estudantes. Geralmente, os/as estudantes que partem e viajam dos países africanos para continuar os estudos universitários, cujas famílias têm uma grande influência política e uma boa condição financeira, não costumam se deslocar para o Brasil com o objetivo de seguir seus estudos. Esses estudantes, normalmente, viajam para países europeus como Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha, asiáticos como China e Japão e americanos como EUA e Canadá.

Eu, particularmente, queria fugir do sentimento de vergonha em permanecer em São Tomé e Príncipe e viajar para estudar em outro país (qual fosse!), de maneira que isso deixa a minha família orgulhosa da minha partida. Na prova pediram que eu escrevesse um texto dissertativo, mas não me recordo do tema. Escrevi uma página completa com as mãos trémulas, que era o limite exigido e fiquei com a sensação de não ter correspondido às exigências da pergunta. Entretanto, consegui passar na prova de

---

<sup>4</sup> Uma expressão cotidianamente usada por nós, os são-tomenses, que significa uma pessoa ou homem já adulto e responsável.

<sup>5</sup> Uma palavra usada em São Tomé e Príncipe e em Angola, que significa sair e sinónimo de *vazar* no Brasil.

admissão. Recordo-me que fiquei muito feliz e aliviado na época. O meu nome estava na lista de aprovados para o curso de Bacharelado em Humanidades no *campus* dos Malês em São Francisco do Conde. Tal como eu tinha previamente escolhido como primeira opção (na segunda opção, escolhi a licenciatura em Letras) no momento da inscrição da minha candidatura no consulado brasileiro.

Durante a inscrição, todos/as candidatos/as também tiveram a opção de escolher entre o Ceará e a Bahia, tanto em São Tomé e Príncipe como nos demais países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) e asiático (Timor-Leste) em que ocorria o processo seletivo. De antemão, na inscrição já era possível saber que a Unilab possuía *campi* universitários nesses dois estados do Brasil.

Isto porque, no caso da Unilab, ao contrário das demais universidades brasileiras e de acordo com o Manual do (a) Candidato (a) Internacional (2022)<sup>6</sup>, o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) é regido por concurso ou edital específico, divulgado no portal da Unilab e exige alguns requisitos para participação: possuir nacionalidade e ser residente no país onde é feita a seleção, nesse caso, os Palop e Timor-Leste; ter, no mínimo, 18 anos completos até a data da publicação do resultado final do processo seletivo; ter concluído o Ensino Secundário (Médio) até o último dia de inscrição; possuir bilhete ou carteira de identidade válido, no mínimo até a data de publicação do resultado final do processo seletivo; não ter sido beneficiado com qualquer bolsa ou programa da República Federativa do Brasil; não ter concluído qualquer curso superior (bacharelado, licenciatura e tecnológico) em instituição pública no Brasil e não ser portador de visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário do território brasileiro.

Atendendo a estes requisitos, o interessado deverá efetuar sua inscrição, seguindo todas as orientações e regras apresentadas no respectivo edital do PSEE. O procedimento de inscrição envolve, entre outros, o preenchimento de formulário eletrônico com informações e dados pessoais; a inserção de anexos de arquivos com documentação solicitada (Bilhete de Identidade, Certificado ou Declaração de Conclusão do Ensino Secundário/Médio, Histórico Escolar). Após a realização de avaliação das inscrições e dos históricos escolares por equipe e procedimentos específicos da Unilab, os candidatos classificados serão convocados para prestarem prova de Redação e de Conhecimentos Específicos, em dia, local e horário estabelecidos. A seleção dos aprovados resulta da análise do histórico escolar do candidato e

---

<sup>6</sup> Disponível em:

[https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/10/Manual-d-Candidat-Internacional\\_PDF-DIRETO.pdf](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/10/Manual-d-Candidat-Internacional_PDF-DIRETO.pdf). Acesso dia 11 de fevereiro às 12h32.

das notas obtidas nas provas realizadas, de acordo com os critérios de pontuação dispostos no edital (UNILAB, 2022, p. 4).

Entre os candidatos/as aprovados/as em São Tomé e Príncipe no ano 2014 - oito no total -, fui o único que acabei por vir estudar para o *campus* da Bahia, pois os/as demais foram para o Ceará. Durante as semanas subsequentes, junto com os/as meus colegas que também passaram na prova, iniciamos os preparativos da nossa viagem para o Brasil. Nesses preparativos existem documentos obrigatórios que precisávamos ter em mãos para poder viajar para o exterior, tratando-se de documentos essenciais exigidos pelo Estado são-tomense, a universidade (Unilab) e o consulado que representa o Estado brasileiro em São Tomé e Príncipe.

O primeiro deles é o passaporte, o segundo é o visto de entrada em território brasileiro. Sem esses dois documentos a nossa viagem seria inviável. Também foram exigidos, principalmente pela Unilab, os demais documentos como o Termo de Responsabilidade, o Cartão de Vacina atualizado, a Certidão de Nascimento, os Certificados de Ensino Secundário e o Registro Criminal, especialmente para a matrícula e do vínculo institucional com a universidade.

A antropóloga Mariza Peirano (1986) trata do caráter simbólico que os documentos assumem em países como o Brasil, enquanto símbolos de identidade cívica. Por outras palavras, documentos são fornecidos e exigidos por órgãos públicos, sobretudo para aqueles/as que preenchem determinados requisitos estipulados por lei. Tais órgãos públicos cumprem com a função de distinguir o cidadão do “marginal”. No caso dos/das estudantes africanos/as que vêm para o Brasil e o processo de identificação do migrante “legal”, tais documentos assumem um papel preponderante no “livre-trânsito” desses estudantes em território brasileiro.

Outra questão fundamental no momento da partida para o exterior é a compra das passagens de avião, que, no meu caso particular, foi feita por meio dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), na sua agência oficial situada na cidade de São Tomé. As pessoas que me ajudaram nesse sentido foram os meus pais, que pagaram as minhas passagens de São Tomé e Príncipe para Portugal (Lisboa), onde acabei por ficar em trânsito no aeroporto internacional Humberto Delgado, pois não possuía um visto de entrada nesse país, e de Lisboa para Salvador da Bahia no aeroporto internacional Luís Eduardo Magalhães, também pela TAP.

As demais pessoas aprovadas tiveram um roteiro de viagem diferente, que consistia também em ter acesso ao visto de entrada no território cabo-verdiano. Os

vistos foram-lhes concebidos ainda em território são-tomense pela embaixada de Cabo Verde. Elas viajaram dias antes da minha partida e ficaram alguns dias na cidade da Praia (capital de Cabo Verde), logo após terem chegado no aeroporto internacional Néelson Mandela pela Companhia Aérea de Cabo Verde - TACV.

Alguns dias depois, esses estudantes são-tomenses embarcaram na mesma companhia aérea, mas num avião diferente, com destino ao aeroporto internacional Pinto Martins de Fortaleza (Ceará) no Brasil. Em termos de prazos estipulados pela Unilab por meio do edital, todos/as nós tínhamos de estar em território brasileiro até o dia 31 de janeiro de 2015, sob pena de perdermos as nossas vagas como universitários/as.

No dia da minha viagem, costumo dizer que tudo aconteceu de uma maneira muito rápida. Quando viajei era de noite, creio que perto ou depois das 20h, e tinha um leve sentimento de que estava deixando algumas coisas e pessoas para trás ou pelo menos tinha consciência de que ia ficar longe de São Tomé e Príncipe por um tempo indeterminado. Sentia-me motivado, apreensivo, contente, nostálgico e com um turbilhão de emoções complexas.

Naqueles momentos antes da minha partida, depois de subir as escadas do avião e chegar perto da porta de entrada, olhei de longe para o cercado do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe e consegui vislumbrar os meus pais de longe. Naquele momento as posições se inverteram, pois desta vez era eu que estava de partida e não eles. Naquele momento percebi que estava deixando uma parte de mim em São Tomé e Príncipe, mas, curiosamente, também estava trazendo outra parte, enquanto transitava para o Brasil.

## **Relato de chegada**

Cheguei em Salvador da Bahia, no dia 28 de janeiro de 2015, perto da meia-noite. Foi uma viagem cansativa e solitária. Ao todo foram cerca de 17h de voo, saindo de São Tomé e Príncipe - com uma rápida paragem em Acra, capital do Gana (África) para fins de abastecimento - até Portugal. Fiquei cerca de 14h no aeroporto de Lisboa, à espera do voo para Salvador. Foi praticamente um dia inteiro de viagem. E quando cheguei no aeroporto Luís Eduardo Magalhães em Salvador, eu estava “morto de cansaço”.

Quando o avião aterrisou no aeroporto de Salvador e desembarquei, os meus passos foram tímidos e receosos. Tinha acabado de chegar num novo local, um novo chão, um lugar onde nunca estive antes. A sensação era estranha e inquietante porque naquele momento percebi que estava, realmente, muito longe de casa.

Foi no aeroporto de Salvador que enfrentei o meu primeiro desafio em terras brasileiras. Ainda nos preparativos para a minha viagem, em São Tomé e Príncipe, soube que seria recebido por alguém da Unilab no aeroporto. Um tutor, que, igualmente estava na condição de estudante e fazia parte da primeira entrada de estudantes no *campus* dos Malês.

Porém, ao sair da sala de desembarque e após ver uma pequena multidão de pessoas à espera de quem estava desembarcando como eu, fui tomado por uma ansiedade enorme. De fato tinha várias pessoas com cartazes nas mãos, indicando os nomes ou instituições de quem tinha acabado de desembarcar e que foram recebidas por elas na chegada. Porém, não vi ninguém com um cartaz, fosse com o meu nome, ou fosse o nome da Unilab escrito.

Daí o desespero começou a tomar conta de mim. Senti-me abandonado, tenso e revoltado. Uma das primeiras coisas que me passou na cabeça foi pegar o avião de volta para Portugal e depois dar um jeito de rumar ao aeroporto de São Tomé, pois na minha passagem havia essa opção. Mas, passados alguns minutos, me acalmei e cheguei à conclusão que a melhor decisão seria esperar, ou tentar algum contato.

Parti em busca de um local, dentro do aeroporto, para fazer o câmbio do dinheiro que trouxe comigo em mãos. Sendo essa uma das recomendações fornecidas pela Unilab por meio de um documento recebido na embaixada do Brasil em São Tomé. Encontrei a casa de câmbio na parte térrea do aeroporto. Felizmente trouxe uma quantia razoável em dinheiro graças à ajuda dos meus pais e familiares mais próximos. Uma

condição privilegiada porque, posteriormente, tive acesso a alguns relatos de colegas africanos/as que não tiveram as mesmas oportunidades, cujos familiares e parentes não possuíam condições financeiras para enviar e pagar, por exemplo, o preço das passagens.

Depois da meia-noite, desloquei-me para o segundo andar do aeroporto, onde perguntei timidamente para uma funcionária quanto custava um táxi para São Francisco do Conde. Porém, ela teve dificuldades em entender o meu sotaque, pois eu ainda desconhecia a maioria dos códigos linguísticos usados, principalmente, na Bahia e por sua vez a moça desconhecia os códigos linguísticos usados em São Tomé e Príncipe. Mas, por fim, conseguimos nos comunicar.

No decorrer da conversa, ela mencionou um valor acima de R\$300, que nesse caso seria o preço de um táxi saindo do aeroporto até São Francisco do Conde. Mesmo sem ter uma noção prática do valor em causa - pois nunca tinha usado notas em reais na minha vida - acabei por tomar a decisão de dormir no aeroporto e tentar algum contato só pela manhã, especialmente com a minha família em São Tomé e Príncipe e a Unilab. Estava sem computador na época e meu celular ainda não tinha nenhum *chip* das operadoras em uso no território brasileiro.

Como disse antes, acabei por dormir no aeroporto. Numa daquelas cadeiras desconfortáveis e com um descontrolado medo de me roubarem a mala por causa do que ouvi falar na televisão, principalmente, dos roubos e assaltos que aconteciam no Brasil. Sem esquecer uma certa angústia e sensação de solidão em meio a tantas pessoas que nunca vi em lado algum. Embora eu também tenha sentido na época uma satisfação comigo mesmo pelo fato de estar a “me virar sozinho” naquele mundo novo. Um mundo até aquele momento totalmente desconhecido para mim.

Ao acordar, fui em busca de uma *lan house*, dentro do aeroporto, para poder acessar à internet e comunicar a minha situação, primeiramente para a família. Deixei uma mensagem para o meu pai, que após a nossa conversa fez uma ligação para o consulado do Brasil na cidade de São Tomé. Após algum tempo de espera, o meu pai voltou a me contatar e disse que conseguiu falar com uma responsável do consulado, que por sua vez, deixou uma mensagem para uma das assistentes sociais da Unilab em São Francisco do Conde e asseguraram que alguém iria buscar-me no aeroporto nesse mesmo dia. Apenas teria que aguardar.

Passadas algumas horas, chegou um estudante guineense, que era um dos tutores e me encontrou no aeroporto. Ele acabou sendo o primeiro rosto que cheguei mais perto



da familiaridade para mim naquelas horas de espera, cansaço e uma certa angústia. Mesmo sem lhe conhecer pessoalmente, fiquei com uma sensação de contentamento e alívio ao vê-lo.

Em seguida ele emprestou-me o celular para conversar com uma das assistentes sociais, que também me deu as boas-vindas e lamentou o desencontro ocorrido entre mim e o programa de acolhimento da universidade. Saí do aeroporto em Salvador num carro cedido pela Unilab, com destino ao Hotel Lobo em Santo Amaro, que fica a 17 Km de São Francisco do Conde. A cidade de Santo Amaro foi o primeiro lugar onde, provisoriamente, eu fiquei e passei a conviver com os demais estudantes africanos/as. Nós, estudantes africanos/as, ficamos hospedados/as em dois hotéis em Santo Amaro, no Hotel Lobo e no Hotel Casa Grande, durante três meses, antes de recebermos os primeiros auxílios (auxílio alimentação, moradia e instalação) do Programa de Assistência ao Estudante - PAES da Unilab<sup>7</sup>.

Assim que cheguei no hotel, deu-se início ao processo de convivência com os/as demais estudantes africanos/as. A maioria provinha da Guiné-Bissau e alguns de Cabo Verde; eu fui o único são-tomense daquela entrada ou turma. Foi num dos quartos do hotel que começou, efetivamente, a minha convivência com três estudantes guineenses em particular. Eles foram muito acolhedores comigo, cada um com a sua personalidade e a sua característica, mas no decorrer da nossa estadia no hotel e na passagem dos dias, comecei a observar as nossas diferenças. Surgindo, inclusive, algumas incompatibilidades.

Lembro-me também que, durante a nossa convivência no hotel, alguns/umas estudantes africanos/as chegaram a pensar que eu era brasileiro ou não africano, devido a minha tonalidade de pele, que possui uma melanina menos retinta e a minha estrutura física que é magra. Inclusive alguns/umas estudantes africanos/as começaram a dizer e perguntar se em São Tomé e Príncipe só tinha pessoas magras e com a tonalidade de pele negra menos retinta, devido a minha característica física, além do fato da primeira estudante são-tomense do *campus* dos Malês ter aparências físicas parecidas com a minha. Outro fator é que vinha de um contexto familiar e social marcado pela ideia de privacidade, onde podia fazer e ter as minhas próprias coisas, sem necessariamente, precisar compartilhá-las.

---

<sup>7</sup> Informações disponíveis no seguinte link: <https://unilab.edu.br/auxilios/>. Acesso às 14h09 do dia 15 de out. de 2021.

Foi durante a convivência com os três que comecei a perceber uma lógica de partilha, de convívio e de trocas, não só de ideias e pensamentos similares ou próximos, mas de diferenças e choques, à qual eu precisava adaptar-me e que, confesso, foi muito difícil para mim no princípio. Sem perder de vista a língua guineense, conhecida como *kriol* da Guiné-Bissau, que não compreendia muito bem no começo, e que me fazia muitas das vezes ter a sensação de que estava sendo excluído das conversas ou dos diálogos com os/as estudantes guineenses.

Esses foram os principais motivos para o aparecimento dos primeiros estranhamentos e afastamentos da convivência entre eles e eu, tanto naqueles primeiros dias como em outros momentos da minha vivência na Unilab e em São Francisco do Conde. O sentimento que eu tinha nessa fase de recém-chegada, era de um certo despreparo para um intenso convívio com pessoas de múltiplas origens. Estava acompanhado, mas me sentia sozinho, especialmente, nos primeiros dias. A comunicação com familiares e amigos/as distantes por meio das redes sociais ajudaram-me bastante nessa fase.

Passaram-se três meses de estadia no Hotel Lobo, até que nós, os/as estudantes novatos/as, tivéssemos os documentos obrigatórios para a nossa legalização no Brasil. Antes disso fomos aconselhados/as a aguardar estarmos legalizados/as e evitar circular na cidade sem o passaporte perto de nós, sob o risco de sermos percebidos como pessoas ilegais ou desprovidas de documentos comprovativos da nossa legalização como o Registro Nacional Migratório - RNM/RNE ou Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM e o Cadastro de Pessoa Física - CPF<sup>8</sup>.

É interessante observar que, apesar dos/das estudantes africanos/as não terem, em território brasileiro, o estatuto ou a condição de “cidadania” brasileira, os documentos como o CRNM e o CPF conferem a essas pessoas uma relação próxima com a ideia de cidadã ou cidadão, à medida que concretiza uma forma de relação com o Estado. Esses documentos atribuem legalidade para o estabelecimento de redes, movimentos e trânsitos desses estudantes no Brasil, assegurando direitos e deveres a serem cumpridos no decorrer das suas estadias em território brasileiro.

Tais documentos de identificação foram todos obtidos em Salvador. O RNM/RNE foi tramitado na Polícia Federal, que se encontra numa das salas do aeroporto Luís Eduardo Magalhães, do qual, inicialmente só recebemos um protocolo

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <https://www.mawon.com.br/documentos estrangeiros?> Acesso às 14h57 do dia 15 de out. de 2021.

provisório com foto, antes de termos acesso ao documento efetivo após três meses. Já o CPF foi na Receita Federal, também na cidade de Salvador, obtido no mesmo dia. Todo esse processo de deslocamento para Salvador de ônibus cedido pela Unilab foi acompanhado pelos tutores e tutoras, também estudantes africanos/as da universidade. Alguns/umas recebiam uma bolsa de R\$400 para efetuar esses acompanhamentos, estando outros/as em regime voluntário.

No que diz respeito aos auxílios ou ajudas de custo, só passamos a recebê-los, nomeadamente, os auxílios de moradia (R\$380), alimentação (R\$150) e instalação (R\$750, em parcela única), mediante o preenchimento e a comprovação de documentos como os termos e declarações de vulnerabilidade sócio-econômica na Unilab, o deferimento e a aprovação desse recebimento. Como também já tínhamos os nossos documentos legalizados/as, logo em seguida passamos a morar em São Francisco do Conde. Essa condição de “vulnerabilidade socioeconômica” tem como pressuposto a ideia de que todos/as estudantes provenientes de África são pessoas provenientes dos lugares e classes mais pobres nos seus países.

No meu caso em particular houve uma exceção entre os/as estudantes africanos/as dessa segunda turma ou entrada, pois só eu não fui contemplado na época com o auxílio de moradia e de instalação, porque mencionei numa das declarações a serem assinadas para a obtenção dos auxílios, que eu já tinha uma fonte de renda proveniente de São Tomé e Príncipe.

Essa informação foi colocada no termo de compromisso assinado desde a saída do meu país de origem e não queria parecer incoerente ou mentiroso por ocultar essa informação. Isso acabou provocando algumas situações constrangedoras para mim, principalmente, no que diz respeito à convivência com alguns/algumas estudantes africanos/as e brasileiros/as que começaram a me taxar como "rico" e/ou "burro", pensando que em São Tomé e Príncipe as/os estudantes já possuíam melhores condições de vida. Mas também é importante mencionar que essa situação aconteceu com dois estudantes da primeira entrada ou turma de africanos/nas no *campus* dos Malês, sendo um estudante cabo-verdiano e uma estudante são-tomense. Destaco que existe uma incongruência do documento assinado no consulado, que exige declarar que tem como se sustentar no Brasil, e o documento assinado na Unilab, que supõe declarar “vulnerabilidade socioeconômica”.

Ainda durante a nossa estadia no hotel, as aulas no *campus* dos Malês já tinham iniciado. Para deslocarmos da cidade de Santo Amaro para o *campus* em São Francisco

do Conde, havia ônibus da faculdade disponíveis todos os dias (menos domingo) para nos levar às aulas e nos trazer de volta ao hotel com horários fixos e preestabelecidos. Nessa fase de hospedagem nos hotéis, já havia estudantes que dormiam fora desses aposentos e que não seguiram as normas impostas pela Unilab durante essa fase. A maioria desses estudantes africanos/as, de nacionalidade guineense, chegara a dormir e passar vários dias em São Francisco do Conde com os demais estudantes, especialmente, pessoas conhecidas e parentes da mesma nacionalidade, que já estavam morando, efetivamente na cidade.

Esta fase foi marcada, igualmente, pelas primeiras convivências diárias como deslumbramentos, choques e estranhamentos com brasileiros/as, particularmente, os moradores da cidade de Santo Amaro, que tinham muito desconhecimento sobre o continente africano e a diversidade dos seus habitantes. Porém, vários/as demonstraram muita curiosidade em nos conhecer e trocar conversas, fosse nos bares que ficavam perto dos hotéis onde ficamos hospedados, fosse na praça da Purificação, situada no centro da cidade. Na época, nós da segunda entrada de estudantes, chegamos a participar numa festa anual que acontece em Santo Amaro, chamada Festa da Purificação, onde houve moradores da cidade que ficaram muito curiosos/as em fazer fotos conosco (africanos/as) para mostrarem que conheceram e estiveram perto de um de nós.

O livro de Norbert Elias e John Scotson (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*, serve como inspiração para pensar sobre a presença de estudantes africanos/as em cidades como São Francisco do Conde e Santo Amaro, a partir da diferença e das relações entre estabelecidos e *outsiders*. Os primeiros fundavam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antiguidade enquanto moradores. Os outros viviam estigmatizados por atributos associados à anomia, delinquência, balbúrdia, violência e desintegração.

O fato é que houve uma espécie de exotização, estranhamento e atribuição de estudantes africanos/as como “outros/as” por parte de alguns/umas habitantes de Santo Amaro, tal como também veio a acontecer e ainda acontece em São Francisco do Conde. Sem esquecer as primeiras festas e convívios de que participei, juntamente, com os/as demais estudantes brasileiros/as e africanos/as nas ruas e em determinadas casas já alugadas pelos/as estudantes, assim como em espaços festivos e nos bares da cidade de São Francisco do Conde. Nesses convívios já era possível observar quem configuravam-se como os estabelecidos (os moradores franciscanos/as) e quem como

*outsiders* (estudantes africanos/as e estudantes brasileiros/as de outros estados e regiões).

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão (ELIAS e SCOTSON, p. 14, 2000).

No que diz respeito ao *campus* universitário, apesar de ser pequeno, alguns/umas colegas e eu ficamos encantados/as pela Unilab, onde também já tínhamos efetuado as nossas matrículas mediante as documentações que trouxemos dos nossos países (por exemplo, o certificado de conclusão do secundário, certidão de nascimento). De certa forma eu me sentia em casa nessa fase. Havia uma ideia de novidade e de diferença que foram sendo adensadas no convívio tanto com os demais colegas no *campus* - da nacionalidade brasileira, cabo-verdiana, moçambicana, angolana e guineense - como em sala de aulas com os professores/as e nos corredores com os técnicos/as.

Destaco aqui as disciplinas que se debruçavam sobre as sociedades lusófonas e o processo da escravização atlântica, que ajudou muitos/as de nós estudantes caloiros/as a entender melhor questões como o racismo, o preconceito, a xenofobia e a discriminação que acontecem no Brasil e nos nossos países de origem.

Foram nessas aulas e durante algumas conversas com estudantes da primeira entrada - nomeados socialmente no espaço universitário como veteranos/as - e por meio das leituras e das bibliografias passadas durante as aulas, que comecei a entender esses conceitos. Ao mesmo tempo, comecei a me entender como uma pessoa negra. Em São Tomé e Príncipe a minha identificação e a forma que sou identificado por meio da tonalidade de pele é como “mulato *colompido*<sup>9</sup>” ou *bôbô*<sup>10</sup>. Inclusive, foi a partir desses debates em sala que aprendi o quão pejorativo essa palavra “mulato” acaba sendo,

---

<sup>9</sup> É uma denominação designada, localmente aos/às nativos/as de São Tomé e Príncipe, que possuem uma tonalidade de pele negra, mas menos acentuada ou retinta. Possivelmente, o termo “colompido” é uma variação local da palavra portuguesa: corrompido. Localmente essa expressão é um indicativo de pessoa “mulata” que foi corrompida pela cor negra.

<sup>10</sup> É um termo no crioulo forro de São Tomé e Príncipe, usado localmente para designar as pessoas com a tonalidade de pele negra, mas menos acentuada. Em termos de sinónimo, o “bôbô” é a cor “marrom” ou “castanho”.

principalmente, em alguns contextos no Brasil<sup>11</sup>. Eu, particularmente, no começo, estava tranquilo em relação à cidade e às pessoas, pois não me recordo de ter sofrido algum tipo de preconceito - ou não dei importância a essas questões conflituosas na época - porque nunca senti, sofri ou fui diretamente abordado de uma maneira xenofóbica e discriminatória. Foi com a passagem do tempo que fui tendo essa perspectiva mais crítica em relação ao que acontecia à minha volta, embora eu nunca tenha passado por uma situação que me levasse a pensar que sofri discriminação, racismo ou xenofobia.

Na verdade, os franciscanos/as e os demais brasileiros/as de cidades como Salvador, Candeias, Santo Amaro, ou estados como Rio de Janeiro e São Paulo, me viam como diferente ou forasteiro apenas quando eu abria a boca para falar algo, e recorrentemente, eu escutava: “Você não é daqui né?!”, pelo fato do meu sotaque ser distinto ao de um brasileiro/a. Ou também - logo no começo da minha convivência na cidade - tinha momentos que, mesmo quando eu falava o português com um sotaque característico de São Tomé e Príncipe, alguns brasileiros/as achavam que o meu português era menos embolado, próximo ao sotaque falado em Portugal.

Um sotaque considerado mais compreensível, por exemplo, em relação a alguns/umas estudantes guineenses. Pelo fato de se comunicarem cotidianamente em *kriol* da Guiné-Bissau, não tinham o hábito de falar a língua portuguesa no contexto guineense, seja no seu próprio país como, sobretudo, entre os seus conterrâneos/as no Brasil.

Também julgo importante afirmar que, após a chegada da segunda turma de africanos/as ao *campus* dos Malês, vieram muitos e muitas mais estudantes que passaram a compor o ambiente *unilabiano* dentro do próprio *campus* e que passaram a morar na cidade de São Francisco do Conde, circulando dentro do próprio *campus*, entre as cidades vizinhas, os diferentes estados brasileiros e assim como os seus próprios países nativos.

A verdade é que a efervescência e a presença de estudantes provenientes do continente africano para o *campus* dos Malês, não parou de aumentar e de se modificar até hoje. Trata-se de um movimento circulatório que transcende a ideia de saída e de

---

<sup>11</sup> Mas também é importante considerar outras referências sobre o termo "mulato" como a que se encontra disponível em: <https://bahia.ba/entretenimento/historiadora-defende-que-palavra-mulata-nao-vem-de-mula/> Acesso dia 17 de dez. às 9h39 de 2021.

chegada, porque está repleto de acontecimentos e transformações nas entrelinhas desses dois processos de trânsito.

**PRIMEIRA PARTE.**  
**PARTIR: VIAGENS, REDES E TRÂNSITOS**

A inauguração da Unilab está inserida num cenário político e social de ampliação e expansão do acesso à universidade pública em território brasileiro.

O primeiro ciclo de expansão compreende o intervalo entre a criação das primeiras instituições até ao início dos anos sessenta do século XX; o segundo se localiza de meados dos anos sessenta a meados dos anos noventa do século XX; o terceiro corresponde ao intervalo entre meados dos anos noventa e meados da primeira década dos anos dois mil; e, o quarto e mais recente momento se localiza entre meados da primeira década dos anos dois mil até os anos mais próximos (início da segunda década dos anos dois mil). (GOMES; VIEIRA, 2013, p. 85).

Para Gomes e Vieira (2013), o movimento de criação da Unilab faz parte do quarto ciclo expansionista, que coincide com um cenário propício ao aumento de instituições e de vagas no ensino superior federal. Essa situação corresponde ao período ocorrido depois da estabilização econômica do país, quando iniciativas diversas de inclusão social, racial e políticas afirmativas foram estimuladas. O destaque, nesse contexto, vai não apenas para o crescimento do consumo de bens econômicos, como também de bens culturais. A ampliação do acesso à educação superior é parte deste movimento, onde a aspiração pela universidade passa a integrar o imaginário de famílias antes pertencentes, sobretudo, aos setores mais pobres da população.

Em termos de composição social e racial dos/das estudantes, o *campus* dos Malês se tem destacado por uma presença significativa de estudantes negros/as oriundos/as das mais diversas regiões e cidades do Brasil (por exemplo, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro). O *campus* se destaca também pela presença de estudantes africanos/as dos Palop, especialmente, da Guiné-Bissau e Angola. Lembrando que, uma boa parte desses estudantes africanos/as são oriundos/as das capitais dos seus países de origem, nesse caso, Bissau (Guiné) e Luanda (Angola).

As redes de relações compostas, especialmente, pelos estudantes africanos/as do *campus* dos Malês e em São Francisco do Conde são protagonizadas por pessoas provenientes da Guiné-Bissau e Angola, que são a maioria. Essa informação é baseada nas observações, interlocuções e vivências que tenho, desde 2015 (ano em que cheguei no Brasil) até os dias atuais e também por meio de dados e tabelas que informam o número de estudantes africanos/as presentes no *campus* e por cursos.



Desde a primeira entrada de estudantes em 2014, a Unilab - *campus* dos Malês continua recebendo, frequentemente, estudantes africanos/as. De acordo com os dados obtidos no mês de agosto de 2021, na época havia 1148 estudantes regulares ativos/as na Unilab, *campus* dos Malês<sup>12</sup>, com um total de 520 estudantes na condição de egressas/os. É fundamental mencionar que esses dados não são fixos e, normalmente alteram-se com a passagem do tempo e com as mudanças entre os semestres. O semestre 2021.2 iniciou-se em outubro de 2021 e terminou em fevereiro de 2022. Já o semestre 2022.1 teve o início no mês de abril e terminou em agosto do mesmo ano. Atualmente, a Unilab encontra-se no semestre 2022.2 e tem previsão do final em fevereiro de 2023.

Em termos de cursos de graduação ofertados pela Unilab, o Instituto de Humanidades e Letras - IHL, atualmente, oferece no *campus* dos Malês as seguintes opções: Bacharelado em Humanidades, Bacharelado em Relações Internacionais, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em História. Existem também opções de pós-graduações (especializações) e um Mestrado em Estudos de Linguagens: contextos lusófonos Brasil-África, recentemente aprovado e que se iniciou em abril de 2022<sup>13</sup>.

Tabela 1: Número e percentagem de estudantes ativos/as por curso no *campus* dos Malês em agosto de 2021.

Cursos da Unilab-Malês						
	Bacharelado em Humanidades	Pedagogia	Letras	Ciências Sociais	Relações Internacionais	História
Total de estudantes ativos/as	487 (55,9%)	193 (22,2%)	186 (21,4%)	131 (15,1%)	80 (9,2%)	72 (8,3%)

Fonte: Unilab.

Tabela 2: Número e percentagem de estudantes ativos/as por país de origem no *campus* dos Malês em agosto de 2021.

Países de Origem						
	Brasil	Guiné-Bissau	Angola	São Tomé e Príncipe	Cabo Verde	Moçambique

<sup>12</sup> Esses dados foram disponibilizados pela atual diretora do *campus* dos Malês, Mírian Sumica Carneiro Reis, referindo que esse levantamento foi elaborado pela equipe do setor de graduação do referido *campus* no mês de agosto de 2021. Esta interlocução aconteceu via correio eletrônico no dia 13 de agosto de 2021 às 18h00.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=89660>. Acesso dia 15 de dez. de 2021 às 12h42.

Total de estudantes ativos/as	849 (42,4%)	179 (8,9%)	101 (5,0%)	08 (0,4%)	05 (0,2%)	05 (0,2%)
-------------------------------	----------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Unilab.

Tabela 3: Número e percentagem de estudantes ativos/as por país de origem e curso no campus dos Malês em agosto de 2021.

Países/ Cursos	Bacharelado em Humanidades	Ciências Sociais	História	Letras	Pedagogia	Relações Internacionais	TOTAL
Angola Número e percentagem	59 (2,9%)	06 (0,8%)	02 (1,4%)	08 (0,1%)	04 (0,08%)	22 (1,76%)	101 (6,0%)
Brasil Número e percentagem	347 (16,9%)	90 (11,8%)	63 (45,4%)	151 (2,8%)	170 (3,3%)	28 (2,24%)	849 (50,9%)
Cabo Verde Número e percentagem	01 (0,05%)	02 (0,8%)	-	-	03 (0,06%)	-	6 (0,3%)
Guiné-Bissau Número e percentagem	77 (3,7%)	29 (3,8%)	07 (5%)	27 (0,5%)	15 (0,5%)	24 (1,92%)	179 (10,7%)
Moçambique Número e percentagem	02 (0,1%)	01 (0,01%)	-	-	-	02 (0,2%)	5 (0,3%)
São Tomé e Príncipe Número e percentagem	-	03 (0,4%)	-	-	01 (0,02%)	04 (0,32%)	8 (0,4%)
TOTAL	486 (24,3%)	131 (6,5%)	72 (3,6%)	186 (9,3%)	193 (9,6%)	80 (4%)	1148 (68,8%)

Fonte: Unilab.

Nos *campi* da Unilab no Ceará existem mais opções de cursos, tanto em nível de graduação como de pós-graduação (*lato sensu* a distância e *strictu sensu*) e nas mais distintas áreas científicas, Nos *campis* existem os cursos de bacharelado em Administração Pública, Agronomia, Antropologia, Farmácia, Enfermagem, Engenharia

da Computação, Engenharia de Energias e Humanidades, e de licenciatura em Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Matemática, Física, História, Letras - Língua Portuguesa e Inglesa, Pedagogia, Química e Sociologia.

Igualmente há, na atualidade, cerca de nove especializações e oito mestrados ativos, distribuídos em todos os *campi* da Unilab, com a maioria em Redenção e Acarape<sup>14</sup>. Recentemente houve, ainda, um parecer favorável à implementação do curso de Medicina na Unilab, com o funcionamento previsto para o *campi* do Ceará<sup>15</sup>, em março de 2023. Esse último é um aspecto interessante porque entre os anos 2016 e 2018, foi cogitada a possibilidade de o curso de medicina ser implementado no *campus* dos Malês<sup>16</sup>.

Em conformidade com os dados disponíveis nessas tabelas, observa-se que houve um total de 299 (34,3%) estudantes africanos/as matriculados/as na Unilab, *campus* dos Malês em agosto de 2021. Também é importante advertir que alguns/umas estudantes presentes nesses dados, na época, ainda não estavam no Brasil, pois a pandemia da Covid-19 forçou a realização de atividades institucionais virtuais ou remotas com os/as estudantes calouros/as brasileiros/as e provenientes dos países africanos, que maioritariamente ainda se encontravam nos seus respectivos países.

Uma observação a partir desses dados é relativa ao fato de países como Guiné-Bissau e Angola serem aqueles que possuem uma maior percentagem de estudantes vinculados/as ao *campus* dos Malês e morando na cidade de São Francisco do Conde. Esse detalhe é fundamental para compreender as relações, as redes, os trânsitos e as convivências entre esses estudantes dos Palop, levando em conta, por exemplo, os países que possuem menos estudantes como é o caso de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Isto porque as redes das relações entre as pessoas da mesma nacionalidade estão relacionadas com a quantidade e o percentual de estudantes, especialmente, da Guiné-Bissau e de Angola, que estão vinculados/as ao *campus* dos Malês. Dito de outra forma, quanto maior a presença de um indivíduo de uma determinada região, maior a tendência

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/cursos-da-unilab/>. Acesso dia 15 de dez. de 2021 às 12h49.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/11/05/comissao-emite-parecer-favoravel-ao-curso-de-medicina-da-unilab/>. Acesso dia 15 de dez. de 2021 às 12h58.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/unilab-promovera-o-seminario-construcao-do-curso-de-medicina-na-unilab-males-perspectivas-e-acoas> e <https://www.google.com/search?q=trocas+laterais+sin%C3%B3nimo&oq=trocas+laterais+sin%C3%B3nimo&aqs=chrome.69i57.6112j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso dia 15 de abril de 2022 às 20h44.

de transitarem pessoas da mesma região para esse local, devido às relações de amizade ou parentesco.

Além disso, de acordo com alguns estudantes guineenses com quem pude conversar, a esse fator soma-se o fato de na Guiné-Bissau existirem poucas universidades e com vários problemas infraestruturais (falta de professores qualificados, falta de incentivo à educação e ciência por parte do estado e altos valores das mensalidades). No caso dos/das estudantes angolanos/as com quem conversei, a questão dos altos valores das mensalidades torna mais difícil a continuidade dos/das mesmos/as em Angola, pois, mencionaram que, no território angolano já existem universidades com boas condições de formação (laboratórios, prédios bem equipados e professores capacitados), mas “tudo caro demais”. Junta-se a isso o fato de Angola ser o mais populoso das cinco nações pertencentes aos Palop.

Desde 2014 até os dias atuais, a quantidade de estudantes brasileiros/as, guineenses e angolanos/as tem sido bem maior no *campus* dos Malês. Para muitos/as isso de certa forma facilita as redes de relações e acolhimento entre esses estudantes, pois tem mais pessoas da mesma nacionalidade e que partilham trajetórias de vida similares devido a uma aproximação mais direta com o local de origem. Tendencialmente, existem grupos que se formam, tanto dentro como fora da universidade, a partir do fator nacionalidade e regionalidade.

Isso não quer dizer que, geralmente, os/as estudantes de outras nacionalidades sejam excluídos/as ou impedidos/as de participar desses grupos, mas é mais comum observar indivíduos provenientes dos mesmos países, estabelecendo conexões com mais frequência. Isso tampouco quer dizer que não existam "diferenças internas" entre os indivíduos da mesma nacionalidade.

A maioria dos/das estudantes africanos/as chega numa condição de incerteza em relação ao fato de permanecer em território brasileiro de forma “transitória” ou “provisória” e “permanente” ou “duradoura”. Em parte, porque existe na cabeça de muitos/as desses estudantes a ideia de terminar os estudos universitários e retornar para os seus países de origem ou transitar para outros países percebidos como mais desenvolvidos. Convém dizer que essa ideia não é por acaso, mas está inserida em um projeto de vida e de ascensão social que envolve, sobretudo, a família e as “redes migratórias” de relações das quais esses estudantes fazem parte, desde seus países nativos.

Nesse sentido, o antropólogo Handerson Joseph (2015), no seu trabalho sobre os sentidos sociais da categoria *diaspora*<sup>17</sup>, propõe a realização de uma pesquisa etnográfica que considera a experiência de “mobilidade ao longo de circuitos” no território brasileiro. Nesta perspectiva, o termo *diaspora* está associado à “mobilidade transnacional” como um processo que constitui a trajetória e a experiência de vida das pessoas e dos seus horizontes de possibilidades (Joseph, 2015). No caso de trabalho que aqui proponho, a mobilidade se refere aos trânsitos, movimentos e redes de indivíduos provenientes de países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

De acordo com os sociólogos Douglas Massey (1988) e Oswaldo Truzzi (2008), as “redes migratórias” são definidas como laços interpessoais complexos que ligam migrantes anteriores e indivíduos não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade. Também é possível defini-la enquanto agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ou relações sociais, familiares, culturais e afetivas. Além disso, as “redes migratórias” são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, por meio da articulação de significados que alocam recursos e fomentam comportamentos.

Dito de outra forma, um indivíduo que transita, se movimenta ou se desloca de um país para o outro, nunca se encontra ou viaja literalmente sozinho. As redes de relações sempre o acompanham, como se fosse uma extensão de si mesmo e das pessoas com quem possui algum tipo de vínculo, seja de amizade ou de parentesco. No caso dos/das estudantes africanos/as da Unilab, *campus* dos Malês, essa condição faz parte do cotidiano, que se manifesta, sobretudo, por meio da *internet* nas redes sociais como o Facebook, Instagram e WhatsApp. Isto porque é bastante usual, conforme as minhas observações em campo, que a maioria desses estudantes viva de forma intensa e participativa as realidades sociais dos seus familiares, regiões e países, mesmo não estando “fisicamente” presente.

Nesta primeira parte da dissertação, os argumentos principais são sobre o processo de trânsito de estudantes africanos/as para o Brasil e as suas viagens ou partidas do continente africano, tendo a Unilab - *campus* dos Malês e São Francisco do

---

<sup>17</sup> O termo *diaspora* é utilizado para designar os compatriotas residentes no exterior, mas que voltam temporariamente ao Haiti e logo retornam para o exterior: *diaspora ki jan ou ye?* (*diaspora*, como você vai?). O campo semântico e polissêmico do termo está articulado por três verbos associados a *diaspora*: residir no exterior, voltar ao Haiti e retornar ao exterior (JOSEPH, 2015, p. 53).

Conde (Bahia) como locais de chegada. O foco desse capítulo está na ideia de partida de estudantes dos seus países de origem (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com o objetivo de continuar os estudos universitários em território brasileiro e perseguir o sonho de obter um diploma no ensino superior.

Ao longo das seguintes seções, existem diálogos estabelecidos com esses estudantes em campo, envolvendo, particularmente, os relatos e as experiências de partidas e viagens dos seus países de origem; na medida em que vou estabelecendo relações e contextualizações sobre a Unilab, o *campus* dos Malês, os países nativos desses estudantes e o Brasil. Nesta perspectiva, durante uma interlocução realizada por meio de um relato escrito, com uma estudante angolana, que na época estudava o bacharelado em Relações Internacionais no Malês, ela disse o seguinte:

Sempre digo, que apesar de chegamos em épocas diferentes, existem sentimentos e situações que nos aproximam. Muita coisa que colaste, eu vivenciei do meu jeito claro, mas senti um pouco de mim nas falas, e acredito que muito de nós sentiu ou sentirá. Porque todos nós aventuramos, a busca de um propósito, sem se quer saber que daria certo, o que nos aguarda na realidade além da Unilab, que até certo ponto também nos surpreendeu. Deixar tudo nunca foi fácil, mas sabíamos que era necessário (trecho do relato escrito da estudante angolana, julho de 2021).

Essa interlocução escrita aconteceu após essa estudante angolana ter lido o meu relato escrito sobre a chegada no Brasil. Nele, destaco aspectos como a ideia de “aventura”, de “aproximação”, da “busca de um propósito”, da “incerteza” e da “necessidade” de se deslocar dos nossos países africanos nativos para o território brasileiro como um lugar onde é possível realizar os nossos objetivos e sonhos, particularmente, no quesito acadêmico.

De acordo com o cientista social Alain Pascal Kaly (2001), os trânsitos de africanos/as para o continente americano já eram intensos no século XVI e se estenderam até o século XIX, após a abolição da escravatura. Esses deslocamentos forçados estabeleceram uma ponte que não só encurtou as distâncias transatlânticas entre esses dois continentes, mas, sobretudo, tornaram suas histórias imbricadas e complementares em determinadas temáticas, como, por exemplo, a escravidão, o colonialismo e o racismo.

Após o término oficial do tráfico escravagista, conforme Kaly (2001), a vinda de africanos/as para o Brasil começou a ser dificultada até os anos 1950, principalmente devido às políticas de embranquecimento adotadas então; durante esse período as

fronteiras foram fechadas aos migrantes africanos e asiáticos, assim como aos negros norte-americanos, que tinham a pretensão de instalar-se no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

As relações entre o Brasil e boa parte da África foram estabelecidas em meio a vários processos sócio-históricos. O primeiro, que se estendeu por três séculos, foi a escravidão. O segundo começou com o retorno de alguns ex-escravos à «terra natal» ou dos antepassados – os descendentes destes são hoje encontrados com maior frequência no Benim. Depois da abolição da escravatura no Brasil, houve um hiato nas relações entre este país e a África Subsaariana. O Brasil desenvolvera e mantinha relações comerciais com os países do Norte da África e com a África do Sul. Só na década de sessenta é que a diplomacia brasileira vai mudar sua política com relação à África Negra (KALY, 2001, p. 111).

Nos anos 1960, ainda segundo Kaly (2001), iniciou-se o trânsito de estudantes oriundos de países africanos recém-independentes. Era o início de uma nova postura da diplomacia brasileira, que tornou propícia a abertura de embaixadas por exemplo, de Gana, em 1962, e do Senegal, em 1963, assim como a assinatura de convênios de cooperação cultural e técnica com esses mesmos países recém-independentes. Os convênios deram início à vinda de discentes africanos/as para estudar em várias universidades brasileiras.

Na perspectiva da antropóloga Neusa Maria de Gusmão (2011), os processos de formação de quadros de nível superior e de políticas internacionais colocam em trânsito estudantes africanos/as de distintas nacionalidades e origens e também fazem parte, nos seus respectivos países, de um projeto nacional de desenvolvimento. Esses estudantes, geralmente, buscam formação acadêmica e qualificação profissional, beneficiando-se dos acordos bilaterais entre esses países. No caso do Brasil e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), os intercâmbios na área da educação e suas políticas têm atribuído a esses sujeitos, genericamente, o estatuto de estudantes-convênio.

Para Gusmão (2011), estudante-convênio é um/a aluno/a especial selecionado/a em seu país pelos mecanismos previstos no Protocolo do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Esses programas visam uma formação de quadros nos países desenvolvidos e ou em desenvolvimento, signatários dos acordos de cooperação.

De norte ao sul do país é possível constatar a presença de estudantes de origem africana, que chegam para fazer a graduação e/ou a pós-graduação em universidades públicas e privadas. Muitos chegam através do Programa do PEC-G/PEC-PG do governo brasileiro efetivado através de acordos bilaterais

e regras específicas de seleção e ordenamento do estar em terra estrangeira (GUSMÃO, 2011, p. 196).

O sociólogo Ercílio Neves Langa (2017) reforça que, no caso do Brasil, a maioria dos/das estudantes africanos/as segue transitando para este país ao abrigo do PEC-G, havendo uma ínfima parte que transita para cursar uma pós-graduação ao abrigo do PEC-PG ou ainda por conta própria e apoio das famílias para se inserirem em faculdades privadas. O contexto dos trânsitos de estudantes africanos/as para estudar no Brasil, na maioria dos casos, sustenta-se com base nas chamadas redes de apoio, acesso às informações sobre as vagas nas embaixadas e consulados brasileiros, por exemplo sobre o PEC-G, assim como a existência de um bom histórico de notas e condições econômicas para se manter no Brasil.

Complementarmente a Langa (2017), Truzzi (2008) argumenta que a noção de redes é crucial para compreender o fenômeno de trânsito estudantil, tanto nas ciências sociais como na história. Isto porque essas redes são sustentadas por laços interpessoais que conectam migrantes e não migrantes, entre e para além dos seus locais de partida e de chegada, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade, assim como, contatos recorrentes entre si, através de laços afetivos, laborais e familiares.

No que concerne ao tema da informação, constitui uma variável-chave o modo como esta se dissemina. Tal processo é normalmente concebido por meio de redes, cujo grau de abrangência pode variar muito. Há redes circunscritas a círculos familiares, há outras mais extensas que perpassam informações a toda uma aldeia, e aquelas ainda maiores, que exercem impacto sobre toda uma microrregião. Inicialmente, aceitava-se como razoável um modelo no qual a variável-chave era a distância. Quanto mais próxima uma aldeia de outra da qual haviam partido imigrantes, maior seria a possibilidade de “contágio” da “febre” emigratória (TRUZZI, 2008, p. 205).

Segundo Truzzi (2008), outro ponto importante é a confiabilidade atribuída a tais *informações*, relativa à importância das chamadas relações sociais primárias. A pessoa ou a família que pensava em viajar para um outro país, tendia a confiar mais nas informações fornecidas, ao vivo ou pelas redes sociais, por meio de um parente, vizinho ou amigo, à revelia, por exemplo, de informações presentes nos folhetos de propaganda distribuídos por outro agente; no caso desta pesquisa, esses outros agentes são os próprios estudantes já residentes no Brasil, especialmente em São Francisco do Conde. Dito de outra maneira, os contatos pessoais tornavam-se mais importantes porque são percebidos como mais confiáveis do que as informações não pessoais.



Um exemplo disso é um estudante cabo-verdiano, que relatou a presença da sua irmã na Unilab como um aspecto crucial para a sua viagem e adaptação em São Francisco do Conde, em 2018, o ano da sua chegada ao Brasil. Ele disse que foi com o auxílio da irmã que conseguiu ter informações sobre a universidade, a cidade e as relações que se estabelecem entre os/as estudantes africanos/as e brasileiros/as. Por exemplo, por meio desse contato, ele já sabia, antes de chegar no Brasil, que a maioria dos/das estudantes provenientes de África são de nacionalidade guineense e que a Unilab é uma universidade pautada por uma educação antirracista e afrocentrada.

Deste modo, em conformidade com Truzzi (2008), a utilização da categoria redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, sublinha a circunstância de que muitos/as decidiram transitar após informarem-se previamente das oportunidades e das dificuldades por meio de familiares, amigos/as e conhecidos/as nos seus países de origem. No caso dos/das estudantes africanos/as da Unilab - *campus* dos Malês, essa informação, muitas das vezes, vem de estudantes veteranos/as e residentes há mais tempo no Brasil. Esses indivíduos acabam transmitindo informações quanto às perspectivas estudantis, as oportunidades de emprego e de alojamento inicial. Cabe, por isso, evidenciar o papel ativo das pessoas que saíram das suas sociedades de origem, pelo fato de terem influenciado o comportamento de potenciais novos/as estudantes, estimulando ou restando os projetos, as expectativas e os investimentos futuros.

Nesse sentido, Joseph (2015) sugere que, para conceber a categoria *diaspora* na sua pesquisa sobre a mobilidade transnacional haitiana, duas categorias descrevem e caracterizam os níveis de deslocamentos e trânsitos: *pati* (partir) e *vwayaje* (viajar).

A ideia de *pati* envolve ir (talvez definitivamente) sem saber se voltará ou quando, está associada à busca de trabalho e à procura de uma vida econômica, *chèche lavi miyò* (tentando uma vida melhor). Geralmente, quando quem parte possui um visto de residência permanente, ele compra um bilhete somente de ida (JOSEPH, 2015, p.64).

Isso também acontece com os/as estudantes africanos/as, que partem dos seus países de origem com uma passagem só de ida, sem saber quando regressar e, na sua maioria, com o objetivo de procurar um melhor estilo de vida e qualificação profissional por meio dos estudos universitários em território brasileiro e em outras partes do mundo como na Ásia e na Europa. Já *vwayaje*, ao contrário, é viajar para permanecer de forma temporária fora do país de origem, que segundo Joseph (2015) está mais associado ao turismo ou ao comércio. Usualmente, quem viaja nessas condições costuma comprar um

bilhete de ida e volta, não sendo esse o caso dos/das estudantes africanos/as, cuja “viagem temporária” é por um período mais longo, pelo menos até finalizarem uma graduação, entre 4, 5 ou 6 anos.

Ainda de acordo com Joseph (2015), a pessoa *diaspora* possui diversos recursos culturais adquiridos em diferentes espaços de mobilidade e de pertencimento, o que lhe permite criar outros espaços de referência. O termo *diaspora*, no universo haitiano, constitui um modo de ser, de se vestir, de pensar e de agir, constituindo uma linguagem própria e um estilo de vida. A partir disso, há um conteúdo moral e cultural. Por isso, a perspectiva da diáspora no sentido analítico, como “dispersão nos lugares e territórios”, não dá conta dele.

É importante afirmar que a categoria *diaspora* proposta por Joseph (2015) não é utilizada e mobilizada pelos estudantes africanos/as da Unilab - *campus* dos Malês, mas em termos de definição, esta categoria se aproxima a uma ideia de pertencimento e de criação de espaços de referência produzida por esses estudantes africanos/as. Na medida em que o sentimento de pertença desses estudantes, enquanto indivíduos provenientes do continente africano, se configura como uma forma de estabelecer diferenças, por exemplo com os/as estudantes brasileiros/as. Assim como no que tange ao surgimento de espaços de referência na cidade de São Francisco do Conde, nas quais vivem-se lugares como próprios, onde essas pessoas configuram seus modos de ser e estar no mundo.

Um exemplo desses espaços de referência são as casas alugadas por esses estudantes em São Francisco do Conde, cujas ocupações se tornavam, nos mais variados casos, um “pedacinho do território” de cada pessoa que habitava nela, conforme disse uma das minhas interlocutoras guineenses, que chegou na Unilab em 2017. Ela também afirma que, a casa onde ela vivia com mais duas companheiras guineenses, era “como uma segunda casa para elas”, pois nela, elas cozinhavam as comidas típicas dos seus países, como por exemplo, “Caldo de *mankara* e caldo de *tcheben*”, recebiam visitas de amigas/os guineenses e de outras nacionalidades (brasileiros, angolanos, são-tomenses e cabo-verdianos) e se divertiam colocando músicas e vendo vídeo clipes de cantores desses países. De certa forma, a casa tornou-se um lugar importante de conexão e extensão dos seus locais de origem.

## Unilab

Já em pleno século XXI, de acordo com a diplomata Irene Vida Gala (2021), surge a proposta da criação da Unilab. Esta universidade foi apresentada formalmente, em julho de 2008, na cerimônia de abertura da VII Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. A autoridade brasileira disse, na ocasião, que “a universidade terá como principal meta privilegiar o intercâmbio com os países da África lusófona, a formação de quadros de professores e a profissionalização nas áreas prioritárias do desenvolvimento agrário, da gestão e da saúde pública”. Como também observa Gala:

Entre 2003, início do governo Lula, e 2008, quando é formalizado o propósito de criação da Unilab, então anunciada como Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira, há um evidente lapso temporal que precisa ainda ser preenchido com pesquisas a fontes primárias e entrevistas às pessoas envolvidas na criação da referida universidade com vistas a conhecer detalhadamente sua gênese. Apenas em 2008 os expedientes do Ministério das Relações Exteriores passam a fazer referência nominal à Unilab. Menciono esse lapso temporal porque, em 2003, quando eu ainda ocupava um cargo na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e realizamos as primeiras visitas do presidente Lula ao continente africano, já se mencionou a criação de uma universidade nos moldes da Unilab. Na época e mesmo no momento do anúncio formal da criação da Unilab, críticos apontavam o risco de se estar criando uma nova “Patrice Lumumba”, universidade em localidade próxima a Moscou, criada pela então União Soviética, para receber universitários de países africanos e outras ex-colônias de países do então Terceiro Mundo (GALA, 2021, p. 14 e 15).

Segundo Edineia Aparecida Dutra (2020), foi nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que a Unilab e mais 17 universidades federais foram criadas, entre 2005 e 2013. Dentre as universidades criadas no período citado, duas delas, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e a Unilab se diferenciam das demais e se assemelham entre si porque buscam contribuir explicitamente com o objetivo da internacionalização.

A Unilab, segundo o sociólogo Basílele Malomalo (2018), é uma universidade pública brasileira, criada para atender às demandas dos movimentos sociais, em especial os movimentos negros, assim como da elaboração de uma política de interiorização e de expansão das universidades no Brasil. Esse surgimento também foi uma resposta às demandas externas e de internacionalização do ensino superior, principalmente de uma aproximação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no qual o Brasil está inserido, junto com Portugal, os Palop e Timor-Leste.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (sítio eletrônico da Unilab, setembro de 2021)<sup>18</sup>.

Segundo os antropólogos Daniel De Lucca e Rafael Palermo Buti (2021), a constituição da Unilab é resultado da convergência de no mínimo três diferentes eixos das políticas públicas: o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais (REUNI), as políticas afirmativas de promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e a política externa brasileira voltada para o estabelecimento de novas aproximações diplomáticas, econômicas e de cooperação com os países do Sul Global.

De Lucca e Buti (2021), sob uma lógica bourdieusiana e gramsciana, também afirmam que as instituições educacionais são entidades privilegiadas para a perpetuação de certos valores culturais, habilidades linguísticas, tradições intelectuais e visões políticas, por meio de programas de cooperação internacional no campo da educação sustentados por uma perspectiva de construção da hegemonia. Os Estados cooperantes que oferecem a formação de recursos humanos por meio de acordos internacionais (como o Brasil), particularmente no campo educacional, buscam potencializar as suas influências internacionais. Uma das expectativas é de que tais estudantes, após formarem-se, mantenham, valorizem e promovam as relações com o país onde estudaram.

Na perspectiva de muitos/as dos/das estudantes africanos/as que partem ou saem dos seus países de origem com o intuito de continuar os estudos universitários no Brasil, isto surge como uma oportunidade de receber um diploma no território brasileiro e, se um dia regressarem para estabelecer moradia, ascender socialmente, moralmente e, alguns/algumas, politicamente nos seus próprios países, dentro de uma lógica de desenvolvimento e de contribuição ou retorno, sobretudo, por meio das suas áreas de formação.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/institucional-2/>. Acesso no dia 18 de set. de 2021 às 11h36.

É nesse contexto que a Unilab é apresentada para os/as estudantes africanos/as: como um local propício para o fomento de saberes, ensinamentos e aprendizados onde esse objetivo e sonho pela formação superior pode ser concretizada numa integração entre “países irmãos”, como mencionado por vários/as estudantes, uma vez que, em termos institucionais, ela foi construída para buscar uma aproximação entre o Brasil e os Países Africanos.

No bojo desta reflexão, o termo internacional, segundo Corte, Morosini e Felicetti (2022), surge com uma lógica pautada na possibilidade de transpor as experiências e os pontos negativos dos processos de internacionalização no Norte global e sua hegemonia econômica, histórica e cultural. Dito de outra forma, sob a ótica do poder econômico, a construção de espaços comuns de conhecimento no contexto Sul-Sul não é caracterizada apenas pela perspectiva idealista de ações de solidariedade, mas pela necessária constituição de redes de cooperação acadêmica internacional, articulada com a participação de nações decorrentes de contextos históricos que possuem características similares. Por exemplo, o fato dos países da CPLP terem sido colonizados por Portugal e de a maioria, especialmente os países africanos, ter se tornado independente nos anos 1974 e 1975. Tal perspectiva poderá contribuir para a aproximação das nações e na definição de estratégias para uma reconstrução do conhecimento e da Educação Básica e Superior, tendo em vista o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico, social e econômico desses países.

A “cooperação Sul-Sul”, de acordo com Enara Muñoz (2016), configura-se como uma forma de apoio ao desenvolvimento, de criação ou fortalecimento de laços políticos, econômicos ou culturais, assim como de negociação para um maior protagonismo internacional e ainda como uma fonte de *soft power* e de credibilidade no cenário global. Nesse sentido, os principais setores nos quais está mais presente a atuação brasileira na cooperação Sul-Sul são a agricultura, a saúde, a defesa e a educação.

De acordo com Carlos Milani, Francisco da Conceição e Timóteo M`Bunde (2016), nos primeiros anos do século XXI, por meio das mudanças na geopolítica e na geoeconomia global, muitos países do Sul passaram a reconfigurar seu papel como fornecedores de cooperação internacional para o desenvolvimento. Nesse quesito, o Brasil não é uma exceção, e suas práticas de cooperação têm sido reconhecidas internacionalmente por diversas organizações e consideradas potencialmente úteis para outros países em desenvolvimento.

Isso vale igualmente para o campo da cooperação educacional, no qual o governo brasileiro age claramente em pelo menos três dimensões: (i) economicamente, pois a educação se relaciona diretamente com a qualificação de mão-de-obra de um país, e a cooperação educacional busca construir capacidades; (ii) no plano político, a cooperação educacional é parte de uma agenda positiva de política externa do Brasil, que busca promover relações mais estreitas entre os Estados e as sociedades baseadas em princípios de solidariedade e não intervenção nos outros países em desenvolvimento; (iii) culturalmente, pois a convivência, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências podem contribuir para a formação das elites de países em desenvolvimento, o reforço dos laços entre diferentes sociedades e a compreensão mútua de realidades semelhantes, mas também distintas (MILANI; CONCEIÇÃO; M BUNDE; 2016, p. 28).

Ainda na esteira do debate sobre a cooperação Sul-Sul, a solidariedade e a Unilab, Corte, Morosini e Felicetti (2022) trazem uma reflexão acerca da Educação Superior e o seu eixo da internacionalização, caracterizado como um campo que tem entre seus constitutivos o movimento. Essa afirmação é constatada, desde os finais do século passado, pela crescente importância que a internacionalização vem adquirindo para as Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. Cada vez mais ela se tem tornado um critério de qualidade. Por isso a internacionalização é buscada e avaliada não só por métricas internacionais, mas igualmente, por perspectivas nacionais e institucionais, que copiam, remodelam ou se inspiram em padrões globais.

O termo internacionalização, segundo Borini, Ribeiro, Coelho e Proença (2006), é o processo pelo qual uma empresa ou instituição deixa de operar somente nos limites do mercado ou de uma realidade nacional de origem e passa a atuar de diferentes modos no estrangeiro. Esses modos podem ser por meio de acordos de cooperação, exportação indireta e até operações estrangeiras mais complexas e com maior comprometimento de recursos, tal como a instalação de subsidiárias ou polos no estrangeiro.

No que tange à sua estrutura, a Unilab possui quatro polos universitários sediados em duas regiões interioranas, a saber, o Maciço do Baturité (Ceará) e o Recôncavo da Bahia (Bahia). Três desses polos se encontram nos municípios de Redenção e Acarape no Ceará: o *campus* da Liberdade, o *campus* das Auroras e a Unidade Acadêmica dos Palmares. Em termos simbólicos, Redenção foi escolhida pelo fato de ser o primeiro lugar, no país, que aboliu a escravidão em 1883<sup>19</sup>. Já na Bahia,

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/historia-de-redencao-liberdade/>. Acesso no dia 26 de out. de 2021 às 9h28.

existe apenas um polo universitário chamado *campus* dos Malês<sup>20</sup> em São Francisco do Conde, que é o foco desta pesquisa.

Desde sua criação, em 2010, até os dias atuais, a Unilab teve sete reitores *pro tempore*<sup>21</sup>, sendo o atual reitor, Roque do Nascimento Albuquerque, e a vice-reitora, Claudia Ramos Carioca, os primeiros a assumir esses cargos após o fim do regime de pro temporalidade nessa universidade<sup>22</sup>.

Segundo Malomalo (2018), essa universidade é considerada uma comunidade acadêmica multicultural e internacional, constituída como um espaço onde existe interação e disputa entre diversos agentes e sujeitos. Nessa perspectiva, Malomalo, Lourau e Souza (2018) interpretam a história da cooperação entre o Brasil e África por meio de categorias como cooperação Sul-Sul, solidariedade e cooperação solidária. Esses autores também levam em conta as dinâmicas internas da Unilab relativa às dinâmicas regionais, nacionais e internacionais, com enfoque nas gestões e as reitorias dessa universidade, entre os anos 2011 a 2018.

Sob a ótica dos/das estudantes africanos/as com quem tive a oportunidade de conversar e conforme as minhas observações de campo, algumas dessas categorias como a cooperação Sul-Sul e solidariedade eram-lhes desconhecidas, sobretudo durante a fase em que eles/elas ainda moravam nos seus países nativos. Essas categorias foram se tornando conhecidas e reconhecidas para muitos/as desses estudantes, sobretudo da área de ciências humanas, na medida em que eles/elas acessavam o conhecimento acadêmico ao longo dos debates e das aulas na Unilab. Inclusive esses estudantes passaram a compreender o processo político que envolve ou que “está por detrás” das suas partidas ou saídas do continente africano.

Ainda em conformidade com Malomalo, Lourau e Souza (2018), nos momentos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) estava no governo, sobretudo nas fases em que Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff ocuparam o cargo de presidente e presidenta do Brasil (2003-2016), houve uma aproximação concreta entre o Brasil e

---

<sup>20</sup> Essa nomenclatura *malês* faz menção à revolta dos escravizados que ocorreu em 25 de janeiro de 1835, protagonizada pelos negros muçulmanos conhecidos como *malês* (REIS, p. 3). Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>. Acesso dia 11 de jun. de 2021 às 13h13.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/galeria-de-reitores-e-reitoras/>. Acesso no dia 20 de jul. às 12h54.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/03/30/unilab-envia-lista-triplice-para-escolha-de-reitor-ao-ministerio-da-educacao/#:~:text=1%C2%BA%20Lugar%3A%20C1%C3%A1udia%20Ramos%20Carioca,com%2045%25%20de%20votos%20v%C3%A1lidos>. Acesso no dia 20 de jul. às 12h56.

África, que contribuiu para o surgimento e maturação da Unilab. Os conceitos de cooperação Sul-Sul, solidariedade e cooperação solidária tornaram-se então uma marca estratégica das relações estabelecidas entre os governos brasileiros e os governos no continente africano.

Eram vários os elementos que identificavam, uniam e mobilizavam esses povos: a colonização, o racismo e a exploração econômica que sofriam e ainda sofrem, por parte dos países do Norte. A colonização a que os países do Sul passaram por séculos foi responsável pelo seu desenvolvimento tardio. Começaram a atuar e tratar de suas ações em termos, como por exemplo, da “cooperação Sul-Sul”, que ali já era vista como uma cooperação baseada em princípios de solidariedade, igualdade e soberania entre todos os países envolvidos, de forma a travarem a luta pelo respeito aos direitos humanos e pela condenação do racismo (MALOMALO; LOURAU; SOUZA, 2018, p. 521)

Embora o enfoque desta pesquisa seja direcionado ao movimento de internacionalização da Unilab enquanto uma instituição de ensino superior, sobretudo em relação às redes de estudantes africanos/as que a integram, não se pode perder de vista as dinâmicas de interiorização dessa universidade e a participação de estudantes nesse processo. Até porque São Francisco do Conde é uma cidade no interior, onde a maioria desses estudantes passaram a estabelecer moradia, relações sociais e interpessoais.

Com base nessa ideia, o antropólogo Guillermo Vega Sanabria (2021) tece considerações sobre essa noção de “interior”, por meio da sua experiência enquanto docente de antropologia num curso criado no final da década de 2000 na Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brasil.

Sanabria (2021) sugere que, geralmente, quem se encontra nas metrópoles, entende que “tudo o que não é capital ou litoral é interior”. Também se oculta o fato de que o termo “interior” não somente designa uma localização geográfica, mas, sobretudo, também um “um espaço simbólico e opera como uma categoria valorativa”. Resumindo, a categoria “interior” faz referência às hierarquias que não dependem de posições geográficas, mas que se relacionam às políticas de acesso, distribuição e uso dos recursos disponíveis, nas quais, a Unilab encontra-se inserida.

Importa destacar que, segundo a pesquisa desenvolvida por Maria Silva e Maria Faria (2022) sobre o processo de interiorização da Unilab no município de Redenção (Ceará), o governo federal incluiu como meta no Plano Nacional de Educação, aprovado em 2000, a ampliação de instituições de ensino superior e de ofertas de vagas



direcionadas para as regiões Norte e Nordeste, como forma de redução de desequilíbrios regionais. A expansão do oferecimento da educação superior no interior dos Estados e nessas regiões citadas acima deu-se com a justificativa de proporcionar para esses locais maiores oportunidades de desenvolvimento.

Sendo a UNILAB uma universidade que busca oferecer mais oportunidades aos alunos do interior onde foi instalada, fez-se necessária a adoção de políticas públicas que corroborassem com esse objetivo. A UNILAB aderiu ao SISU como forma de ingresso, assim como a Lei de Cotas para reserva de vagas, e ainda, desenvolveu políticas internas de assistência para permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade social, através do PAES. O programa disponibiliza seis modalidades de auxílios: moradia, instalação, transporte, alimentação, social e emergencial (SILVA; FARIA, 2022, p. 4).

Tal como em Redenção, São Francisco do Conde também se insere nessa política de interiorização da Unilab. Geograficamente, São Francisco do Conde é um município que está na fronteira entre o Recôncavo da Bahia e a Região Metropolitana de Salvador na Baía de Todos-os-Santos, ficando a 82,8 km da capital estadual (Salvador). Com uma população estimada, para 2021, de 40.664 habitantes e com uma densidade demográfica de 126, 24 Km<sup>2</sup>, o local é considerado como um dos municípios de maior população negra conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos históricos, São Francisco do Conde surgiu em 1698 por ordem do então Conde de Linhares<sup>23</sup>, durante a colonização portuguesa no Brasil.

Como resultado dos seus processos históricos, o Recôncavo possui enorme influência africana, sendo objeto de importantes pesquisas sobre a diáspora e as relações raciais. A região é considerada berço da capoeira e lugar onde teriam surgido as primeiras manifestações do “samba de roda”, expressão musical, coreográfica e poética, proclamada patrimônio oral e imaterial (DE LUCCA; BUTI, 2021, p. 123).

Segundo De Lucca e Buti (2021), a formação da cidade remonta aos primórdios da colonização portuguesa no Brasil e na Bahia, por isso a cidade sempre teve uma relação muito intensa com Salvador, as cidades vizinhas e os núcleos agrícolas do meio rural. Um lugar marcado pela exploração da mão-de-obra escravizada, pelo latifúndio e pela monocultura da cana-de-açúcar. Essa região foi um importante palco de lutas por liberdade e emancipação na primeira metade do século XIX, tendo protagonismo nas guerras de independência do Brasil contra Portugal, e posteriormente transformando-se

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso dia 10 de set. de 2021 às 12h34.



“ouro negro”, a população continua marcada pelos poucos recursos econômicos, apresentando um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e um dos mais elevados índices de concentração fundiária do Estado.

Figura 3. O mapa do *campus* dos Malês.



Fonte: página do *Google Maps*.<sup>25</sup>

Em termos geográficos, a cidade de São Francisco do Conde é considerada a sede do município, estando subdividida em bairros como: São Bento das Lages, Centro, Nova São Francisco, Baixa Fria, Gurujé, Porto de Brotas (Roseira) e Campinas. Uma cidade que, fundamentalmente, faz parte do circuito e das convivências desses estudantes provenientes do continente africano, tanto no quesito social como acadêmico.

A maior parte desses estudantes africanos/as quando chegam na cidade, estabelecem moradia no Centro e na Baixa Fria, em casas alugadas pelos/as habitantes nativos/as de São Francisco do Conde, devido sobretudo a uma maior proximidade da universidade e de outras instituições dentro da cidade.

No Centro é onde encontram-se os principais pontos de comércio, da administração e do lazer, como por exemplo, a orla e a praça da Independência, os bancos, o hospital, algumas clínicas particulares e os principais postos de saúde, o mercado cultural, as quadras desportivas, as academias, as igrejas, o cartório, o prédio da Prefeitura e as secretarias administrativas adjacentes. Já na Baixa Fria, um bairro

<sup>25</sup> Cf: < <http://https://www.google.com/maps/place/UNILAB+-+Campus+dos+Mal%C3%AAs/> >. Último acesso em 23 de junho de 2023.

situado logo na entrada da cidade, encontra-se o edifício que sedeia o *campus* dos Malês.

### **Um *campus* chamado Malês**

"A Unilab é para nós um espaço de união, confraternização e solidariedade. Sairemos daqui como homens e mulheres qualificados para enfrentar os desafios de mudança em nossas terras"<sup>26</sup>. Esse é um trecho de uma fala pública do estudante guineense Neemias António Nanque, proferida durante a inauguração do *campus* dos Malês, na época, recém ingressado no curso de Bacharelado em Humanidades. Ele fez parte da primeira turma ou entrada de estudantes provenientes do continente africano em 2014.

A fala chama atenção para o fato da maioria dos/das estudantes africanos/as, particularmente do *campus* dos Malês, saírem dos seus países nativos tendo em vista o objetivo de um possível regresso enquanto “homens e mulheres qualificados” para a “mudança em nossas terras”. Dessa forma, a Unilab tornou-se um espaço onde esse objetivo pode ser concretizado, por outras palavras, um lugar de esperança e resistência para esses estudantes.

Trata-se de um *campus* composto por um prédio universitário que possui, em termos de estrutura, dois pisos, que são: o térreo, que tem o *hall* de entrada, uma secretaria, um restaurante universitário, um auditório, seis salas de aulas e dois banheiros (feminino e masculino). Subindo as escadas no *hall* de entrada ou na rampa, que fica entre os corredores das salas 1, 2 e 3 e o auditório, torna-se possível chegar ao primeiro andar, que possui uma sala de informática, uma biblioteca, uma enfermaria, a sala da diretoria geral do *campus* e cinco salas adjacentes onde costumam trabalhar os/as técnicas e as coordenações dos cursos.

Ainda no primeiro andar existem quatro salas de aulas, dois banheiros (feminino e masculino), uma sala dos professores/as, uma sala disponível para a coordenação dos cursos e mais três salas, normalmente, ocupadas por técnicos/as administrativos/as. Sem esquecer, na parte externa do *campus*, a existência do único pátio, com jardins na parte frontal e lateral, uma quadra esportiva e mais dois banheiros (masculino e feminino) nas imediações do local.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=26156>. Acesso dia 17 de ago. às 12h52 de 2023.

Figura 4. O *campus* dos Malês na Baixa Fria, São Francisco do Conde, Bahia.



Fonte: Lauro José Cardoso, setembro de 2021.

Antes da sua inauguração efetiva, o *campus* dos Malês iniciou as suas atividades em fevereiro de 2013 com cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância. Esses cursos foram a graduação em Administração Pública e as especializações em Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Porém, foi a partir do dia 26 de maio do mesmo ano que o *campus* dos Malês ofertou os seus primeiros cursos presenciais: o Bacharelado em Humanidades - BHU e a Licenciatura em Letras – língua portuguesa<sup>27</sup>.

Em termos administrativos, o *campus* dos Malês depende da Unidade Acadêmica situada nos Palmares da Unilab no Ceará. Isso quer dizer que ela não possui uma autonomia administrativa, que inclusive faz parte de um extenso debate e problemáticas postas em inúmeras pautas discutidas pelos/as representantes do *campus* na Bahia, desde estudantes, passando por professores, e técnicos, até a própria diretoria. No momento isso não chegou a efetivar-se e, pelo que se sabe na atualidade, existe um certo esfriamento dos debates em torno desse assunto sobre a autonomia administrativa.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/2014/05/13/campus-dos-males-e-inaugurado-em-sao-francisco-do-conde-na-bahia/> Acesso dia 28 de set. às 14:17.

Atualmente, a diretora do *campus* é Mirian Sumica Carneiro Reis, reeleita em abril de 2022<sup>28</sup>.

O que tem estado em voga são os debates em torno das obras de um prédio novo referente a esse *campus*, que, desde a sua inauguração, ainda não possui um prédio próprio. Isto porque as atividades institucionais e acadêmicas têm acontecido nos prédios emprestados pela Prefeitura de São Francisco do Conde, sobretudo antes da pandemia de Covid-19 ter deflagrado no Brasil.

Como o *campus* dos Malês ainda não dispunha de lugar próprio, um edifício escolar municipal foi cedido temporariamente enquanto a construção de dois novos prédios da universidade estava em andamento. As obras nunca foram concluídas e o campus permaneceu circunscrito àquele pequeno edifício localizado ao lado da carcaça das construções abandonadas<sup>29</sup>. Na medida em que novas turmas foram se matriculando, as instalações cedidas pela prefeitura foram ficando pequenas e insuficientes, superlotadas e precarizadas. Para contornar este problema, aulas começaram a ocorrer em salas cedidas por outras escolas públicas, mais distantes, no período noturno. Esta solução colocou novos obstáculos, não só devido à necessidade de transporte para estudantes e professores, mas porque uma das escolas foi alvo de dois assaltos organizados. Pessoas se machucaram e perderam seus bens, e a violência fez com que estudantes, professores e funcionários se recusassem a retornar àquele espaço sem a segurança adequada (DE LUCCA; BUTI, 2021, p. 124).

Esse debate também tem sido fomentado, principalmente nas redes sociais como o Facebook, o Instagram e o YouTube, pelo coletivo de estudantes vinculados à instituição, a Irmandade Malês<sup>30</sup>, que tem alertado para os problemas existentes no atual prédio universitário, tendo em conta o aumento recorrente de estudantes, o espaço que é pequeno, a falta de manutenção nas suas estruturas<sup>31</sup> e a discussão em torno do regresso ou não das atividades presenciais de um modo integral. O fato é que foi deliberada uma previsão de regresso às aulas e atividades presenciais na Unilab para o mês de abril de 2022, que foi concretizada.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/2022/04/20/divulgado-resultado-da-consulta-informal-para-a-escolha-da-direcao-geral-do-campus-dos-males-quadrinio-2022-2026/>. Acesso no dia 20 de jul. de 2022 às 13h11.

<sup>29</sup> A empresa responsável, RCI Construções e Meio Ambiente Ltda, abandonou a obra faltando aproximadamente 30% para sua conclusão. O caso tramita na Justiça. Em função do abandono do contrato pela empresa, a Unilab devolveu aproximadamente 4 milhões de reais ao Tesouro Nacional (DE LUCCA; BUTI, 2021, p. 124).

<sup>30</sup> Procurei informações sobre esse coletivo por meio das redes sociais, a mesma possui uma conta no Instagram, no YouTube e no Facebook, onde posta as informações das suas atividades e os eventos com convidados/as que organiza (sobretudo na internet). Tentei conversar com a atual responsável, mas até agora, sem sucesso, pois ultimamente a página não tem sido movimentada.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://ponte.org/artigo-universidade-preta-segue-sem-um-predio-proprio-em-plena-pandemia/>. Acesso no dia 28 de set. de 2021 às 20h16.

Apesar de ser crucial pensar o *campus* dos Malês como uma parte integrante da Unilab no Ceará, o fato é que em termos de narrativas e relatos, especialmente, por parte de várias/os estudantes, professores e por técnicos/as desse espaço universitário na Bahia, trata-se de um *campus* que tem passado - desde a sua fundação em 2014 - por um processo de subalternização e descaso institucional. Essa narrativa se refere à escassez de recursos econômicos que ficam disponíveis para o *campus*, em comparação com os demais *campi* no Ceará, muitas das vezes sob a justificativa do *campus* dos Malês ser “o menor e o mais novo”.

É interessante pensar o *campus* dos Malês como um lugar ou uma universidade pequena de tamanho, - em comparação aos demais *campis* existentes no Brasil, ou até mesmo, em relação aos demais *campis* da própria Unilab no Ceará -, onde a maioria de estudantes, via de regra, se conhece pessoalmente, ou por meio das redes de conhecidos/as ou se esbarrou uma ou outra vez nos corredores e nas salas de aula.

Embora a estrutura do prédio não tenha sido, intencionalmente, construída para albergar uma instituição universitária, a decisão política protagonizada pela gestão da então prefeita da cidade, Rilza Valentim, em 2012<sup>32</sup>, não foi aleatória e sim fundamental para que a ideia do *campus* dos Malês se materializasse, fisicamente, no prédio situado no bairro Baixa Fria em São Francisco do Conde. Trata-se, por isso, de um dos principais motivos para que a universidade tenha sido inaugurada nesta cidade.

Conforme alguns estudantes africanos/as e interlocutores desta pesquisa, no mês de junho de 2022 houve uma reunião virtual por meio da plataforma Google-Meet com a atual diretora do *campus*, Mirian Carneiro Sumica Reis e a comunidade estudantil, tendo como um dos temas de pauta um balanço sobre a questão orçamentária do *campus* dos Malês.

Um dos assuntos mais comentados durante esse encontro foi a construção de um prédio próprio da Unilab. Uma vez que a obra da construção desse novo prédio ficou estagnada, o orçamento disponibilizado para esse efeito acabou voltando para os cofres do Estado. Isso demandaria novas licitações e burocracias demoradas para a urgência do problema. Além disso, conforme o que foi dito nesse encontro pela atual diretora do

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/2012/06/28/moradores-de-sao-francisco-do-conde-conhecem-predio-da-unilab/>. Acesso dia 28 de set. às 20h06.

*campus*, não existem garantias de que o orçamento necessário para a retomada da obra fosse aprovado sob a égide do governo de Jair Bolsonaro<sup>33</sup>.

No entanto, ainda segundo o que foi dito pela atual diretora do *campus* nessa ocasião, existe uma nova proposta, que foi submetida ao atual reitor da Unilab, Roque do Nascimento Albuquerque, para a construção de 12 salas de aulas no *campus*. É importante dizer que desde 2017, essa problemática passou a ficar mais evidente, pois o número de salas disponíveis no *campus* já não estava dando conta da quantidade de atividades e estudantes regularmente, matriculados. Isso levou a que a direção do *campus* na época estabelecesse uma parceria com o então prefeito Evandro Santos Almeida para disponibilizar mais dois prédios, dessa vez situados no Centro da cidade: o Cejal e o Instituto Municipal Luiz Viana Neto. Ambas são escolas públicas que recebem estudantes do ensino fundamental I e II.

Cabe também dizer que essa situação durou até a deflagração da pandemia de Covid-19, tendo sido suspensa somente devido à paragem das atividades presenciais. Já em abril de 2022, após a retomada das aulas presenciais, as atividades acadêmicas foram suspensas nesses dois espaços, que no momento estão passando por um processo de reabilitação. As aulas têm acontecido por meio de um rodízio semanal entre o regime presencial e virtual ou especial.

Antes da pandemia de Covid-19, os/as estudantes da Unilab frequentavam esses espaços para assistir as aulas, normalmente, pela noite, para não chocar com os horários das aulas dos/das estudantes de ensino fundamental pela manhã e tarde. Essa rotina gerou muitos conflitos, tensões e debates dentro da universidade na época, em consequência dos problemas sociais como violências e assaltos que aconteceram num desses locais (Cejal), que acabou por deixar pessoas, professores e estudantes com medos e inseguranças, sem esquecer os materiais roubados como tabletes, celulares, dinheiro e etc.

---

<sup>33</sup>. O Governo Bolsonaro reduziu em quase R\$ 5 bilhões o orçamento do Ministério da Educação para 2021. Dando prosseguimento ao projeto de desmonte da educação pública brasileira, o governo bloqueou R\$2,7 bilhões do MEC, que podem vir a ser liberados ao longo do ano a depender do limite do teto de gastos, e vetou outros R\$ 2.2 bilhões, que não serão mais distribuídos. O bloqueio não atinge o pagamento de salários, mas as despesas discricionárias. Entregue pelo governo em agosto de 2020, a proposta orçamentária de Bolsonaro já trazia um corte de R \$4,2 bilhões em despesas discricionárias, uma redução de 18,2% no orçamento da educação em relação ao ano de 2020. Disponível em: <https://adunb.org/conteudo/1520/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes-debolsonaro#:~:text=O%20bloqueio%20n%C3%A3o%20atinge%20o,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20de%202020>. Acesso dia 17 de ago. às 12h18.



Isso levou, inclusive, a que houvesse na época um boicote temporário, por parte dos professores e estudantes em relação ao acesso a esses dois espaços, exigindo uma melhoria das condições de segurança dos prédios. Entretanto, pelo fato de um dos assaltos mais violentos ter acontecido no prédio do Cejal, apenas nesse local foi vedada a presença da comunidade acadêmica da Unilab, pois o prédio acabou sendo interditado, mas as aulas continuaram acontecendo normalmente no Instituto Municipal Luiz Viana Neto pelo período noturno e no próprio prédio do *campus*.

O fato é que nessa fase, cada vez mais era evidente que o *campus* dos Malês estava passando por problemas estruturais advindo da sua expansão, sobretudo com o aumento da presença de estudantes - tanto africanos/as como brasileiros/as - que não coadunava com a melhoria e o aumento das condições de acesso. Por exemplo, por meio da construção de mais salas e de serviços como o aperfeiçoamento do restaurante universitário e da rede de transportes. Esses problemas permanecem até a atualidade.

Na esteira desses problemas institucionais, no dia 21 de junho de 2023, a atual diretora do *campus*, Mirian Sumica Reis, criou uma petição no *site* Brasil Participativo<sup>34</sup> para o governo brasileiro, com o título “Criação da Universidade Federal África-Brasil (UFAB)”, cuja abertura para a votação ficou aberta até 14 de julho de 2023. Numa publicação postada no seu perfil da rede social *Instagram*<sup>35</sup>, a diretora mencionou a importância desta data, por ser a comemoração dos 93 anos de nascimento de Luís Gama<sup>36</sup>.

Pensada a partir da emancipação do #campusdosmalês, a UFAB é um projeto construído coletivamente, que parte da nossa experiência acumulada de cooperação internacional e visa uma ampliação: para além dos PALOP, a UFAB se coloca como mais uma estratégia de cooperação solidária com o Sul global, pensando na África e na sua diáspora em Ásia e nas Américas (trecho da publicação feita no perfil da diretora do *campus*, Mirian Sumica Reis, dia 30 de junho de 2023).

O objetivo desta petição é fazer com que ela esteja entre as cinco propostas mais votadas, pois, os autores e autoras das mesmas serão convidados/as para o “Fórum

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/programas/f/2/proposals/4166>. Acesso dia 21 de ago. às 13h06 no dia 21 de ago. de 2023.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuH2zTbA7xc/>. Acesso dia 21 de ago. às 13h10 no dia 21 de ago. de 2023.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Luiz-Gama-1830-1882-um-her%C3%B3i-nacional.pdf>. Acesso dia 21 de ago. às 13h15 no dia 21 de ago. de 2023.

Interconselhos”<sup>37</sup> que acontecerá em Brasília, com a presença do atual presidente Lula da Silva e os seus ministros, para dialogarem sobre a efetivação das suas propostas.

As opiniões e relatos dos atuais estudantes, professores, técnicos/as, funcionários/as e egressos/as do *campus* dos Malês, não têm sido unânimes com relação ao apoio desta petição. Em conversa com algumas dessas pessoas e, também, por meio de alguns debates informais que tenho acompanhado e observado nas redes sociais como *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*, a proposta da UFAB não surge em um momento favorável, mesmo que seja durante o governo do presidente Lula da Silva, porque o *campus* dos Malês tem “outros problemas maiores a serem resolvidos imediatamente”. Por exemplo, a inexistência de um prédio próprio para que as aulas e as atividades acadêmicas aconteçam de maneira plena, como disse uma estudante angolana do curso de Letras. Outra justificativa para não apoiar essa proposta se relaciona com o fato de o Malês não dar conta, em termos de infraestruturas e de “integração” com os/as atuais estudantes provenientes dos Palop. Conforme afirmava um estudante egresso cabo-verdiano, “imagina se viessem estudantes de outros países africanos, que inclusive falam outras línguas como francês e inglês?!”.

É importante perceber que, mesmo sendo um *campus*, até o momento ainda vinculado à Unilab, o Malês possui idiossincrasias e diferenças em relação aos seus “irmãos” que se encontram em cidades do interior no Ceará. Essas diferenças são das mais diversas ordens, passando pela localização geográfica, pelas subjetividades dos/das estudantes, professores e técnicos/as e pelo tempo de existência, pois o *campus* dos Malês é quatro anos mais novo. Além disso, o *campus* situado em São Francisco do Conde, responde diretamente à unidade central da Unilab, que está estabelecida em Redenção. Todos esses aspectos compõem e moldam estruturalmente o modo como essa universidade é percebida por quem atua dentro dela.

### **Os países de origem dos/das estudantes**

África não é um país, mas um continente. Início com essa frase que, cotidianamente, serve como um modo de muitos/as estudantes que chegaram de países africanos para viver no Brasil falarem sobre as suas identidades, sem ficar fixos em denominações e generalizações como o africano e a africana, que ainda é muito

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/ppa-participativo/forum-interconselhos>. Acesso no dia 22 de ago. às 12h21 de 2023.

utilizado em vários contextos sociais brasileiros. Existem muito mais aspectos idiossincráticos ou particulares de identificação do que esse jargão genérico. Faço essa afirmação não por menosprezo a essa categorização (africano/a) em si, até porque ela é necessária e utilizada cotidianamente por nós mesmos, mas pelo fato dela ainda ser genérica e, na maior parte das vezes, não evidenciar as particularidades existentes nas identidades e nas origens de cada pessoa proveniente de África.

Desta forma é interessante mostrar como as redes, os circuitos, os trânsitos e as relações sociais desses estudantes também estão, intimamente, relacionadas com os seus países de origem: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Esses estudantes conversam e interagem com os seus familiares e parentes que se encontram nesses países, por meio de redes sociais como Facebook, Messenger, Instagram e WhatsApp. Por isso a importância de trazer aspectos históricos, linguísticos e sociais de cada país nessa pesquisa.

Para além desses cinco Estados-Nação, o continente africano é composto por mais 49 países, sendo o terceiro maior continente do mundo. Anteriormente esse continente passou por longos períodos de colonização e escravização de indivíduos, imposta por alguns países europeus (França, Bélgica, Itália, Holanda, Inglaterra, Espanha, Alemanha e Portugal), que acabaram por influenciar as vidas e os destinos de inúmeras pessoas, famílias e territórios nesse continente, por exemplo, por meio do tráfico ou de migrações forçadas.

Importa contextualizar que, conforme Rafael Marquese (2006), nos séculos que se seguiram ao colapso do Império romano, a escravidão não desapareceu por completo na Europa ocidental e mediterrânea. Isto porque a escravidão enquanto “sistema de trabalho” deixou de existir no Ocidente europeu, excetuando-se os países do Mediterrâneo (nas penínsulas Ibérica e Itálica). Mesmo assim, nos séculos XIV e XV, a escravidão foi uma “instituição urbana”, com importância limitada no conjunto da economia e o emprego em larga escala de cativos na produção agrícola havia se tornado residual nestas últimas regiões. A recriação do escravismo, com o emprego massivo de escravizados/as nas tarefas agrícolas, seria realizada por portugueses e espanhóis só após a segunda metade do século XV, com a introdução da produção açucareira nas ilhas atlânticas orientais (Canárias, Madeira, São Tomé), e, no século XVI, com a colonização da América, incluindo o Brasil.

Nesse processo escravocrata violento, muitas pessoas foram transportadas em navios negreiros para o continente americano, incluindo países como o Brasil, entre os

séculos XV e XIX, formando uma extensa e diversificada diáspora africana nesses locais. Sendo importante reconhecer também que o processo histórico no continente africano não começou a partir da escravização, pois já existiam vários povos e sociedades estruturadas antes da chegada dos colonizadores europeus.

Parafrazeando Stuart Hall (2013), que faz uma reflexão em torno das nações e identidades caribenhas, a proposta aqui é perguntar como são imaginadas as nações africanas. O autor menciona que esta é uma questão central, não somente para seus povos, mas também para as artes, sociedades e culturas que produzem, enquanto um lugar onde “o sujeito imaginado” está sempre em jogo. Por meio dessa pergunta surgem outras como, por exemplo: onde começam e onde terminam suas fronteiras, quando regionalmente cada uma é, de forma cultural e histórica, tão próxima de seus vizinhos? Como imaginar sua relação com o país de origem, a natureza de seu “pertencimento”? E de que forma devemos pensar sobre a identidade nacional e o “pertencimento” ao continente africano, especificamente os Palop, estando distante desses territórios?

O fato é que, observando o modo como os/as estudantes africanos/as vivem e se relacionam, especialmente os/as que possuem uma conexão com o *campus* dos Malês, foi possível observar a construção de vários/as “sujeitos imaginados” que partem dos seus territórios de origem e que vão configurando suas identidades e pertencimentos em movimento. Desta forma, eles/elas vão tecendo as suas redes de amizade e de parentesco entre os locais de onde saíram, chegaram e estabeleceram seus trânsitos transatlânticos não estanques, na medida em que vão desafiando a construção de uma ideia de “nação”, mas sem abrirem mão dela e de uma necessidade fixa de pertencimento ao seu país e continente nativo.

De acordo com Benedict Anderson (2008), por meio de uma concepção antropológica, o termo nação é definido como uma comunidade imaginada que é, intrinsecamente, limitada e ao mesmo tempo soberana. Uma nação é imaginada porque até os membros de uma pequena comunidade ou nação, normalmente não conhecem, encontram ou nem sequer ouvem falar da maior parte dos seus compatriotas, apesar de existir em mente uma imagem viva da comunhão ou compatibilidade entre essas pessoas.

[...] por último, ela (a nação) é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se

disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON, 2008, p. 34).

No entanto, o cientista político Partha Chatterjee (1996) faz uma objeção às ideias de Anderson (2008), a partir da seguinte interrogação: “se os nacionalismos no resto do mundo tinham que escolher sua comunidade imaginada entre certos formatos modulares que Europa e América lhes proporcionavam, então o que eles faziam de sua imaginação?”

Dito de outra forma, a crítica de Chatterjee (1996) parte do pressuposto que o processo histórico das nações que se libertaram do jugo colonial francês, inglês, espanhol, alemão e português no mundo pós-colonialista como é o exemplo dos Países em Desenvolvimento, ainda segue refém da modernidade sustentada, especialmente, pela Europa e América do Norte, enquanto sujeitos “verdadeiros” da história mundial. Chatterjee (1996) ainda realça o seguinte: “Parece que nossa imaginação também deve permanecer colonizada para sempre”.

O fato é que o trânsito, as redes e as circulações de pessoas saídas de vários países da África para o continente americano e europeu, ainda segue sendo um hábito pautado, especialmente, por dimensões globais, sociais, educacionais, culturais, econômicas e morais. Em geral, elas podem ser sintetizadas, pela busca de melhores condições de vida em países considerados como do “primeiro mundo”, “emergentes” ou “em vias de desenvolvimento”.

Contudo, como os/as estudantes africanos/as se imaginam em trânsito? Como eles concebem as suas ideias de nação em território brasileiro? No decorrer da pesquisa de campo e nas conversas com os meus interlocutores, fui percebendo que uma boa parte desses estudantes não refletem, cotidianamente, sobre essa condição de pessoas em “trânsito” ou na/em “diáspora”. Ou seja, esses fatores são mais vividos do que, estritamente, pensados, seja de forma comum ou mais científica.

Em conversa com um estudante egresso, de nacionalidade cabo-verdiana, que foi um dos primeiros estudantes de Cabo-Verde a ingressar no *campus* dos Malês, ele disse que sempre vai se “ver e sentir” enquanto um cabo-verdiano, pois se trata do “país onde nasci, cresci e tenho toda a minha família lá”, mas ele também disse que, hoje em dia, de certo modo, igualmente se enxerga enquanto um “brasileiro-baiano”, porque já mora há 9 anos no local e desenvolveu afetos e relações com pessoas de nacionalidade brasileira e que moram em Salvador (Bahia). No final, esse estudante rematou sorrindo: “sou um cidadão do mundo”.

Parafrazeando Paul Gilroy (2001) e Hall (2013), tanto o Caribe como a África foram dois cenários chaves na dominação e hegemonia europeia, dentro do qual lutou-se pela estabilização do sistema de Estados-nação, alcançada em uma série de acordos imperialistas. Dito de outra forma, o apogeu do imperialismo no final do século XIX a colonização, as duas guerras mundiais e os movimentos pela independência nacional e pela descolonização no século XX marcaram o auge e o término dessa fase.

Agora ela está rapidamente chegando ao fim. Os desenvolvimentos globais acima e abaixo do nível do Estado-nação minaram o alcance e o escopo de manobra da nação e, com isso, a escala e a abrangência — os pressupostos panóticos — de seu "imaginário". Em qualquer caso, as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos (HALL, 2013, p. 35 e 36).

Para Gilroy (2001) e Hall (2013), a imposição de fronteiras nacionais, aplicadas pelo sistema imperial acabou fragmentando a região em entidades nacionais e linguísticas separadas e alheias, difíceis de ser recuperadas. Por isso que a inserção discursiva e participação do Caribe e da África nas histórias nacionais trazem à tona as trocas laterais e aspectos históricos, anteriormente, apagados ou silenciados. Essa estrutura alternativa é uma contra narrativa potente dentro do escopo das discussões sobre a diáspora e a globalização.

Sob esta seara do debate com Gilroy (2001), Hall (2013), Anderson (2008) e Chatterjee (1996), também é possível refletir sobre a própria Unilab enquanto uma “comunidade imaginada”, cuja lógica em termos institucionais, educacionais e políticos busca uma integração e internacionalização dessas “histórias nacionais” e “sujeitos imaginados”, com o objetivo de lhes dar mais voz e visibilidade, sobretudo, dentro do espectro interno brasileiro, pautado por vários equívocos sobre o continente africano e as pessoas que habitam nele.

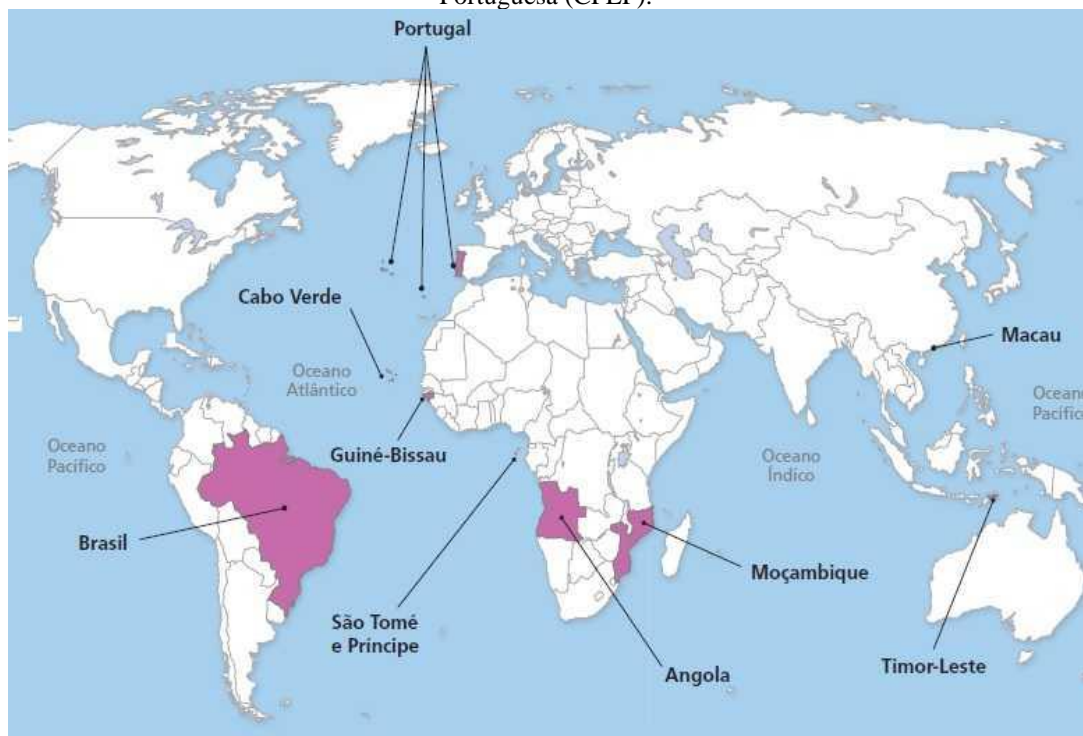
Geralmente, no Brasil e, sobretudo, entre os/as que se consideram afro-brasileiros/as, é usual que essas pessoas “imaginem” os/as africanos/as enquanto indivíduos que possuem uma espécie de “essência ou pureza africana”, que lhes confere características e estereótipos como, por exemplo, a capacidade ou vocação de se comunicar em múltiplas línguas, o uso constante de roupas ou peças africanas de cunho “tradicional”, a existência de religiões de matriz africana cultuadas em território africano e a ideia de que, principalmente, as mulheres africanas só usam tranças africanas e cabelos de estilo afro.

Ao mesmo tempo, também existem brasileiros/as que “imaginam” os nativos/as do continente africano enquanto indivíduos inferiores e que possuem algum tipo de carência, seja por fatores econômicos, culturais como educacionais. Todos esses conjuntos de “imagens” e “imaginações” sobre o/a africana, conforme as minhas interlocuções com os/as estudantes dos Palop do *campus* dos Malês, são em muitos casos, percebidos como pensamentos equivocados, pois, na maior parte das vezes, essas “imaginações” não correspondem às características, realidades e personalidades desses estudantes; que em vários casos não falam mais de uma língua nos seus cotidianos; não gostam de usar roupas ou peças africanas ou “tradicionais”; não cultuam quaisquer religiões e práticas que se assemelham às religiões de matriz africana no Brasil, sendo muitos/as deles/as católicos/as e evangélicos/as.

Tais aspectos e realidades acabam por chocar e colocar em xeque a ideia e “imaginação” de uma África e, em certa medida, de uma Unilab pura e intocável, cujas características acabam por ser recriadas, imaginadas e reconstruídas em território brasileiro. Dito de outra forma, muitos dos conflitos, estranhamentos e choques entre brasileiros/as e africanos/as, dentro e fora da Unilab, advém de uma idealização do/da africano/a enquanto um sujeito imaginado fora dos efeitos da globalização, da ocidentalização, do capitalismo e da contemporaneidade. Conheci pessoas brasileiras que se mostraram decepcionadas com muitos/as dos/das estudantes africanos/as, pelo fato de a maioria deles/as “não serem como imaginaram”, questionando, por exemplo, porquê alguns/umas gostavam de vestir tênis e camisetas da marca Adidas e Nike, em vez de vestirem roupas “tradicionais africanas”, que geralmente são confeccionados por meio dos tecidos provenientes de países como Senegal, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

É importante frisar que, tanto os/as brasileiros/as como os/as africanos não são homogêneos em termos identitários. Geralmente, as pessoas nascidas no Brasil que acabam por tecer tais comentários em relação aos tipos de vestuários - conforme a minha observação em campo e mediante o diálogo com vários/as estudantes provenientes de África - são aqueles que vivem de forma “intensa a sua afro-brasilidade”, independentemente, do estado brasileiro no qual são nativos/as, como disse uma estudante guineense do curso de Letras.

Figura 5. Mapa com destaque para África e os países da Comunidade de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).



Fonte: página do ciber dúvidas da língua portuguesa<sup>38</sup>.

Para além de estarem localizados em diferentes partes ou regiões do continente africano e asiático - possuem processos históricos e dinâmicas sociais, que são ao mesmo tempo, similares e diferentes. Existem fatores em comum, sendo um deles o fator linguístico, pois a língua oficial desses países é a portuguesa, advindo da colonização de Portugal nesses territórios, fundamentalmente a partir do século XV até o século XX. Porém, também há fatores distintos como, por exemplo, as variações nos sotaques da língua portuguesa falada nesses locais, assim como as línguas locais que interagem com essa língua oficial e dão origem às chamadas línguas “crioulas”. Apesar de não serem esses os objetivos centrais dessa pesquisa, acredito que as informações sobre os Palop ajudam o leitor e a leitora a localizarem os lugares de onde esses estudantes são originários.

Em primeiro lugar Angola, que é um país que se encontra na região sul e na costa Ocidental do continente africano, banhado pelo oceano Atlântico. Sua capital é Luanda e trata-se do maior país africano, em termos de área, a ser colonizado por Portugal, com 1.246.700 km<sup>2</sup>. A independência do jugo colonial português aconteceu em 11 de novembro de 1975. Quanto à densidade populacional, de acordo com as

<sup>38</sup> Cf: <<http://ciberduvidas.iscte-iul.pt/>>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.



informações disponibilizadas no *site* do Banco Mundial, o país possuía mais de 30 milhões de habitantes em 2018<sup>39</sup>, tendo inúmeras línguas locais como o Quimbundo, Tchokwe e Quicongo, que também são faladas apesar de não serem oficializadas. A moeda de Angola se chama *kwanza*.

Já Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica que se constitui a partir de dez ilhas com 4.033 Km<sup>2</sup>, localizado no oceano Atlântico, mais ao norte e ao largo da costa da África Ocidental. A capital é Praia e o país se tornou independente de Portugal em 5 de julho de 1975. Em termos populacionais as ilhas possuem, conforme o último censo realizado no país em 2021, 483.628 habitantes<sup>40</sup>. Apesar da língua portuguesa ser a única oficial, a maior parte da população se comunica no crioulo cabo-verdiano. A moeda desse país é o escudo cabo-verdiano.

A Guiné-Bissau é um país da costa ocidental africana, com uma área de 36.125 Km<sup>2</sup>, composto também por cerca de 80 ilhas que formam o arquipélago dos Bijagós. O nome da capital é Bissau e o país conseguiu a independência no dia 24 de setembro de 1973. No quesito populacional, são cerca de 1,9 milhões de habitantes<sup>41</sup>, sendo que a maior parte da população fala o *kriol* guineense, apesar da mesma ainda não ser considerada como oficial. Também existem outras línguas locais como Balanta, Papel e Fula. A moeda da Guiné-Bissau é o franco CFA.

Por sua vez, Moçambique é um país situado na chamada África Oriental, banhado pelo oceano Índico, com área total de 801.590 Km<sup>2</sup> e capital em Maputo. O país tornou-se independente da colonização portuguesa em 25 de junho de 1975 e possui uma população estimada em 2020, de 31,26 milhões de habitantes<sup>42</sup>. Em termos linguísticos, o português é a língua oficial, mas existem línguas locais não oficializadas como Macua, Tsonga, Rhonga e Sena que também são, cotidianamente, faladas. A moeda moçambicana é o metical.

Por último, São Tomé e Príncipe é um arquipélago de origem vulcânica composto por duas ilhas, situadas no golfo da Guiné e banhadas pelo oceano Atlântico na parte central de África. Possui 1001 Km<sup>2</sup>, sendo o menor em comparação com os

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview#1>. Acesso dia 19 de out. de 2021 às 13h35.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview#1>. Acesso dia 20 de out. de 2021 às 14h01.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview#1>. Acesso dia 20 de out. de 2021 às 14h13.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview#1>. Acesso dia 20 de out. de 2021 às 14h28.

demais territórios colonizados por Portugal, e atualmente tem uma população de mais de 215.000 habitantes<sup>43</sup>. A capital é São Tomé. O país tornou-se independente do jugo colonial português em 12 de julho de 1975. A língua oficial é o português, mas também existem línguas crioulas como o Santomé ou Forro, Anguené, Cabo-verdiano e Lunguê que são, localmente, faladas. A moeda desse país é a dobra.

De acordo com o pesquisador Ítalo Rodrigues (2019), a organização dos Palop foi criada em 1979 - após a independência dos países sob o jugo colonial português - pelos governantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com o foco de conglomerar os milhões de falantes nativos do português no continente africano. A língua portuguesa surge como um reflexo de uma penetrante transformação cultural, que culminou na predominância das línguas coloniais nos usos jurídicos e administrativos, também sendo a preferência das classes dominantes para usos políticos e sociais. Dito de outra forma, a dimensão linguística foi crucial para o estabelecimento da cooperação formal entre os Palop.

No que tange à palavra lusofonia, que inclusive é um dos termos que compõe a sigla Unilab, a linguista Cristine Severo (2016) diz que, na atualidade, devido ao fortalecimento econômico de países como o Brasil, Angola e Moçambique no cenário internacional, presencia-se a reativação de um interesse pela ideia de lusofonia. Em termos gerais, refere-se ao compartilhamento de recursos simbólicos e culturais, tendo a língua portuguesa como um aspecto que promove conexões, bem como interesses econômicos e políticos comuns. O termo lusofonia, apesar de ser formado pelo prefixo “lusó”, que remete à Portugal, tem sido alvo de ampla ressignificação e debate, em busca de uma visão mais alargada e heterogênea.

Se, por um lado, as discussões em torno do “português como língua estrangeira” parecem ratificar discursos nacionalistas através da retomada de conceitos como “língua materna e língua estrangeira” – definidores de uma identidade nacional –, por outro lado, a dimensão política da globalização coloca em xeque a normatividade das categorias de tradição, nacionalismo e pertencimento em prol da ideia de desterritorialização, que tem permeado as discussões em torno de transnacionalismos e multiculturalismos. Os grandes deslocamentos e migrações têm promovido reajustes conceituais, por exemplo, nas ideias de comunidade e de localismo (SEVERO, 2016, p. 1329).

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview#1>. Acesso dia 20 de out. de 2021 às 14h41.

A questão da língua envolvendo o espaço lusófono, de fato, aparece como um elemento que visa conectar ou integrar os diferentes países e promover uma aproximação em termos linguísticos, sociais e históricos, com o intuito de facilitar as relações e a comunicação de um modo geral. Trata-se, por isso, de uma característica institucional da Unilab, cuja ação é pautada na ideia e na utopia de que a língua mais falada, dentro e fora desta universidade é o português. Contempla-se, igualmente, a perspectiva de que há uma diversidade e variação linguística concernente a cada região, local e país.

O antropólogo João de Pina Cabral (2014) traz para esse debate sobre a lusofonia o conceito de lusotopia, definido como um tempo/espaço que tem origem na expansão histórica dos portugueses e das complexas interações posteriores, implicadas por esse movimento. Nesse sentido, a “*ecumene*<sup>44</sup> lusotópica” não se restringe à partilha de uma língua comum ou a línguas nativas que incluem os crioulos do português, mas, igualmente, o compartilhamento “de uma série indeterminada, mas significativa de códigos culturais, de espaços e edifícios, de instituições cívicas e políticas”. Com base nesta reflexão, percebo que tal *ecumene* é também constituída por aspectos como as redes de parentesco, de um passado comum e de amizades, sendo esses aspectos, marcadores importantes para a construção social de indivíduos como, por exemplo, os/as estudantes africanos/as da Unilab, *campus* dos Malês.

A identidade lusófona, identificada comumente pela herança colonial e a língua em comum, é parte da discussão acerca das relações dos PALOP. É através dessa identidade que a possibilidade da concepção de empreitadas no âmbito da cooperação entre países lusófonos concretizou-se, vindo a possibilitar uma inclinação clara ao desenvolvimento mútuo das relações entre esses países. Se, durante o período da descolonização, existiu um entendimento orientado ao objetivo mútuo dos PALOP em obter suas independências de Portugal, no período pós-colonial e de formação de estado, esse esforço tornou-se, em prática, completamente invalidado, o que levanta a questão de qual realmente é o papel da identidade lusófona e qual a sua real importância e influência nas relações entre os cinco países (RODRIGUES, 2019, p. 106).

A partida ou saída de estudantes do continente africano para o Brasil e para a Unilab está cunhada por essa perspectiva de “identidade lusófona ecumênica”, como

---

<sup>44</sup> *Ecumene*, aqui, é um conceito alternativo aos que dominaram as ciências sociais do século XX, tais como grupo, sociedade, nação, etnia ou cultura. A propensão generalizada nos estudos pós-coloniais para estudar a história imperial a partir de uma perspectiva eurocêntrica de poder e domínio tende a esconder o fato de que os encontros imperiais, por mais violentos que tenham sido, se inscreveram nas visões de mundo locais, abrindo assim caminho, com o passar do tempo, a novas negociações de respeito próprio e de autodeterminação (CABRAL, p. 307, 2014).

uma premissa basilar para unir, imaginar e integrar os distintos indivíduos provenientes dos Palop e da CPLP. Entretanto, mesmo que esse fator linguístico comum seja importante para compreender as dinâmicas e as redes das relações desses estudantes, também é fundamental considerar as diferenças existentes nessa ideia de integração linguística, como muitas vezes foi possível observar nas interlocuções com esses estudantes.

Por fim, com base nessas interlocuções, destaco três aspectos como reflexão sobre essas diferenças: 1- as variações da língua portuguesa em cada um desses países e na fala desses estudantes africanos/as, em termos de sotaque, escrita e oralidade; 2- O fato das línguas crioulas, por exemplo, de Cabo Verde e Guiné-Bissau serem amplamente faladas pelos e entre os/as estudantes originários/as desses dois países, colocando, em muitos casos, a língua portuguesa num plano secundário; 3- A existência do preconceito linguístico, que coloca o português falado em Portugal como a língua superior, geralmente, percebida como a mais importante em detrimento das demais línguas nativas.

No que tange às variações da língua portuguesa, existem diferenças entre os sotaques de estudantes guineenses, são-tomenses, moçambicanos/as, cabo-verdianos/as e angolanos/as, que são “fáceis” de ser identificados, principalmente, entre e pelos/as estudantes dos Palop, desde o momento que os/as mesmos/as saem dos seus países nativos. Um estudante moçambicano, egresso do curso de Relações Internacionais em 2020, disse o seguinte: “o fato de nós, quando morávamos nos nossos países, estarmos quase sempre em contato com notícias e reportagens sobre os países africanos de língua portuguesa, facilitou muito mais a nossa capacidade de diferenciar cada sotaque”.

Sobre o sotaque no Brasil, vários/as estudantes africanos/as disseram que, no começo (nos primeiros momentos e semanas após as suas chegadas) achavam que o sotaque brasileiro era “único e homogêneo” em todo território; mas que no decorrer das suas convivências e interlocuções com brasileiros/as, não só oriundos da Bahia, mas também de outros estados, foram aprendendo a diferenciar, por exemplo, os sotaques de uma estudante proveniente de São Paulo e de um estudante nascido no Rio de Janeiro.

## Brasil, que país é esse?

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD<sup>45</sup>, o Brasil é um país da América do Sul banhado pelo oceano Atlântico, o maior dessa região continental e o quinto do mundo em termos de extensão territorial, com uma área de 8.514.876,599 km<sup>2</sup>. O país é composto por 26 estados e o Distrito Federal. No que concerne ao número populacional, são mais de 212,6 milhões de habitantes e a capital se chama Brasília. O Brasil se tornou independente do jugo colonial português no dia 7 de setembro de 1822. A língua oficial é o português, tendo as línguas indígenas, o italiano e o alemão como línguas também faladas no território brasileiro. A moeda do país é o real.

Figura 6. Mapa do Brasil e as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.



Fonte: página do IBGE<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/countryinfo.html>. Acesso dia 21 de out. de 2021 às 12h25.

<sup>46</sup> Cf: <[http:// https://brasilemsintese.ibge.gov.br/](https://brasilemsintese.ibge.gov.br/)>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.

Dentro desse território também tem o Estado da Bahia, que se encontra na região Nordeste. Em termos de área, a Bahia tem 564.760.427 Km<sup>2</sup>, considerado o 5º em extensão dentre os estados brasileiros; sua população, em 2021, estimava-se em 14.985.284 habitantes<sup>47</sup>. De acordo com essa mesma fonte colhida no *site* do IBGE, a capital do estado se chama Salvador. Historicamente, a Bahia começou a ser povoada na primeira metade do século XVI, sendo igualmente - na região onde hoje fica a cidade de Porto Seguro - o local onde os navegadores portugueses teriam chegado pela primeira vez, antes desse território ser chamado de Brasil.

Figura 7. Mapa da Bahia.



Fonte: página do IBGE<sup>48</sup>.

Ainda no estado baiano, tem uma região geográfica conhecida como o Recôncavo da Bahia. Um local situado em torno da Bahia de Todos-os-Santos, envolvendo o litoral atlântico e também uma parte do interior desse estado, incluindo

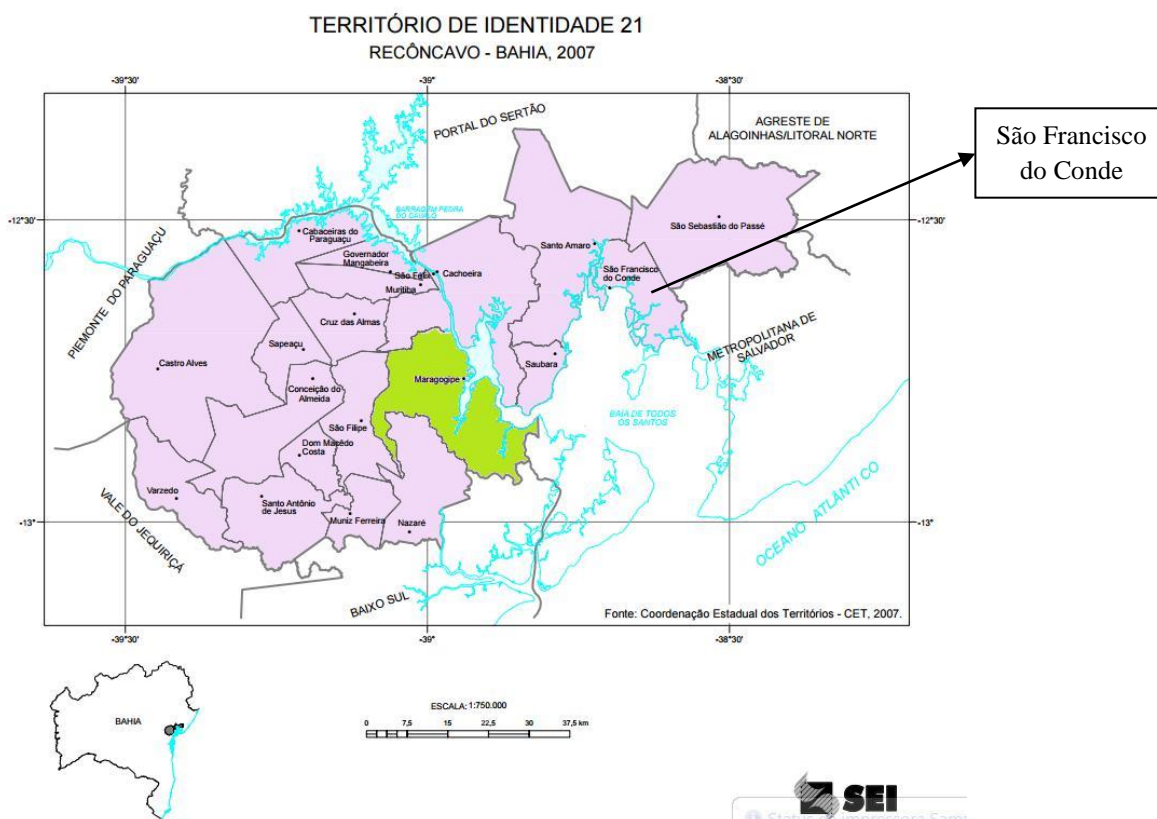
<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso dia 21 de out. de 2021 às 12h57.

<sup>48</sup> Cf: <[http:// https://brasilemsintese.ibge.gov.br/](https://brasilemsintese.ibge.gov.br/)>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.



a região metropolitana de Salvador e os municípios circunvizinhos. É uma região fortemente marcada por uma herança colonial portuguesa, aspectos históricos afro-diaspóricos e indígenas, relativos ao processo de colonização e escravização ocorrida nesse território desde o século XVI até o século XIX.

Figura 8. Mapa do Recôncavo da Bahia.



Fonte: página do IBGE<sup>49</sup>.

No que concerne aos aspectos fisionômicos, a tonalidade da pele e a aparência física, muitos estudantes africanos/as da Unilab - *campus* dos Malês se identificam com os/as habitantes baianos/as, principalmente da região onde fica o Recôncavo e a região metropolitana de Salvador. Existem relatos em São Francisco do Conde de alguns/umas desses estudantes sobre o fato de existirem amigos/as, conhecidos/as, parentes e familiares residentes nos seus países de origem, muito parecidos/as com vários/as indivíduos baianos/as. Inclusive, quanto aos modos de ser, falar e estar, persistem narrativas e relatos nesta cidade, tanto da parte de vários brasileiros/as

<sup>49</sup> Cf: <[http:// https://brasilensintese.ibge.gov.br/](http://https://brasilensintese.ibge.gov.br/)>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.

como de estudantes africanos/as de que, na sua maioria, o “povo baiano” é muito parecido com o “povo africano”.

Alguns/umas desses estudantes já sabiam, antes de saírem dos seus países e por meio das redes compostas por estudantes que já moravam no país havia mais tempo, que na Bahia existe uma forte presença de pessoas autodeclaradas negras e brancas vivenciando, cotidianamente aspectos culturais, religiosos e gastronômicos com influência afro-diaspórica (capoeira, samba de roda, maculelê, candomblé, óleo de dendê e caruru). Conforme os diálogos estabelecidos com esses estudantes, tais elementos seriam similares aos observados ou vivenciados pelos mesmos nos seus territórios de origem. Observações como essas, aliás, contrastariam com as feitas por outros estudantes no Estado do Ceará, que também se encontra na região Nordeste do Brasil e sedia os outros *campi* da Unilab, mas que, de uma forma genérica, possuiria uma relação mais distante em relação a esses costumes afro-brasileiros.

Existe uma relação e um entrelaçamento transatlântico, envolvendo o estado da Bahia e conseqüentemente, o Brasil enquanto um país com aproximações históricas e geográficas com o oceano Atlântico, com as redes, os circuitos e os trânsitos nele ocorridos e o próprio continente africano, particularmente com os países que foram colonizados por Portugal em períodos cronológicos similares.



## **PARTE 2.**

### **CHEGAR: ENTRELAÇAMENTOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Nesta segunda parte, o foco é direcionado para o processo de chegada de estudantes africanos/as no Brasil. Levando em consideração a convivência, os relatos e as experiências que esses estudantes foram tecendo e entrelaçando em território brasileiro. Deste modo, aspectos como os estranhamentos, os afetos, as aproximações e a dimensão racial, servem de base para as considerações a serem produzidas nesta parte da dissertação.

A pesquisa de campo, na qual, me baseei para escrever este capítulo e a dissertação como um todo, foi desenvolvida ao longo do ano 2021 e começo de 2023, especialmente, por meio de conversas informais, realizadas em locais públicos como a orla da cidade e em alguns convívios ou encontros que aconteceram nas casas dos/das estudantes e também virtualmente; além das trocas de relatos escritos e conversas com 20 estudantes africanos/as residentes em São Francisco do Conde. Procurei, também, estabelecer essas interlocuções, levando em consideração a diversidade de nacionalidade e de gênero, pois estabeleci conversas com 20 estudantes, a maioria do curso de Humanidades, das turmas 2018.1 e 2018.2, incluindo alguns egressos/as, sobretudo, das entradas 2014.1 e 2014.2.

Recorri também às monografias, dissertações, teses e projetos de pesquisa realizados sobretudo por cientistas sociais, que foram estudantes do *campus* dos Malês, e que tratam da presença, da vivência e da experiência de estudantes africanos/as na Unilab.

Em primeiro lugar, a monografia da cientista social Margarida Bendo (2016), que faz uma reflexão sobre a chegada dos/das primeiros/as estudantes africanos/as em São Francisco do Conde, da perspectiva do estranhamento existente entre os mesmos e a população franciscana.

Conforme Bendo (2016), em quase todos os momentos, esses estudantes foram vistos e percebidos como o outro ou o forasteiro. A ideia de existência de uma história em comum entre o Brasil e o continente africano, não foi suficiente para que muitos/as dos/das estudantes africanos/as se sentissem acolhidos/as e mais próximos da ideia de lar. Assim como tem ideias sobre a existência de uma “história em comum” e de “integração”, acabam sendo narrativas que se tornam mais importantes para a existência

da Unilab em São Francisco do Conde, enquanto um projeto institucional, político e universitário.

Particularmente, para a maioria dos/das estudantes africanos/as, essa menor relevância e desinteresse quanto à ideia de “história em comum” e de “integração” entre brasileiros/as e africanos/as, também surge de uma noção de diferença e de estranhamento em relação aos brasileiros/as, pois essa situação acaba cimentando os laços e as redes de convivência, especialmente, entre estudantes da mesma nacionalidade. Isto porque, geralmente, os/as estudantes africanos/as possuem muito mais aspectos sociais, culturais, históricos e linguísticos que os une; para além disso, existem as experiências comuns de saída ou de viagem do mesmo continente, de estudarem na Unilab e viverem na mesma cidade.

Numa conversa informal com duas interlocutoras, ambas de nacionalidade guineense, elas me confidenciaram que “preferem se socializar melhor entre as pessoas da mesma nacionalidade”, justamente pelo fato de haver “mais assuntos e questões familiares para conversar”, mas isso não quer dizer que elas se “dão bem com todos guineenses”. Já com as pessoas das demais nacionalidades, ambas disseram que não se sentem muito à vontade, embora uma delas tenha dito que, tanto com alguns/umas estudantes brasileiros/as como com estudantes angolanos/as, elas têm uma convivência bem melhor em relação a vários/as estudantes de nacionalidade guineense.

No decorrer da nossa conversa, elas também mencionaram que, tanto na Unilab como na cidade de São Francisco do Conde, se sentem de alguma forma “estereotipadas”. Por exemplo, no que diz respeito ao tipo de vestuário e a estética capilar que usam no cotidiano; relataram o seguinte: “vários brasileiros negros pensam que a gente deve usar o cabelo afro e roupa de tecido africano sempre”, inclusive “várias pessoas da Unilab acham isso”. Elas acrescentaram que esse é um dos aspectos que as deixam “chateadas”, pois, preferem variar no estilo de vestir e usar o cabelo, “se for pra gente usar cabelo loiro e liso também, vamos usar...mas a gente não usa roupa e cabelo africano só não”, exclamaram isso sorrindo.

O antropólogo Lívio Sansone (2002) menciona o fato de o continente africano servir como um ícone “recriado e desconstruído”, “usado e abusado”, tanto pelos intelectuais como pela cultura de massas. Dito de outra maneira, a África, em território brasileiro, se tem tornado, em grande medida, o “resultado do sistema de relações raciais”, por meio de evocações imagéticas que surgem das interações e conflitos, envolvendo, por exemplo, os intelectuais brancos e as lideranças negras.

O caso do Brasil e dos transatlânticos *fluxes et refluxes* das pessoas, das mercadorias, símbolos e ideias, que unem a América do Sul com a do Norte, a Europa e África, formando o Atlântico Negro, é uma evidência de que não obstante tenha ícones que se tornaram genuinamente globalizados, os significados coletivos que são dados a estes ícones variam bastante a depender do contexto local. O que também demonstra de que tem havido forças “locais” mais poderosas, nas formas como as coisas africanas têm sido classificadas e posicionadas. O sistema mundo, certamente, provoca a internacionalização do racismo, bem como do anti-racismo (SANSONE, 2002, p. 268 e 269).

Nas minhas interlocuções com alguns/umas estudantes, observei que este sentimento de estranhamento dos moradores de São Francisco do Conde ainda segue sendo colocado pelos mesmos/as, especialmente quando o assunto é falar sobre o processo de adaptação e de convivência com brasileiros/as na cidade.

Durante uma conversa realizada com um estudante angolano que já vive no Brasil e estuda na Unilab há 3 anos, num sábado à noite, sentados num dos bancos que se encontram numa das praças da orla da cidade, ele disse a seguinte frase: “ainda não me sinto bem à vontade nessa cidade”. Esse estudante ainda acrescentou que são vários os moradores que “ficam olhando demais” sendo uns com “curiosidade” e outros com “desconfiança” quando ele anda na rua.

Nesta senda, analisarei os seguintes pontos: 1- Os aspectos que se configuram na aproximação e/ou afastamento entre africanos/as e brasileiros/as; 2- o fato de muitos/as estudantes africanos/as, tendencialmente, formarem as suas próprias “bolhas” ou grupos de convívio e relações sociais, principalmente, com indivíduos provenientes das mesmas regiões e países; 3- O fato de uma boa parte dos/das estudantes possuir uma relação mais distante com os moradores franciscanos/as, por causa de uma falta de empatia ou uma espécie de “fronteira social” advinda de um estranhamento mútuo entre africanos/as e brasileiros/as.

O segundo e o terceiro trabalho com que me deparei, sobre os estudantes africanos na Unilab, são do Nivaldo Ié (2016) e Aldine Bathillon (2016), ambos formados em Ciências Sociais pela mesma universidade, também no *campus* dos Malês. Ié (2016) se debruçou, especificamente, sobre os/as estudantes guineenses da Unilab, tanto no Ceará como na Bahia, no intuito de compreender a ideia de migração temporária e a busca de uma formação superior para o desenvolvimento nacional guineense.

A imigração temporária de estudantes guineenses para a Bahia-Brasil: a procura de uma formação superior para o desenvolvimento nacional é a

temática deste estudo. Procurei analisar quais problemáticas estão envolvidas nas dinâmicas da imigração de estudantes guineenses para a Bahia-Brasil. Nesse caso quis compreender a questão de emigração/imigração desses estudantes. Desde o pós-independência havia fluxo da imigração de estudantes guineenses para o Brasil com intuito de ter uma formação superior do ponto de vista de suas possíveis contribuições ao desenvolvimento nacional (IÉ, 2016, p. 16).

A categoria “imigração temporária” chama atenção para uma ideia de brevidade do processo migratório, por parte dos/das estudantes guineenses, que está relacionado com a perspectiva de não permanecer no local onde os/as mesmas fazem as suas formações superiores, após terminarem seus cursos. Esta ideia não é exclusiva dos/das estudantes guineenses, mas também das demais nacionalidades que compõem os Palop, como fui observando no decorrer das interlocuções tecidas com vários/as estudantes do *campus* dos Malês.

Há relatos de alguns/umas estudantes africanos/as, cujos objetivos - pelo menos no início das suas carreiras acadêmicas - passam por uma ideia de regresso aos seus países de origem, depois de terminarem as suas formações e a “imigração temporária”, tendo como premissa basilar “retornar para contribuir no desenvolvimento” dos seus países nativos. Contudo, no decorrer das suas estadias em território brasileiro, esse pensamento vai sendo alterado.

Ao conversar com um estudante moçambicano, já egresso da Unilab, numa das ruas do centro da cidade de São Francisco do Conde, ele mencionou que o seu objetivo inicial passava por “receber o diploma” e voltar para o seu país natal. Entretanto, “cada vez que o tempo foi passando fora de Moçambique”, esse estudante confidenciou que foi “observando outras possibilidades de buscar melhores condições de vida”, hipóteses essas que passavam, inclusive, por viajar para outros lugares fora do Brasil: “estou pensando em viajar para Portugal, trabalhar e continuar os estudos”, rematou ele, “só continuarei por aqui temporariamente”.

Perguntei-lhe por que a ideia de regresso para Moçambique “caiu por terra”. Sua resposta foi imediata: “por enquanto não me vejo vivendo de forma satisfatória na minha terra... principalmente em termos financeiros”. Durante a nossa conversa, esse estudante disse que isso não acontece só com ele: “conheço vários outros estudantes africanos que também pensam igual a mim” e, por fim, ele disse o seguinte com relação a mim, sorrindo: “acredito que esse é o teu caso também”. E eu anuí que sim, igualmente sorrindo.

Nesta mesma senda, Bathillon (2016) também buscou identificar, discutir e analisar os impactos dos sistemas do ensino guineense nos/nas estudantes da Guiné-Bissau na Unilab, tanto no Ceará como na Bahia. Isto porque há uma grande demanda de estudantes guineenses dentro da Unilab - em relação aos estudantes de Angola, Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Bathillon (2016) observa que o sistema educativo guineense é precário e carece de infraestruturas e como o impacto desta situação afeta a vida dos/das estudantes e a busca de formação universitária em outros países. Apesar deste sistema educativo ter sido remodelado no período pós-independência (a partir de 1973), ainda sofre flagelos resultantes do sistema colonial que atingem os/as estudantes até a atualidade.

Dos flagelos destacados por Bathillon (2016) é possível observar: o déficit de oportunidades, em termos de quantidade e qualidade de cursos ofertados na graduação e pós-graduação nas universidades; tanto no que diz respeito à formação de professores nativos/as como na questão curricular e didática, por exemplo, muitos dos conteúdos transmitidos em sala de aula são de origem europeia, em detrimento de temas que teriam maior relevância e interesse nos países de origem e do continente africano.

Cabe realçar que essas considerações sobre a fragilidade do ensino superior em países como a Guiné-Bissau e os demais países africanos que estiveram sob o jugo colonial português até meados dos anos 1970, são comumente mobilizados pelos/as estudantes e se encontram associados a um discurso de desenvolvimento e de superação dos problemas educacionais e econômicos dos seus países nativos, por meio de trânsitos e deslocamentos para países ditos mais desenvolvidos como seria o caso do Brasil.

O quarto trabalho é do cientista social Amadu Bedam (2017), que produziu um projeto de pesquisa com foco na análise das possíveis origens de imagens, estereótipos e conceitos que a população de São Francisco do Conde tem sobre a África e os africanos/as.

Conforme Bedam (2017), desde a primeira entrada de estudantes dos Palop, que chegaram em 2014 no *campus* dos Malês, muitos/as franciscanos/as partiram do pressuposto equivocado de que África é um país, sendo Angola a sua capital. Com base nisso, todos/as os/as estudantes africanos/as oriundos destes cinco países acabaram por ser considerados/as - por essas pessoas - como “angolanos/as” em São Francisco do Conde. O fato curioso é que, até meados de 2016, tinha apenas uma única angolana como estudante e moradora na cidade, sendo a maioria proveniente da Guiné-Bissau.

Um quinto trabalho é o do internacionalista Júlio Sumba (2019) que procurou, na sua monografia, compreender e analisar o processo de inserção e de integração dos/das estudantes africanos/as, sobretudo, na Unilab-Malês.

Também julgo importante refletir sobre as dissertações realizadas pela cientista social Michele de Almeida (2019), acerca das experiências de estudantes guineenses da Unilab na Bahia, e da historiadora Leodinéia Reis (2020), acerca dos choques, aproximações e conflitos vivenciados pelos/as estudantes cabo-verdianos/as que moram em São Francisco do Conde. Como observa Almeida (2019):

O campo de pesquisas sobre as experiências dos (as) estudantes dos PALOP no Brasil é amplo e diversificado, e tem contribuído de maneira oportuna no aprofundamento do tema. No entanto, embora tais estudos busquem analisar a presença do (a) africano (a) no país, cada qual aponta caminhos que direcionam ora para a dimensão sociabilidade e identidade, ora na análise do racismo e da xenofobia. Há outros estudos que abordam uma perspectiva da diáspora contemporânea, porém, cada um ampliando as discussões sobre o tema em questão: as experiências vivenciadas pelos (as) estudantes dos PALOP em terras brasileiras (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Nesse sentido, Reis (2020) corrobora que, ao realizar uma escuta com alguns/umas estudantes oriundas/os dos PALOP, foi possível observar diferentes estigmas e estereótipos nas relações desses estudantes com homens brasileiros e mulheres brasileiras. Através de depoimentos orais, notou-se que as diversas reações e relações, de um/a guineense, angolano/a, moçambicano/a, cabo-verdiano/a e são-tomense - levando em conta a diversidade cultural, histórica e social de cada país - implica entender que cada aluno/a lida de maneira diversa com as experiências encontradas em território brasileiro, a partir da especificidade de cada um/uma, evitando a generalização e homogeneização, mas também considerando os aspectos comuns existentes entre os/as mesmos/as.

Com base nesses trabalhos científicos e nas interlocuções produzidas ao longo desta pesquisa, torna-se possível observar a forma como os/as estudantes africanos/as compreendem os seus trânsitos, relações e convivências em território brasileiro, tendo como fio condutor a ideia de partida e de chegada, mas sem perder de vista os entrelaçamentos, as redes, os circuitos e os movimentos cujas configurações não são pautadas por uma lógica fixa ou estanque.

## As entradas e o processo de acolhimento estudantil

Figura 8: Inauguração do *campus* dos Malês em 2014.



Fonte: *site* oficial do presidente Lula da Silva<sup>50</sup>.

Esta é uma fotografia de várias que foram registadas no dia da inauguração da Unilab, em 2014, e mostra o então Presidente da República Lula da Silva, rodeado de estudantes guineenses da primeira entrada. Em conversa com vários/as desses estudantes e conforme esses interlocutores, tratou-se de um dia inesquecível e ímpar, percebido por muitos/as deles/as como o início de um sonho em se obter o primeiro diploma de ensino superior e de melhorar as suas condições de vida, estendendo essa melhoria para os seus familiares e países de origem.

Existem vários relatos de agradecimento à figura do presidente Lula, enaltecendo o fato de ter sido graças à sua atuação política em prol de uma cooperação mais proeminente com os Palop, que foi possível materializar a inscrição e matrícula desses estudantes numa universidade brasileira.

“Sem Lula na presidência, a gente não estaria aqui”, disse uma egressa guineense, que atualmente encontra-se na Guiné-Bissau. A nossa interlocução se deu a partir das redes sociais (Messenger e WhatsApp). Ela também mencionou que teve o “privilégio” de estar presente, tanto no dia da inauguração do *campus* dos Malês como

---

<sup>50</sup> Cf: < <https://lula.com.br/lula-participa-da-inauguracao-de-novo-campus-da-unilab-na-bahia/> >. Último acesso em 22 de dezembro de 2022.

também no dia da formatura da segunda turma desta universidade na Bahia: “foi lindo demais”.

Porém, alguns/umas desses/dessas estudantes também afirmam que tais ações com base em categorias e frases como cooperação, solidariedade e “dívida histórica com o continente africano”, fazem parte do rol de discursos políticos que buscam cimentar a influência política e econômica do Brasil em África, nomeadamente, nos Palop. Dito de outra maneira, esses/essas estudantes africanos/as reconhecem que sua presença em território brasileiro faz parte de um leque de narrativas cujo discurso maior visa, internacionalmente, engrandecer e fortalecer o poder da nação brasileira (Corte, Morosini e Felicetti, 2022; Muñoz, 2016).

Um desses estudantes, de nacionalidade cabo-verdiana e de 33 anos, que cursa o bacharelado em Relações Internacionais, numa das nossas interlocuções, disse que as políticas se sustentam com base num “toma lá dá cá”, ou seja, sempre existe alguma coisa ou algum aspecto político a ser retribuído sob uma lógica de reciprocidade, especialmente dos países africanos para o Brasil e vice-versa. De acordo com as suas palavras: “É massa a gente estar aqui, mas não é de graça!”, disse esse estudante na gargalhada.

Cabe afirmar que o discurso usado pelo presidente Lula da Silva em inúmeras ocasiões públicas, como, por exemplo, durante a formatura da turma 2014.2 do *campus* dos Malês, em agosto de 2017, se baseou na premissa da “dívida ou reparação histórica do Brasil com a África”. Esse discurso também foi utilizado num programa de rádio chamado “Café com o presidente” em 2010, em que o presidente afirma, de acordo com o jornal digital “Gazeta do Povo” o seguinte: “O Brasil tem compromissos políticos de ajudar o continente africano a se desenvolver. O Brasil tem dívida histórica com os africanos, e nós achamos como essa dívida não pode ser paga com dinheiro. Ela é paga com solidariedade, com gestos políticos e com ajuda”<sup>51</sup>.

Nesse sentido, a Unilab e o *campus* dos Malês surgem como um projeto no campo educacional e político, cuja perspectiva se coaduna com o discurso do Lula sobre a “dívida histórica” do Brasil com relação ao continente africano; uma vez que a Unilab enquanto uma instituição universitária afro-brasileira, interiorana e internacional, em convênio com os países pertencentes à CPLP e os Palop recebe, anualmente, estudantes provenientes de África, sob uma lógica cooperativa, de solidariedade e de

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/brasil-tem-divida-historica-com-a-africa-diz-lula-3odnblsmju1k49svllvaq713i/>. Acesso dia 23 de dez. de 2022 às 11h13.



desenvolvimento, especialmente, dos países africanos. Dito de outra forma, a presença de estudantes africanos/as no território brasileiro e na Unilab está relacionado com esse discurso político de “dívida histórica”, no qual, o pagamento é materializado pelo oferecimento e o incentivo às vagas e estudos em universidades brasileiras,

Particularmente, eu fiz parte da segunda turma de estudantes, a que ingressou em 2014.2 e chegou ao Brasil nos finais de janeiro e início de fevereiro de 2015. Nesse período, muitos/as de nós já tínhamos um certo contato e conhecimento prévio sobre o funcionamento da universidade, principalmente, por meio dos relatos feitos pelos/as estudantes da primeira entrada. Também tínhamos informações sobre alguns aspectos sociais e espaciais da cidade de São Francisco do Conde de forma prévia, ou seja, antes de chegar na cidade.

Esse conhecimento prévio advinha das redes de relações já estabelecidas com os/as estudantes veteranos/as, seja pelas redes sociais (Instagram, Messenger, Facebook e WhatsApp) como pessoalmente, por exemplo, na época em que esses estudantes ainda moravam ou estavam de férias nos seus países de origem. No que diz respeito às pesquisas prévias, elas se deram, especialmente, pela Internet, na qual eram pesquisadas questões como a localização geográfica, o número de habitantes, as notícias, imagens, fotografias e vídeos de São Francisco do Conde e da Unilab. Deste modo, alguns/umas estudantes africanos/as já conheciam tais informações sobre a universidade e a cidade, antes de viajarem dos seus países.

Em conversa com uma colega angolana, proveniente do continente africano, também da mesma entrada que eu, ela disse que antes de chegar no Brasil, em São Francisco do Conde, fez breves pesquisas sobre o estado da Bahia, a cidade e a própria Unilab, buscando sobretudo fotografias e vídeos na plataforma digital Google e YouTube acerca do lugar. Porém, para além disso, essa estudante também já conhecia e dialogou com algumas outras estudantes que fizeram parte da primeira entrada (2014.1), pois moravam na mesma cidade no seu país de origem.

Do mesmo modo, ao estabelecer uma interlocução por meio da troca de relatos escritos com um estudante angolano do curso de Ciências Sociais, que chegou em São Francisco do Conde no ano 2016 e que possui 29 anos, ele menciona o seguinte num dos trechos desse relato:

[...] ao sairmos de Angola, tinha ciência de que Brasil é um país multicultural e ao mesmo tempo que existia pessoas racistas. Tudo isso, tomamos o conhecimento através da TV e de algumas conversas entre os amigos. Até então nunca tínhamos vivenciado na pele. A questão do racismo foi primeiro constrangimento que enfrentamos no Brasil além da questão do choque cultural (trecho do relato escrito da estudante angolana, maio de 2021).

Logo, essas duas situações se configuram como redes de relações e conexões nas quais, já foi permitido um "contato prévio" com o local de destino, antes de transitar ou viajar para o território brasileiro. Com o passar dos anos, essas redes e conexões foram servindo como um convite e estímulo para que mais estudantes se deslocassem para estudar na Unilab, *campus* dos Malês, já tendo conhecimento sobre vários aspectos sociais e raciais no Brasil.

É importante compreender o que tem mudado e o que tem permanecido, socialmente, nas diferentes entradas de estudantes africanos/as no *campus* dos Malês, pois se trata de um processo mutável, múltiplo e não fixo. Também é importante considerar a existência de aspectos idiossincráticos e genéricos de cada turma. Por exemplo, a entrada de estudantes africanos/as em 2020.2, a penúltima até o momento, foi impactada pela pandemia da Covid-19, sendo que muitos/as dos/das estudantes tiveram acesso às aulas de maneira remota, ainda estando nos seus países e sem transitarem para o Brasil (Bahia). Na atualidade, esses estudantes já têm aulas presenciais, tal como a última entrada 2021.1 e as demais turmas veteranas.

Importa salientar que as entradas 2014.1 e 2014.2, sendo a primeira e a segunda, têm como principal característica em comum o fato dos/das estudantes dessas entradas terem sido os/primeiras que vivenciaram, presencialmente, as relações com o *campus* dos Malês e a cidade de São Francisco do Conde. Atualmente a maior parte desses estudantes, na qualidade de egressos/as, já terminaram os seus cursos e encontram-se em outros lugares, seja no próprio território brasileiro, seja em outros países.

Durante as interlocuções realizadas, uma boa parte desses 20 estudantes mencionam que foi uma experiência inesquecível, mas marcada, sobretudo no início, por uma intensa fase de equívocos, estereótipos e preconceitos em relação à sua presença na cidade. Vários/as narram que, no momento das suas chegadas e de hospedagem num pequeno hotel da cidade, ofereceram a alguns deles/elas, vários desodorantes, o que acabou sendo interpretado por alguns/umas estudantes como uma "insinuação" de que os/as africanos "possuíam mau cheiro ou cheiravam mal" e que "falavam uma língua estranha que ninguém entende".

No que diz respeito às experiências dentro do *campus* dos Malês, vários estudantes destacam que foi um período de grande aprendizado, pois tiveram a oportunidade de terminar as suas graduações e fazer muitas amizades, principalmente, com estudantes dos mais distintos locais e professores. No entanto, também foram tecidos comentários sobre alguns problemas que foram observados por esses estudantes no cotidiano universitário, que, de certo modo, deixavam-lhes desconfortáveis, como por exemplo, o fato de, inicialmente, ainda não existir um restaurante universitário no *campus* naquela época (2014), o que acarretou num problema financeiro maior, sobretudo para os/as estudantes que não tinham ou tinham pouco dinheiro para se manter, tanto na universidade como no Brasil.

Alguns/umas deles/as relatam, igualmente, que quando estavam prestes a terminar as suas formações no *campus* dos Malês em 2019, havia um sentimento coletivo de que o Malês estava "caindo aos poucos", devido à falta de salas de aulas, ao fato de o restaurante universitário ficar lotado, chegando ao ponto de, em alguns momentos, faltar comida. Sem esquecer da promessa da construção de um prédio novo para o *campus*, que nunca chegou a ser finalizado.

Junto a tudo isso tem os relatos desses estudantes e os acontecimentos experienciados por eles/elas durante o momento político que o Brasil estava vivendo nesse período, como o *impeachment* à presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente em 2019. Muitos/as deles/as fizeram observações de que parte ou a grande maioria dos problemas sucedidos dentro do *campus* dos Malês deveu-se aos constantes ataques, especialmente, dos projetos elaborados pelo governo do Partido dos Trabalhadores, dos cortes orçamentários e desmontes do setor educativo brasileiro, no qual o projeto Unilab encontra-se inserido.

As duas últimas entradas até o momento, a 2020.2 e 2021.1, são de estudantes africanos/as que foram aprovados/as no processo seletivo em plena pandemia de Covid-19. A maioria deles/as, chegou a ter uma experiência remota de acesso às aulas e algumas atividades extras de acolhimento estudantil, antes de viajarem para o território brasileiro. Em conversa com alguns/umas interlocutores, ou seja, estudantes africanos/as calouros/as, muitos/as alertaram para o fato de terem tido grandes dificuldades de acesso à internet porque nos seus países e moradias o valor desse tipo de conexões é muito alto para as condições financeiras da maioria desses estudantes e seus familiares.

Nesse sentido, a Unilab chegou a fazer um acordo com os consulados e embaixadas do Brasil sedeadas nos Palops, para ceder os seus espaços para que os/as estudantes pudessem ter acesso à internet de forma gratuita. Porém, em alguns contextos isso se revelou muito mais complexo, pois vários/as desses estudantes estavam distantes das cidades onde as embaixadas e consulados se encontram. Outros não possuíam computadores e celulares em condições e, além disso, o espaço disponibilizado para acessar internet era bastante limitado, principalmente, em termos de quantidade de computadores disponíveis e oscilações de internet.

Em conversa com alguns/umas dos/das estudantes africanos/as, das entradas 2020.2 e 2021.1, que chegaram mais recentemente na cidade de São Francisco do Conde e que já iniciaram as suas participações nas aulas presenciais, as suas vivências e experiências têm sido mais facilitadas por causa das redes, circuitos e relações já estabelecidas com os/as demais estudantes veteranos/as dos seus países e locais de origem, antes de pensarem em viajar para o Brasil. Inclusive é por meio dessas relações que a universidade acaba sendo mais conhecida dentro de várias regiões dos Palop.

Ao longo da interlocução com um estudante caloiro de 23 anos da entrada 2020.1, proveniente de Angola e do curso de Letras, ele faz menção ao fato de ter sido “influenciado” a vir para a Bahia e para a Unilab por causa de “um amigo que já se encontra há mais tempo na universidade”. Nesse sentido, assim que chegou no Brasil, ele disse que foi morar com esse seu amigo "provisoriamente", devido ao processo de acolhimento estudantil da Unilab, do qual ele considera “bastante satisfatório”. Até porque segundo ele: “fiquei a saber que outros locais do Brasil como em São Paulo e Rio de Janeiro, as universidades não recebem os estudantes africanos do mesmo modo que aqui...isso é uma vantagem!”.

Entretanto, na perspectiva de vários/as estudantes africanos/as, das mais variadas entradas e nacionalidades, com quem também tive a oportunidade de conversar, um dos aspectos que mais diferencia as primeiras entradas de estudantes no Malês, das entradas ou turmas mais recentes, tem sido a forma de acolhimento aos estudantes estrangeiros/as da Unilab, denominado Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE).

O processo de acolhida dos estudantes estrangeiros é uma ação conjunta entre as Pró-Reitorias acadêmicas da instituição, tendo à frente a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE), através do Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), criado a partir da Resolução Nº 28, de 18 de novembro de 2014. O estudante é

acompanhado, orientado e apoiado no que diz respeito a sua integração à vida acadêmica, acomodação, regularização junto aos órgãos competentes, registros acadêmicos, procedimentos de saúde e inserção no Programa de Assistência Estudantil (PAES). Inicia-se logo após a sua confirmação de interesse de matrícula, ainda no seu país de origem, através de meios virtuais e redes sociais<sup>52</sup> (UNILAB, 2022).

A partir do ano 2017, o processo de acolhimento de estudantes estrangeiros/as sofreu algumas mudanças, passando a contar com editais específicos, nos quais os/as estudantes estrangeiros/as veteranos/as tinham a possibilidade de fazer um cadastro para compartilhar as suas moradias para os/as demais estudantes estrangeiros/as calouros/as. Até então, todas as entradas ou turmas anteriores, logo após a chegada dos/das estudantes, ficavam hospedados/as em pequenos hotéis em Santo Amaro e São Francisco do Conde.

Anteriormente, uma vez selecionados/as os tutores, que normalmente eram os/as estudantes veteranos/as africanos/as e brasileiros/as, tanto bolsistas como voluntários/as, os mesmos passavam por um treinamento para desenvolver atividades de acompanhamento aos seus tutorandos/as, visando a permanência, a integração e o pleno desempenho acadêmico do/da estudante estrangeiro/a recém-ingresso/a. Levando em conta o fato de após a sua chegada na Unilab, o/a estudante ficar hospedado/a em hotel ou pousada, onde era acompanhado/a por aproximadamente três meses ou até que estivesse integrado/a ao ambiente universitário.

Na atualidade, de acordo com um dos últimos editais, o "*Edital 02/2022/Propae e Prointer - cadastro para compartilhamento de moradia ingresso 2020.2, 2021.1 e 2021.2*" e "*Edital n° 01/2023 Prointer e Propae – Processo seletivo e os critérios para o preenchimento de vagas no Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE) para as entradas de 2022.2 e 2023.1*", o objetivo central é mapear a presença de estudantes veteranos/as da Unilab no Estado do Ceará e na Bahia, brasileiros/as, angolanos/as, caboverdianos/as, guineenses, moçambicanos/nas, santomenses e timorenses, matriculados/as nos cursos de graduação presencial que tenham interesse em compartilhar moradia com discentes internacionais ingressantes dos períodos 2020.2, 2021.1 e 2021.2.

Devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, esse edital visou o acolhimento das últimas três entradas de estudantes africanos/as, em simultâneo, já que uma boa parte desses estudantes ainda não se encontrava no território brasileiro. Do ponto de

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/paie-programa-de-acolhimento-e-integracao-de-estudantes-estrangeiros/>. Acesso no dia 18 de ago. de 2022 às 9h54.

vista de vários/as estudantes veteranos/as e tutores do *campus* dos Malês, que participaram da experiência, com quem tive a oportunidade de conversar, esse processo de acolhimento tem-se tornado cada vez mais complicado, principalmente, em termos dos valores disponibilizados e a duração do acolhimento.

Isto porque, no Edital 01/2017 e 02/2017, o valor disponibilizado era de R\$400 durante três meses, sendo passíveis de prorrogação, conforme o tempo em que os/as estudantes acolhidos/as permaneceriam nas casas dos/das acolhedores. Já nos Editais 03/2017 e 01/2018, o valor se manteve, mas a duração diminuiu para dois meses, e, a partir do Edital 01/2019, passou-se a disponibilizar uma quantia de R\$600 por cada estudante acolhido/a, dividido em três parcelas de R\$200.

Segundo alguns dos meus interlocutores e interlocutoras, que já acolheram ou pensaram em acolher estudantes africanos/as calouros/as nas suas casas, houve diálogos entre eles/elas no sentido de “boicotar” e “desincentivar” a inscrição de estudantes africanos/as veteranos/as no PAIE de 2021 e 2022, devido ao fato da quantia total disponibilizada ser percebida por eles/elas como insuficiente para as demandas, o tempo e custos de alojamentos desses estudantes, até porque, atualmente, inúmeros produtos na cidade de São Francisco do Conde, assim como o custo de aluguel das casas têm aumentado de valor. No entanto, também havia outros estudantes veteranos/as que optaram por se candidatar, alegando que “apesar dessa diminuição dos valores”, achavam necessária e importante “essa ajuda monetária” para os custos adicionais com os alojamentos.

Do ponto de vista de alguns/umas estudantes africanos/as que foram acolhidos/as e com os quais pude estabelecer interlocuções, tanto aqueles/as que chegaram nas duas últimas entradas, como alguns/umas já considerados/as veteranos/as, demonstraram agradecimento em relação ao modo como o processo de acolhimento (PAIE) ocorreu e também aos tutores que os/as receberam nas suas casas. Entretanto, alguns/umas deles/delas relatam dificuldades iniciais de adaptação e de ambientação com determinados/as tutores devido a incompatibilidades e conflitos no espaço domiciliar, a partir de problemas como divisões das tarefas de casa e alegação de falta de afinidade ou afetividade.

Outra questão que, cada vez mais aparece nesse processo de acolhimento estudantil, tem sido as relações de parentesco e de amizade, por meio das redes familiares existentes desde os seus países de origem, principalmente entre estudantes guineenses e angolanos/as. Isto porque existem estudantes africanos/as veteranos/as,

que aconselharam os seus parentes ou familiares a se inscreverem no processo seletivo para a Unilab - *campus* dos Malês, com o intuito desses estudantes continuarem os seus estudos no ensino superior fora dos seus países de nascença e num local onde já existem redes, nesse caso, de parentesco.

Em conversa com alguns/umas interlocutores e estudantes africanos/as que se encontram na condição de irmãos “de sangue”, observei que os laços familiares e de parentesco foram fundamentais para sua chegada ao Brasil e a escolha da Unilab - *campus* dos Malês como local para continuar os estudos universitários. Esse fator “família” tem acontecido com mais frequência nas últimas entradas estudantis, na medida em que mais estudantes africanos/as vão chegando para estudar nos Malês e morar em São Francisco do Conde.

Ao perguntá-los sobre as principais motivações dessa vinda para a Unilab, com base nas redes e relações de parentesco, alguns/umas deles/delas me disseram que, o fato deles serem parentes “fora de casa da mãe”, lhes proporciona uma necessidade de estarem juntos numa mesma casa em São Francisco do Conde e estudar no mesmo *campus*, pois isso lhes transmite e traz mais conforto, segurança e proximidade, inclusive, com os seus familiares que se encontram nos seus países de nascença. Sem perder de vista que, os próprios familiares, nos seus países de origem, se sentem mais tranquilos sabendo que, por exemplo, os seus/suas filhos/as estão morando na mesma casa e estudando na mesma universidade.

Todavia, também existem casos de estudantes que possuem uma relação de parentesco, mas que não moram juntos, ou seja, não vivem na mesma casa, por motivos como as diferenças de personalidade e comportamento. Também, pude observar, por meio de interlocuções com alguns/umas estudantes africanos/as já veteranos/as que estão sob esta condição, que alguns/umas preferem morar numa outra casa, de modo a experimentar uma sensação de menos “controle” familiar e mais “independência” e “autonomia” no seu cotidiano, embora alguns/umas tenham dito que mantêm uma relação fraternal com os seus parentes também estudantes.

Quanto ao *campus* dos Malês e as salas de aulas que o compõem, importa realçar que elas sempre estiveram destacadas por uma grande presença de estudantes provenientes dos Palop e de brasileiros/as negros/as. Esta tem sido uma das narrativas usadas com frequência, tanto pelos próprios estudantes como pelos professores, para enaltecer o caráter diferenciado e idiossincrático da Unilab, em relação a muitas outras universidades existentes no território brasileiro.

É comum existir muitos/as estudantes que, para além de se identificarem enquanto africanos/as, passam a identificar-se como negros/as, durante as suas chegadas e convivências no território brasileiro. Mas o estranhamento e a xenofobia não “diminuem” diante deste fenómeno racial, justamente o contrário, o sentimento que, vários/as desses estudantes relatam é de um "aumento" ou uma "dupla condição" de estranhamento.

Sobre o acolhimento estudantil, no momento das suas chegadas, a maioria dos meus interlocutores mencionam que, o mais difícil foi a sensação de “deixarem as suas vidas para trás” em São Tomé e Príncipe, alegando, especialmente, a saudade da família e das amizades que deixaram no seu país de origem. Uma delas, uma estudante de 28 anos do curso de Pedagogia, são-tomense e oriunda da ilha do Príncipe, continuou se orientando por meio do fuso horário de São Tomé e Príncipe em território brasileiro (3 horas a mais que o Brasil) durante os primeiros meses da sua chegada: “Pra mim o que importava era a hora de São Tomé e Príncipe...porque é como se eu não tivesse saído de casa”. Ela confidenciou também que, nesses primeiros meses desde a sua chegada, não gostava de sair de casa (alugada na cidade), “só casa, Unilab...Unilab, casa”, pois preferia estar em contato com familiares e amigos por meio da internet e redes sociais.

Para muitos/as estudantes africanos/as, esse processo de saída dos países de origem e de chegada no Brasil, tem sido similar a um “corte do cordão umbilical” ou uma espécie de passagem para a vida adulta e “independente”. Muitos/as encaram este momento como uma oportunidade de “fazerem o que lhes der na cabeça” como mencionou uma dessas estudantes, longe dos familiares de um certo “juízo das suas ações” como acontece nos seus países de origem. Dito de outra forma, trata-se de um “ponto de virada” para a maior parte dos/das estudantes africanos/as, um momento em que iniciam uma vida nova e projetam novas formas de ser e estar no mundo, de caminhar “com as próprias pernas”, que significa se tornarem pessoas adultas e independentes.

Uma das minhas interlocutoras angolanas, egressa do curso de Ciências Sociais, disse que, pelo fato de ser natural de uma região chamada Cabinda (Angola), isso fez com que muitos/as dos/das seus/suas conterrâneos/as, principalmente naturais da capital Luanda, a vissem como uma pessoa inferior. Inclusive, ela disse que isso afetou algumas relações estabelecidas com os seus compatriotas, pois de forma quase frequente era alvo de “piadas” que a faziam se sentir desconfortável. O mesmo fator em relação aos estudantes são-tomenses, naturais da ilha do Príncipe, que sentiram, inúmeras vezes,



preconceitos e estereótipos dos/das estudantes provenientes da ilha de São Tomé, especialmente, aqueles/as que são nativos da capital do país (São Tomé).

Desta forma, por serem maiores em termos de quantidade de estudantes, os/as angolanos/as, brasileiros/as e guineenses acabam por ter uma maior rivalidade, estranhamento e choque entre si, que podem ser manifestados com preponderância dentro das salas de aulas, nos corredores, nas esferas privadas e nos convívios acadêmicos. Porque afinal, apesar de existir um maior companheirismo entre estudantes da mesma nacionalidade, não significa que todos são “amigos e família”. Muito pelo contrário, é bastante comum observar conflitos e problemas entre eles, como a falta de afinidade política entre estudantes oriundos do mesmo país.

No caso de alguns/umas estudantes guineenses, os “conflitos internos”, como foi relatado por um dos meus interlocutores, estudante do curso de bacharelado em Humanidades, com quem pude conversar num dos assentos de uma pequena praça localizada no bairro Baixa Fria, perto do *campus* dos Malês. Curiosamente, um dos assuntos controversos que nós conversamos foi sobre a questão política, tanto na Guiné-Bissau como no Brasil, ele disse que tem estudantes guineenses em São Francisco do Conde que possuem afinidades com as políticas do então presidente brasileiro Jair Bolsonaro e da extrema-direita, o que para ele e muitos outros/as estudantes é uma coisa ultrajante, pois, “parece que essas pessoas não sabem o porque e quem ajudou a gente chegar aqui”, rematou esse estudante.

Observa-se, de uma forma mais ampla, uma tensão ou confronto existente, resultante da diferença entre nacionalidades, origens étnicas, ideias políticas e visões de mundo. Porém, não se pode perder de vista que, em contextos específicos e subjetivos, existem relações afetivas e de companheirismo que também brotam desses encontros. Por exemplo, existem estudantes de nacionalidades diferentes que namoraram e inclusive tiveram filhos/as, como foi o meu caso e a minha então companheira que é da nacionalidade guineense.

No caso dos moçambicanos/as, há uma tendência de vê-los “mais misturados/as” e estabelecendo relações e redes de afetividade com as demais nacionalidades dos Palop, incluindo, a brasileira. Mas isso não elimina as tensões e conflitos entres eles/elas, apenas existem menores proeminências ou possibilidades de isso acontecer, por causa da pouca quantidade de estudantes provenientes desse país e da menor probabilidade deles/as estabelecerem grupos sustentados pelo fator nacionalidade. Já os/as são-tomenses e cabo-verdianos/as, assumiram uma presença considerada mais

mediana em relação às demais nacionalidades, porém isso foi suficiente para estabelecerem seus pequenos grupos com base na conterraneidade dos seus países.

Até o momento, não consegui ter mais acesso aos dados atualizados dos/das estudantes do *campus* dos Malês. Porém, em conversa com vários/as interlocutores, que ainda se encontram vinculados/as a esse *campus*, não existem estudantes são-tomenses atualmente matriculados/as e quanto aos estudantes caboverdianos/as, o último deles/as concluiu o curso de Ciências Sociais em março de 2023.

Observa-se também que, maioritariamente, tanto os/as estudantes guineenses como angolanos/as possuem redes de relações mais cimentadas entre si, que têm possibilitado uma maior presença e preponderância de pessoas oriundas desses países na Unilab - *campus* dos Malês. Dito de outra forma, como já foi abordado anteriormente, existem laços de parentesco, de conterraneidade e de amizade que já se constituíam a partir dos seus países, entre uma boa parte desses estudantes, cuja condição acaba por construir uma maior facilidade de vinda desses indivíduos para o Brasil (Bahia - São Francisco do Conde), para se juntar aos seus parentes, conterrâneos e amigos/as.

Na verdade, muitos/as desses estudantes africanos/as transitam ou saem dos seus países para o território brasileiro com o intuito de continuar os estudos, geralmente, devido ao fato das universidades públicas nos seus países serem pagas, caras e/ou não disponibilizarem as formações profissionais da qualidade que essas pessoas almejam, mas também é importante considerar que cada um desses países africanos possui suas especificidades nesse aspecto. Por isso, o Brasil surge como uma boa opção de oportunidades para continuar os estudos universitários, principalmente, o ensino público que é gratuito. Sem esquecer a narrativa transmitida por muitos/as nativos/as dos Palop de que, as coisas e as pessoas que vêm de fora, trabalharam ou estudaram em outro país são muito mais bem vistas socialmente nos seus próprios países, em detrimento do que e de quem nunca saiu ou migrou para o exterior.

## **Tornando-se negro/a**

Segundo Rodrigues (2019), o histórico de relações do Brasil com os Palop, da década de 1960 até o início da década de 1990, no período da luta pela independência dos países africanos do jugo colonial de Portugal e até o período de formação de estados no continente africano, configura-se pelo favorecimento regular na relação com esses países. Nesse sentido, têm sido levadas em conta as proximidades linguísticas e culturais, tanto quanto o histórico colonial compartilhado com o continente africano como um todo, dentro do quadro da política externa brasileira.

É no decorrer desse período (anos 90) que se pode distinguir um objeto marcante que viria a nortear o futuro das relações bilaterais e multilaterais entre o Brasil e os PALOP: a instauração de acordos e projetos de cooperação que incentivaram o intercâmbio cultural e educacional. Outro ponto importante foi o apoio à paz e ao desenvolvimento nesses países, denotado pela visita do então chefe de estado brasileiro, José Sarney, até Angola e Moçambique. Tal apoio viria a se consolidar na década de 90 e nos anos seguintes, novamente em caráter bilateral e multilateral, que é onde se configura uma das maiores estratégias da influência brasileira entre os PALOP (RODRIGUES, 2019, p. 109).

Muitos dos/das estudantes africanos/as que saíram dos seus países de origem a partir de 2014, especificamente na Bahia, para estudar na Unilab, vieram com a ideia e o imaginário de um Brasil representado somente nas telenovelas, da TV Globo e da TV Record, nos *reality shows* como *A Fazenda* e o *Big Brother*, as músicas de cantores como Luan Santana, Anitta e Ivete Sangalo e nos programas de TV como a Hora do Faro e o Caldeirão do Huck. Também há a ideia genérica de um Brasil, territorialmente padronizado por estados e cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Contudo, também é importante salientar que nem todos/as estudantes provenientes do continente africano, chegaram com uma ideia como essa sobre o Brasil. Pude acompanhar relatos e experiências de estudantes que já tinham algum conhecimento prévio da realidade social brasileira, especificamente de como e onde seriam os locais em que viveriam e estabeleceriam contatos com os/as demais estudantes.

Esse conhecimento prévio deve-se, em boa parte, às redes de pessoas como parentes e amigos, também estudantes que já viviam no Brasil havia mais tempo. Tais estudantes acabam por transmitir as suas experiências e convivência sobretudo com brasileiros/as, a partir de tópicos como o samba, o carnaval e a capoeira, assim como certos estereótipos em torno à “democracia racial”, e mesmo por meio de perspectivas

mais pragmáticas sobre a realidade social brasileira (o racismo, o preconceito, a discriminação, a xenofobia e a desigualdade social).

Em conversa com um estudante guineense do curso de bacharelado em Humanidades, chegado no ano de 2021 em São Francisco do Conde, o mesmo confidenciou que perto do dia da sua viagem para a Bahia, ele chegou a acompanhar desde o seu país de origem, algumas notícias e relatos sobre um caso de racismo e discriminação que ocorreu num *shopping* em Salvador, Bahia, envolvendo um estudante egresso da Unilab, *campus* dos Malês e morador na cidade de São Francisco do Conde<sup>53</sup>.

Tal caso teve repercussão nos jornais e na televisão e gerou comoção no universo estudantil da Unilab, sobretudo, entre aqueles/aquelas que estudavam no Malês, ocorrendo inclusive manifestações (protagonizadas pelos estudantes africanos/as) como uma passeata na cidade contra esse ato de racismo, organizado pela Associação de estudantes e amigos de África (ASEA)<sup>54</sup>. O jovem estudante calouro soube dessa informação em conversa com a sua irmã, também estudante da Unilab, que já se encontrava na cidade e por meio desta rede de contactos, passou a pesquisar um pouco mais sobre essa notícia na internet e, igualmente, sobre os demais casos de racismo que acontecem no Brasil.

No prefácio do livro *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo* de Carlos Moore, Kabenguele Munanga (2007) realça o fato de ainda existirem pensamentos e discursos, por parte de alguns estudiosos e da população brasileira, baseados na ideologia da democracia racial e nas premissas de inexistência biológica ou científica da raça. Esse objetivo é sustentado por uma ideia de persuasão da sociedade brasileira, de que as políticas de ação afirmativa em benefício de negros/as e indígenas vai ressuscitar a palavra raça e o fenômeno da racialização, enquanto termos já extintos e inexistentes, tal como colocar fim ao equilíbrio e à paz social garantidos pela mistura racial.

---

<sup>53</sup> Notícia disponível no seguinte link: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/ba/homem-negro-e-retirado-de-banheiro-e-acusado-de-furtar-mochila-da-zara-em-shopping-na-bahia-1.3176051>. Acesso no dia 17 de novembro de 2022, às 10h22.

<sup>54</sup> Trata-se de uma associação que foi criada em 2014, pelos estudantes africanos/as da Unilab, *campus* dos Malês. É uma associação que envolve a participação e se preocupa com as demandas de estudantes provenientes dos Palop e todas as demais pessoas que queiram fazer parte, independentemente da região ou país.

Segundo Moore (2007), a produção acadêmica voltada para o estudo e a interpretação do racismo foi orientada durante o século XX por dois grandes acontecimentos na história do globo: o Holocausto judeu e a escravidão negro-africana.

Nesta perspectiva, o surgimento do racismo era considerado fruto do conceito de raça, termo que, etimologicamente, vem do italiano *razza*; este, por sua vez, tem origem no latim *ratio* e significa categoria e espécie, sentido utilizado pelo famoso naturalista sueco Carl Van Linné (1707 a 1778) para classificar as plantas em 24 classes ou raças. Será que existiria uma relação de causa e efeito entre a noção de raça e o fenômeno do racismo? O racismo seria somente uma produção europeia? A sua gênese estaria vinculada, como pensa a maioria das pessoas, à escravização dos africanos, à expansão do capitalismo e, enfim, à chamada Modernidade? (MOORE, 2007, p. 21).

Moore (2007) ainda responde que não se trata de desvalorizar o valor da categoria raça como um elemento possível de interpretação do racismo, mas observar que o projeto científico baseado numa compreensão sistemática e racializada da diversidade humana, entre os séculos XVIII e XIX, tornou-se possível por meio do critério fenotípico em escala planetária. É necessário discutir o racismo a partir da história dos conflitos entre povos decorrentes das diferenças fenotípicas e não somente como uma experiência originada ou alicerçada pela escravização das sociedades africanas, pois é uma incoerência da realidade histórica pensar que o racismo teve um único berço e período de gestação.

Nesse sentido, Moore (2007) também afirma que negar a existência da raça é, por isso, um absurdo no qual apenas se pode atingir através de uma postura a-histórica. Daí a necessidade de uma reorientação epistemológica que permita compreender, analisar e examinar a problemática do racismo para além de um estreito horizonte dos últimos 500 anos de hegemonia europeia sobre o mundo. Isto porque o racismo sempre foi uma realidade social e cultural baseada no fenótipo como um elemento objetivo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia.

Concordo com Kaly (2001) quando menciona que um/uma estudante proveniente do continente africano, também não tem como ficar indiferente à questão racial no Brasil. O racismo e a discriminação baseada na tonalidade da cor da pele estão sempre presentes na vida cotidiana. O/A estudante universitário/a africano e africana tem sempre de mostrar ou provar que não “é aquele que pensam que é”. Isto porque, muitos/as brasileiros/as continuam sustentando que a discriminação racial no Brasil é mais ligada à situação social das pessoas negras, ou seja, a ideia de que “O negro vítima do racismo é o negro pobre”.

Essas perguntas, além de tantas outras, e as humilhações sofridas quase quotidianamente, fazem com que estudar o racismo se torne, para nós, um assunto que se impõe por si mesmo. Estudar essa problemática permite a apreensão do «eu» de um preto, numa sociedade que sempre cultivou o mito da democracia racial. Mas há sempre escapatórias: fechar os olhos e os ouvidos, ser muito cientista, viver fingindo que não somos vítimas do racismo por causa de nossa posição social. Ao contrário, pretendo mergulhar no assunto, encará-lo de frente, ou seja, trabalhar a partir da vida quotidiana de um preto estrangeiro no Brasil (KALY, 2001, p. 110).

As experiências de racismo e de racialização em território brasileiro fazem parte do cotidiano da maioria dos/das estudantes africanos e africanas da Unilab - *campus* dos Malês. Trata-se de um aspecto fulcral que influencia no cotidiano desses estudantes oriundos dos Palop, no qual muitos/as só passam a entender e compreender ao transitarem para o Brasil. Maioritariamente, nos seus países de origem, esses estudantes não precisam reconhecer-se enquanto negros/as, pois a composição e o debate em torno da raça não acontecem da mesma forma que em certas regiões ou lugares do Brasil, como a Unilab - *campus* dos Malês. Inclusive é comum ouvir-se e crer-se, por parte de alguns/algumas desses estudantes, que o racismo é inexistente nos Palop.

Nas mais distintas realidades sociais dos seus países de origem, o debate sobre raça, racialização e racismo não tem assumido o mesmo nível de reconhecimento e problematização que em muitas regiões do Brasil. Inclusive, a construção de uma racialização e de reconhecimento enquanto negro/a, entre uma boa parte desses estudantes africanos/as da Unilab, é um processo recente que se constitui, sobretudo, na condição de “sujeitos imaginados” em trânsito e com base nas redes de convivência - tanto com brasileiros/as como com as mais distintas nacionalidades africanas - que vão se encontram no Brasil.

Na sua maioria, os/as estudantes africanos/as passaram a experienciar, vivenciar e sentir na pele o processo de racialização e do racismo após chegarem no território brasileiro, mas, como foi possível observar, também por meio dos relatos de estudantes que já vivem em território brasileiro há mais tempo. Um aspecto que passou a fazer parte do cotidiano e das experiências dos/das estudantes africanos/as em território brasileiro, tem sido a questão racial, que se tornou um pertencimento identitário adquirido por esses estudantes após estabelecer residência no Brasil. Porém, é importante dizer que esse processo de racialização não é unânime, porque, de fato, existem relatos de estudantes que não passaram a identificar-se como negros/as após morarem no Brasil. Em alguns casos, esses/essas estudantes apenas usavam essa condição identitária em território brasileiro, mas ao regressarem, por exemplo, para os

seus países de origem, a identificação enquanto pessoas negras ou pretas ainda se mantém como uma questão não necessária, debatida ou irrelevante.

Inclusive vários/as desses estudantes não se reconhecem, racialmente, enquanto negros/as ou pretos/as nos seus países, se reconhecendo, por exemplo, como *latons* em Angola e *bobôs* ou *mulatos* em São Tomé e Príncipe. Considerando também que, o fator racial nesses países, não é atribuído, socialmente e historicamente, de forma similar ao Brasil. Dito de outra forma, é importante ter em conta que as construções identitárias e raciais são fluídas e móveis, sendo igualmente construídas em trânsitos e movimentos entre diferentes territórios ou países, como é o caso dos/das estudantes africanos/as na Unilab.

Alguns/umas desses estudantes do *campus* dos Malês mencionam que muitas vezes se sentiram confusos/as em relação aos seus pertencimentos identitários enquanto mulheres e homens negros em território brasileiro, preferindo não entrar ou revelar as suas opiniões inseguras sobre o assunto como forma de evitar embates ou conflitos. Isto porque nas regiões e nos países africanos onde nasceram, nunca foram identificados/as enquanto negros/as, pois esse processo identitário veio a acontecer na Bahia e a partir do vínculo com a Unilab.

Esse é o caso de uma estudante são-tomense, egressa da Unilab - *campus* dos Malês e que regressou para o seu país (São Tomé e Príncipe). Em uma das nossas conversas, sendo algumas presenciais, enquanto ela morava em São Francisco do Conde e outras pelo WhatsApp ela confidenciou-me por meio da seguinte interrogação: “Em STP as pessoas não me acham negra...então porque vou forçar a ser negra num país onde não me veem como negra?!”. Ela acabou dizendo que prefere “jogar o jogo do lugar” onde ela se encontra, em termos de identidade racial.

Embora em termos fenotípicos muitos/as desses estudantes sejam vistos e classificados no Brasil como mulheres negras ou homens negros, esse aspecto de afirmação identitária racial não chegou a ser uma condição fixa que eles/elas tomaram para si, seja de modo político ou social, sob a justificação de terem uma tonalidade de pele negra considerada "menos retinta". Assim como, em conversa com esses estudantes, vários/as acabaram por afirmar que não têm o objetivo de viver duradouramente ou permanentemente em território brasileiro, pois as suas intenções sempre foram a de regressar para os seus países de origem ou de viajar para outros países.

No que tange à minha experiência em termos de consciência racial, o processo de entender essa experiência no Brasil não foi automático. Nos primórdios da minha chegada, houve uma resistência em me reconhecer enquanto uma pessoa negra e de compreender que no território brasileiro e no universo onde passei a estabelecer minhas redes de relações, especialmente na Unilab - *campus* dos Malês e em São Francisco do Conde, a identidade negra tem-se tornado, gradualmente, uma condição fundamental da minha construção social e identitária no Brasil. Advinda desta experiência territorial brasileira compartilhada, também passei a identificar-me como um sujeito negro no mundo, por meio das redes estabelecidas com vários/as outros/as estudantes africanos/as e nativos/as brasileiros/as.

No entanto, o fato de não ter pessoas brancas nativas, não implica que não existe um processo de racialização e de racismo nesses países. Minha identidade ou pertencimento racial em São Tomé e Príncipe é de um mulato, “mulato colompido” ou como é conhecido localmente, *bôbô*. Esta condição me concede privilégios sociais, como a percepção de que a minha pele é mais bonita em relação às pessoas com uma tonalidade de pele negra mais retinta no contexto são-tomense, precisamente pela ideia de que o meu tom de pele se aproxima mais à pele ou identidade racial branca.

No caso de Angola, conforme as minhas interlocuções com estudantes angolanos/as, existe uma similaridade com São Tomé e Príncipe. Lá, as pessoas mulatas ou *bôbôs* são designadas, usualmente, como *laton* ou *latona*. Em Cabo Verde, pessoas com essa tonalidade de pele são também chamadas de mulatas ou até mesmo brancas em certos casos. No contexto da Guiné-Bissau, normalmente, o termo usado no *kriol* guineense é *alguin di kor* como foi mencionado por alguns/umas interlocutoras desse país. Assim sendo, observo que, especialmente no caso de indivíduos que são designados/as nos seus países como *bôbô*, *laton* e *alguin di kor*, ao chegarem e conviverem no território brasileiro, uma boa parte deles/elas passaram a se identificar como pessoas negras, fruto das relações que têm sido constituídas a partir das suas redes de convivência e conhecimento acadêmico-universitário.

Concordo com a psicanalista e escritora Neusa Santos Souza (1983) quando diz que as pessoas negras se veem obrigadas a tomar os indivíduos brancos como modelo de identidade, especialmente no que diz respeito a uma estratégia de ascensão social. Isto porque a sociedade escravista quando transformou os/as africanos/as em escravizados/as, definiu a pessoa negra como raça, demarcando assim o seu lugar de inferioridade e subalternidade. Apesar de Souza (1983) dialogar diretamente com a



realidade brasileira, percebo que esse diálogo também pode ser estabelecido para os Palop.

E, como naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços-de-branco”, ser bem tratado era ser tratado como o branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco - ainda que tendo que deixar de ser negro - que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (SOUZA, p. 21, 1983).

A maioria dos/das estudantes africanos/as que chegaram no Brasil para estudar na Unilab, *campus* dos Malês, antes das suas chegadas, tinham uma percepção de que a maior parte da população brasileira seria branca. Este fator se deve, sobretudo, às influências culturais e históricas que esses estudantes tiveram acesso nos seus países de origem, por meio dos veículos mediáticos como as televisões e a internet. Com as suas chegadas, o processo de convivência em território brasileiro, o conhecimento adquirido na universidade e o estabelecimento das redes de relações, especialmente, com brasileiros/as que se consideram negros/as, a construção e o reconhecimento desses estudantes enquanto pessoas negras foi se materializando socialmente na medida em que eles/elas iam criando raízes e afetos em território brasileiro.

Conforme Moore (2007), em sociedades racializadas como o caso da maior parte dos países do mundo, existe uma trivialização e subestimação do racismo que procede de uma necessidade ideológica. Esse processo ideológico legitima e consolida a posição do segmento racial dominante, baseada em discursos e práticas orientadas para a manutenção consciente de um *status quo*. Tal trivialização do racismo procede, igualmente, como um segmento dominante de deslegitimação das lutas reivindicatórias das populações alvo do preconceito, discriminação e racismo.

A banalização do racismo visa a criar a impressão de que “tudo anda bem” na sociedade, imprimindo um caráter banal às distorções socioeconômicas entre as populações de diferentes “raças”. Os que acreditam no contrário podem ser julgados “revoltosos”, “inconformados” e, até mesmo, “racista às avessas”. Contra estes, a “boa sociedade” estaria legitimada a organizar vigorosas ações de repressão. Essa expansão e aceitação do racismo conduzem, inexoravelmente, à sua banalização (MOORE, 2007, p. 29).

Quero chamar novamente atenção para o fato de que os/as estudantes africanos/as, na sua maioria, passam a refletir e experienciar os fenômenos de raça, racialização e racismo a partir dos seus trânsitos no território brasileiro, tal como por

meio das redes de relações sociais que foram sendo estabelecidas na Unilab - *campus* dos Malês, em São Francisco do Conde. De certa forma, a maior parte dos/das estudantes passaram a “tomar consciência” do racismo através do contato com um processo de “desbanalização ou desnaturalização” do fenômeno racial, fundamentalmente, dentro das salas de aulas e nos corredores do Malês.

Os diálogos em sala ou em atividades curriculares (grupos de pesquisa, de extensão, visitas de estudo e palestras) e extracurriculares (atividades sociais e culturais realizadas pelos/as estudantes) desenvolvidas pelos/as professoras por meio da leitura de textos e referenciais bibliográficos, assim como os materiais fotográficos e audiovisuais, serviram como mote para que vários/as estudantes africanos/as iniciassem e desenvolvessem uma postura política antirracista ou demonstrassem uma capacidade de questionar e problematizar a “banalização” do racismo em São Francisco do Conde, no Brasil, assim como nos seus próprios países de origem e no mundo.

Segundo Otávio Ianni (1996), os problemas raciais podem ser vistos em toda a sua originalidade, igualmente se examinados em perspectiva mundial. Sem prejuízo das suas manifestações e dos seus significados locais, nacionais e regionais, torna-se inegável que a perspectiva mundial pode enriquecer e, possivelmente, inovar a reflexão sobre os seus significados e suas implicações. Apesar das suas singularidades, em termos de nações e nacionalidades, xenofobias e etnicismos, nacionalismos e racismos, os problemas raciais podem ser vistos também em perspectiva macro, geo-histórica e por meio das manifestações de movimentos e configurações da sociedade global em formação.

No século XX tem ocorrido várias ondas de racialização do mundo. Tanto a primeira e a segunda grandes guerras mundiais, como a guerra fria, são épocas de intensa e generalizada racialização das relações entre coletividades, tribos, povos, nações ou nacionalidades. Na medida em que as guerras mesclam-se e desdobram-se em revoluções nacionais ou revoluções sociais, tornam-se ainda mais acentuadas as desigualdades, divergências e tensões que alimentam os preconceitos, as intolerâncias, as xenofobias, os etnicismos ou os racismos. Ao lado dos preconceitos de classe, casta e gênero, emergem ou reaparecem os preconceitos raciais (IANNI, 1996, p. 6).

É importante reconhecer que os preconceitos, os estereótipos e as formas de discriminação racial fazem parte de realidades particulares, mas sem perder de vista as conjunturas globais de racialização e do racismo enquanto realidade social. Os processos de racialização que vários/as desses estudantes tiveram nos seus países de

origem, têm sido diferentes dos experienciados no Brasil, uma vez que nos seus países de nascença não são reconhecidos/as, fenotipicamente, enquanto um homem ou mulher negros. Tal reconhecimento passou a existir em território brasileiro, devido aos trânsitos, os circuitos e as redes de relações estabelecidas, sobretudo na Unilab - *campus* dos Malês e na Bahia.

Todavia, isso não implica dizer que esses/as estudantes estão livres de sofrer preconceito, xenofobia e discriminação racial dentro e fora dos seus países de origem, ou que estão imunes a esse processo de racialização em qualquer parte do mundo onde transitam, circulam e estabelecem as suas redes. Na medida em que o racismo - pelo menos o modo como ele é caracterizado, mencionado e significado - é um fenômeno que atravessa fronteiras e “entra em locais” onde, aparentemente, não existe uma consciência ou reconhecimento das sequelas, violências e desigualdades que o mesmo provoca nas mais distintas sociedades.

Como observa Moore (2007), o racismo é um fenômeno eminentemente histórico e ligado aos conflitos reais ocorridos na história dos povos. Deste modo, Ianni (1996) corrobora que a “raça” é construída socialmente no jogo das relações sociais e dentre as inúmeras articulações e tensões que são constituídas e desenvolvidas com a globalização, a dimensão racial detêm um significado particularmente importante.

Isto porque numa perspectiva global, ainda segundo Ianni (1996), simultaneamente histórica e geográfica, a população mundial está atravessada por tendências de integração e fragmentação, dentre as quais sobressaem os problemas raciais. Na verdade, a questão racial deixou de ser apenas ou principalmente nacional, atravessando as fronteiras geográficas, sociais, políticas e culturais das nações em todo o mundo.

Numa das minhas interlocuções, com um estudante angolano da Unilab - *campus* dos Malês, por meio dos relatos escritos que nós trocamos, ele relata o seguinte:

Mas, depois de se ambientar tudo passou a ser normal, menos a questão do racismo que nos abala até hoje. Poderia se questionar se em Moçambique não tem racismo, eu diria que sim, mas o povo comum não consegue ver porque é algo implícito por herança colonial e não existe o quesito de raça e cor no RG. Isso é uma das coisas que o faz passar despercebido (trecho do relato escrito do estudante moçambicano, setembro de 2021).

O fato é que uma boa parte dos/das estudantes africanos/as que viveram e vivem no Brasil, experimentaram no território brasileiro uma dimensão racial diferente das que

se encontram nos seus países de nascença, no caso do interlocutor, em Moçambique. Isso corrobora com a perspectiva de que a raça, a racialização, o racismo não são fenômenos homogêneos, unívocos e que operam do mesmo modo em todos os lugares. Existem inúmeras camadas que perpassam os seus significados e *modus operandi*, que lhes conferem uma característica mutável, que também são passíveis de serem elaboradas nas relações sociais, nos trânsitos e nas redes, dependendo de fatores regionais e locais.

Nesta senda, por meio das interlocuções e observações do modo como esses estudantes vivem e convivem, torna-se possível entender que eles/elas não chegam num país então desconhecido (Brasil), desprovidos de conhecimentos, redes de relações, trajetórias ou histórias de vida, já construídas nos seus países nativos.

### **(Des) encontros na cidade**

Em São Francisco do Conde, muitos/as estudantes africanos/as ainda experimentam uma reação de estranhamento em relação às suas presenças e vivências na cidade. Desde a chegada dos/das primeiras estudantes em 2014 até os dias atuais, ainda persistem situações e relatos de preconceito, discriminação e xenofobia que provocam desconforto e repúdio por parte de vários/as desses estudantes, advindas das relações e contatos estabelecidos sobretudo com os/as moradores franciscanas/os.

Durante uma conversa com um estudante guineense muçulmano, ele disse que sofreu preconceito religioso por parte de alguns moradores da cidade e também dentro da Unilab, pois várias dessas pessoas achavam que os/as estudantes muçulmanos/as, na sua maioria guineenses, estavam associados/as aos grupos extremistas e terroristas como *Al-Qaeda* e *Boko Haram*. Ele também chegou a confidenciar que, muitas das vezes, quando conversa com os/as estudantes brasileiros/as da Unilab, prefere ocultar que a sua religião é muçulmana para evitar situações de preconceito e de estranhamento por parte deles/delas.

Uma estudante são-tomense evangélica que chegou na Bahia em 2018, igualmente me confidenciou que prefere não falar sobre os seus “pensamentos religiosos para muitos/as brasileiros/as”, pois muitos/as deles/as acabam não respeitando a opinião dela, inclusive professores em sala de aula. Ela disse que, inúmeras vezes, se viu “obrigada” a estudar sobre questões que não concorda como a “homossexualidade” e “intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana”

para poder cumprir os créditos das disciplinas e não ser “cancelada” pela turma. Na reta final do nosso diálogo, ela afirmou que, de certa forma, existe uma intolerância e preconceito de “muita gente dentro da Unilab” em relação ao fato dela ser evangélica: “tem pessoas más em qualquer religião do mundo...sou evangélica, mas não sou uma pessoa má”.

Nesta senda, há uma narrativa que segue sendo perpetuada por inúmeras pessoas, incluindo os/as próprios/as estudantes africanos/as e franciscanos/as, de que a cidade de São Francisco do Conde e os seus moradores “não foram preparados/as” para receber estudantes provenientes do continente africano. No sentido de que uma grande maioria dos/das habitantes da cidade continuam tendo um enorme desconhecimento sobre a África e os países diversos que a compõem. A ideia transmitida é que essa falta de “preparação” acabou intensificando o nível de estranhamento e de estereótipos sobre a presença de estudantes africanos/as na cidade e na Unilab.

Quantos aos muitos/as estudantes brasileiros/as presentes na Unilab é comum, inicialmente, se mostrarem muito encantados, curiosos/as e dispostos/as a aprender ou conhecer mais em relação a aspectos como o sotaque, a língua e as vestimentas dos/das estudantes africanos/as (por exemplo, roupas com tecido africano). Entretanto, conforme os relatos de vários/as estudantes africanos/as, no decorrer das relações e convivências entre eles/elas, em muitos casos, essa curiosidade vai se diminuindo, dando lugar aos estranhamentos e “choques culturais”, tanto em aspectos sociais como religiosos e políticos.

Contudo, quem ou o que poderia “preparar” os/as habitantes franciscanos/as para a chegada dos/das estudantes africanos/as? A própria Unilab? A Prefeitura de São Francisco do Conde? Essa expectativa indica que, talvez, esse papel precisava ser desempenhado por ambas as instituições, no campo político, social e educacional. Por esse viés, um outro questionamento se desdobra a partir dessa narrativa: até que ponto esse “preparo” contribuiria para uma diminuição ou ausência do estranhamento dos/das franciscanos/as relativa à presença dos/das estudantes africanos/as?

A lógica que persiste na sustentação dessa narrativa por parte de alguns/umas estudantes africanos/as é a de que certos equívocos ou constrangimentos, inclusive dos próprios/as habitantes franciscanos/as, poderiam ter sido evitados ou reduzidos com recurso à disseminação, por exemplo, de informações mais específicas sobre as nacionalidades desses estudantes, por meio de palestras ou de outras ações informativas anteriores às suas chegadas na cidade.

O fato é que quando os/as primeiros/as estudantes chegaram em São Francisco do Conde oriundos do continente africano, houve uma recepção, por parte da Unilab - *campus* dos Malês, pois os/as mesmos/as ficaram hospedados/as em duas pousadas no centro e na orla da cidade, chamadas Recanto do Parque e Bahia de Todos os Santos. Porém, também foi sob essa condição de hóspedes estrangeiros/as que todos/as estudantes passaram a ser chamados/as de angolanos/as, por uma grande maioria dos/das moradores franciscanos/as.

Bedam (2017) parte do pressuposto de que um dos motivos fulcrais dos/das franciscanos/as chamarem os/as estudantes africanos/as de forma genérica como angolanos/as se deve ao fato de Angola ser, territorialmente, maior e mais conhecido em relação aos demais países que compõem os Palop. Também pelo fato de estar posicionado enquanto um país que suscita mais interesse ao nível político, econômico e cooperativo do Brasil quanto aos acordos bilaterais nas relações internacionais, que conectam ambos os países.

Para alguns franciscanos África é um país e Angola é a capital, portanto, toda essa visão distorcida sobre o continente com 54 países tem de certa forma a sua gênese. Visto que Angola não é o país da África mais próximo do Brasil geograficamente falando, e os angolanos não são a maioria dos estudantes africanos em São Francisco do Conde, ou seja, desde a primeira entrada dos estudantes de cinco países africanos da língua oficial portuguesa em 2014, até meados de 2016, tinha apenas uma única angolana e a maioria esmagadora foi da Guiné-Bissau. Mas todos os estudantes africanos oriundos destes cinco países diferentes foram, e são tachados de angolanos no município de São Francisco do Conde (BEDAM, 2017, p. 7).

É interessante observar que, em relação aos *campi* da Unilab situados no Ceará, na cidade de Acarape e Redenção, assim como relativo a outros locais dentro do território brasileiro, a afirmação genérica de que, praticamente, todos/as os/as estudantes africanos/as são de nacionalidade angolana, acaba sendo uma narrativa específica ou local que se deu com vários/as moradores da cidade de São Francisco do Conde. Isso demonstra também que o uso da denominação “angolano/a” para classificar, genericamente, esses estudantes africanos/as, está relacionado com uma ideia equivocada de que Angola seja a capital de África.

O trabalho de Bendo (2016) sobre o modo como o estranhamento influencia as relações dos/das estudantes africanos/as com os/as moradores franciscanos/as, uma vez que um dos principais objetivos da Unilab é a integração, tanto dentro como fora da universidade, também lança luz sobre as relações entre os próprios/as estudantes

africanos/as, na medida em que esses estudantes provêm de diferentes países e regiões, e possuem hábitos e costumes diferentes em vários aspectos.

Um desses aspectos é o fator linguístico, os/as cabo-verdianos/as e guineenses falam entre si, recorrentemente, nas suas línguas locais como o *kabuverdianu* e o *kriol* da Guiné-Bissau. Ainda existe por parte de alguns/umas franciscanos/as um estranhamento em relação a essa diferença em termos linguísticos - que para além de muitos/as deles/as acharem que essas línguas são as mesmas, desconhecendo o fato delas serem diferentes - alguns/umas fazem imitações irônicas e em tom de deboche sobre o modo como essas línguas são expressas e faladas. Isso se configura como uma situação de preconceito linguístico, que deixa muitos/as estudantes africanos/as desconfortáveis e chateados/as.

Segundo Bendo (2016), um outro aspecto é que numa determinada fase, vários/as moradores franciscanos/as começaram a comentar que os/as estudantes africanos/as estavam recebendo uma quantia monetária considerável da Prefeitura de São Francisco do Conde, avaliada em mais de \$R3.000.

Desconheço a origem precisa desses comentários, mas é possível que eles tenham surgido na esteira dos estranhamentos, preconceitos e xenofobias em relação aos estudantes da Unilab. Sem esquecer o fato de que a Prefeitura da cidade nunca contribuiu, nesses moldes financeiros, para a permanência de estudantes africanos/as em São Francisco do Conde. Esse “mal-entendido” suscitou, por parte de alguns moradores franciscanos/as, a necessidade de aumentar os valores dos alugueis das suas casas, pois eles/elas achavam que esses estudantes “tinham dinheiro”.

Tais relatos foram sendo reforçados por vários/as moradores franciscanos/as, também por conta do número de festas e churrascos que eram organizados pelos estudantes africanos/as. Assim como, a “qualidade” e o tipo de vestuários, percebido por certos moradores franciscanos/as como roupas, perfumes e sapatos de marcas como *Nike* e *Adidas*, que enfatizam a narrativa de que os/as africanas “tinham dinheiro” e poder de compra. Na verdade, desde a chegada dos/das primeiros/as estudantes à cidade, existem comentários ambíguos por parte dos/das moradores franciscanos/as que colocam os/as africanas como pobres e provenientes de “um país chamado Angola”, mas quase que simultaneamente surgiram comentários genéricos de que esses estudantes “tinham dinheiro” e gostam de festa e “barulho”.

“Parece que tudo o que a gente faz e diz incomoda eles”, disse um estudante cabo-verdiano do curso de Ciências Sociais e morador de São Francisco do Conde havia

três anos, que também admitiu que nem todos os moradores franciscanos/as se sentem “incomodados” com a presença de estudantes africanos/as na cidade. Entretanto, “tem alguns que mesmo quando a gente passa na rua falando nosso língua (*kriol* cabo-verdiano), eles ficam olhando como se a gente fosse um *ET* (extraterrestre)”, e disse que já ouviu algumas pessoas nativas da cidade comentando que a “língua deles é barulhenta e esquisita”. Inclusive, como esse meu interlocutor aponta, “muitos deles confundem o *kriol* de Cabo Verde com o da Guiné-Bissau”, que têm semelhanças, mas são línguas diferentes.

Os relatos genéricos não param por aí, pois conforme Bendo (2016), após as suas chegadas em São Francisco do Conde, os/as primeiros/as estudantes africanos/as tiveram que repetir alguns exames médicos nos postos de saúde da cidade. Uma boa parte desses exames já tinham sido feitos nos seus países, isto porque fundamentalmente no ano de 2014, persistiam narrativas de que os/as estudantes africanos/as poderiam estar contaminados/as por uma doença grave.

Quando surgiu o surto da epidemia da Ébola em 2014 na República da Guiné Conacri, e depois se espalhou em alguns países da África, como Serra Leoa, Nigéria, e mais tarde se alastrou também para a República Democrática do Congo, os africanos sofreram mais discriminações, por parte da população que dizia que todos estavam contaminados com a doença e que iriam contaminar também o município, surgiram falas como de alguns moradores dizendo que os estudantes africanos precisavam voltar para os seus países de origem, ou ficarem em quarentena, que o pessoal da saúde deveria sair colando nas portas das casas dos africanos exames que mostrava quem realmente não estava contaminado. Os estudantes africanos começaram a ir às escolas do município e distritos dar palestras e falar mais do continente, mostrar mais da cultura africana (BENDO, 2016, p. 26).

É importante interrogar até que ponto essas palestras contribuíram para que vários/as moradores franciscanos/as - na sua maioria crianças e adolescentes - conseguissem, por exemplo, identificar as diferentes nacionalidades africanas presentes na cidade em vez de chamar todos/as de angolanos/as, tal como distinguir as línguas que predominavam nesses países e que são faladas cotidianamente pelos estudantes, sobretudo guineenses e cabo-verdianos/as.

Vale a pena se interrogar também se foi possível “quebrar” certos estereótipos sustentados pelas seguintes narrativas: a de que os/as estudantes africanos/as receberam ajudas monetárias por parte da Prefeitura de São Francisco do Conde; de que estão ocupando o espaço da Unilab que deveria ser para os moradores e estudantes brasileiros/as; de que doenças como Ébola poderiam ser transmitidas para os moradores



franciscanos/as por meio dos/das estudantes africanos/as e de que no continente africano, particularmente nos Palop, só existisse pobreza, miséria e selvageria.

Essas palestras nas escolas e espaços institucionais, realizadas nos primórdios da chegada dos/das estudantes africanos/as na cidade - conforme relatam muitos/as desses estudantes - de fato tiveram sua importância no ato de reduzir o estranhamento por parte dos moradores franciscanos/as. Porém, o processo de convivência, redes, conflitos, tensões e afetividades no cotidiano entre africanos/as e franciscanos/as, acaba sendo crucial para uma maior aproximação e “redução das diferenças”.

Ao mesmo tempo, cumpre observar que, a produção desse estranhamento não é apenas exclusiva dos/das franciscanos/as para com os/as estudantes africanos/as, o contrário também existe. Em termos de relatos e narrativas, o estranhamento da maioria dos/das estudantes africanos/as acaba sendo direcionado mais para a cidade de São Francisco do Conde, do que em relação aos moradores franciscanos/as. Muitos/as estudantes acham que a cidade não “tem nada” a oferecer, sobretudo, no sentido de opções de lazer e diversão. No entanto, vários/as também taxam os moradores franciscanos/as como pessoas “atrasadas e ignorantes”, inclusive alguns/umas estudantes afirmam que esses comentários funcionam como estratégia de defesa para o fato deles/delas serem tratados/as como exóticos/as, estrangeiros/as ou forasteiros/as na cidade.

Também é necessário considerar o estranhamento dos/das estudantes africanos/as dentro do *campus* dos Malês, por exemplo, em relação aos estudantes brasileiros/as, incluindo os próprios moradores franciscanos/as que estudam na Unilab. No que tange aos relatos e comentários é comum haver uma generalização, por parte de muitos/as estudantes africanos/as, em relação a determinadas características e comportamentos direcionados ou atribuídas aos brasileiros/as (não somente estudantes) como os seguintes: “brasileiros/as se acham mais espertos/as e inteligentes”, “brasileiros/as gostam de ficar e não namorar”, “muitos brasileiros se acham mais africanos que os próprios africanos” e “brasileiros/as são falsos/as e interesseiros/as”.

Deste modo, observa-se que existem estranhamentos de ambas partes, tanto dos/das africanos/as como dos/das brasileiros/as. Sendo fundamental perceber que, essas ideias preconcebidas e genéricas, não são uma exclusividade de estudantes vinculados à Unilab - *campus* dos Malês em São Francisco do Conde. Trata-se de um processo que acontece nas mais diversas regiões do território brasileiro, existindo inclusive vários trabalhos já realizados sobre as presenças e experiências de africanos/as

nas mais variadas regiões e universidades do Brasil, como por exemplo, a tese de Ismael Tcham (2016), a tese de Ercílio Langa (2016) e a monografia de Rolsaete da Silva (2018).

Tanto a tese de Langa (2016) como a de Tcham (2016) buscaram compreender a configuração da migração contemporânea para o Brasil, destacando o fluxo migratório dos estudantes africanos para a região Nordeste do território brasileiro. No caso de Langa (2016), essa busca foi sobre a presença e permanência de estudantes oriundos de distintos países africanos para o Brasil, particularmente, para a cidade de Fortaleza no Ceará. Já Silva (2018) propôs uma descrição do processo de cooperação na área educacional por meio da análise do PEC-G, levando em conta que se trata de um programa inserido nos acordos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a partir da cooperação Sul-Sul, tendo como estudo a relação entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

Esses três trabalhos têm em comum uma abordagem sobre os aspectos institucionais e universitários que permeiam as experiências e vivências de estudantes africanos/as no Brasil. Isto porque são indivíduos que já chegam com o estatuto de estudantes por meio de um convênio entre o Brasil e os Países de Língua Portuguesa. Dito de outra forma, existe uma mediação que é estabelecida com esses estudantes provenientes do continente africano, tendo as universidades brasileiras como parte significativa das redes de relações constituídas nesses trânsitos transatlânticos.

O fato é que tais redes, trânsitos e relações que acontecem, dentro e fora dos muros da universidade - nesse caso da Unilab - *campus* dos Malês - envolvendo estudantes, são perpassadas por estranhamentos, conflitos e tensões, fruto das diferenças de nacionalidades, de regionalidades e das distintas formas de ser, ver e estar na vida. Entretanto, isso não quer dizer que não existam aproximações e afetividades construídas nessas relações e convivências.

Na sua maioria, as/os estudantes africanos/as moram em casas alugadas, mais no Centro e, em seguida, na Baixa Fria, sob uma lógica social que permite compreender uma relação entre as casas e a convivência entre esses estudantes. A principal motivação desses estudantes viverem no Centro é porque tudo fica mais perto e acessível, tanto em termos de lazer (por exemplo, praticar esporte e passear na orla), no acesso ao hospital da cidade, como no aspecto comercial (por exemplo, compra de alimentos e cosméticos). Quanto ao bairro Baixa Fria, a principal motivação é o fato de estar, localmente, muito perto e mais fácil de acessar o prédio da Unilab, *campus* dos Malês.

De 2014, com a chegada dos/das primeiros africanos/as na cidade, até a atualidade, houve vários acontecimentos, estranhamentos e conflitos envolvendo a convivência com os franciscanos/as. Por exemplo, várias estudantes desses estudantes estavam na expectativa e no imaginário de encontrar uma cidade com lugares providos de mais recursos de lazer e infraestruturas como cinema, *shopping* e um comércio dinâmico e parecido com as das metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, também consideradas enquanto capitais que mais aparecem nos programas de TV (telenovelas e programas de entretenimento brasileiros) transmitidos nesses países africanos. Por isso, falas como “Aqui não tem nada!”, “Você ainda está fazendo o quê nessa cidade?!” e outras, ainda são usadas por certos estudantes africanos e africanas para se referir à São Francisco do Conde.

No que diz respeito ao imaginário e à expectativa da população franciscana em relação à chegada de estudantes provenientes do continente africano, certos moradores e moradoras começaram por fazer algumas perguntas incômodas para essas estudantes africanas/as como essas: “Vocês dormem em árvore?”, “Lá tem carro?”, “Já dormiu com leão?”, etc.

De forma resumida, nessa realidade é possível observar problemáticas em torno do choque, imaginário e estereótipos, que acontecem tanto com os/as habitantes de São Francisco do Conde como com os/as estudantes africanos/as. Trata-se de um debate marcado pela distinção entre categorias como o nós e os outros, e na forma ou modo como essas pessoas (por exemplo, franciscanas e africanas) se relacionam e convivem dentro da cidade. Uma vez que, certamente, essas discussões estão imbricadas em problemas sociais e históricos mais enraizados como o racismo e a xenofobia. Reconhecendo questões também como o índice de violências envolvendo o tráfico de drogas, assédios sexuais e assaltos, pelos quais várias/os estudantes foram afetados na cidade.

Em conversa com um estudante guineense e egresso do curso de História da Unilab em 2020, ele relatou que já sofreu e presenciou um assalto, dentro de uma das salas de um prédio chamado Cejal (um prédio emprestado pela prefeitura para sedear aulas da Unilab, ver parte 1), junto com alguns colegas e a professora. “Foi um dia assustador”, pois os assaltantes estavam armados e inclusive ele recebeu um golpe no rosto de um dos assaltantes, que roubaram vários dos seus pertences (*tablet* e celular) e também levaram objetos da professora e colegas.

Também têm relatos de duas estudantes guineenses que foram assediadas sexualmente nas ruas da cidade, por moradores franciscanos, que chegaram a apalpar as partes íntimas dessas estudantes. Verbalmente, elas também chegaram a escutar assédios desses homens e os mesmos usaram algumas expressões em *kriol* guineense como “*bruta de bunda*”, que em português significa “bunda grande”. Essa questão foi alvo de muitos debates entre os estudantes guineenses, nos quais algumas estudantes acusaram alguns estudantes da Guiné-Bissau de ensinarem “coisas e expressões erradas” para os moradores brasileiros da cidade e que isso tem sido uma das causas de problemas de assédio sexual em relação às mulheres guineenses em São Francisco do Conde.

Contudo, é importante realçar que não se trata apenas de conflitos advindos da convivência entre pessoas provenientes de diversos lugares e países na cidade. Também existem afetos, companheirismo, familiaridade e amizade, cujos laços ainda permanecem ativos. Por exemplo, há casos específicos de estudantes africanas/as que tiveram e têm relacionamentos afetivos com franciscanos/as, cujos frutos dessas relações foi o nascimento de filhas/os.

Esse é o caso de uma interlocutora cabo-verdiana da primeira entrada do curso de Letras de estudantes africanos/as do *campus* dos Malês, que vive com o seu companheiro brasileiro e franciscano, tendo ambos uma filha. Eles se conheceram em São Francisco do Conde, enquanto ela estudava na Unilab. Após a mesma ter terminado a graduação em Letras, ao contrário de muitos/as estudantes africanos/as, ela permaneceu morando na cidade, em companhia dele e da filha, onde conseguiu um emprego como professora numa escola privada de ensino médio e fundamental na cidade de Santo Amaro.

Inclusive eu tive a oportunidade de, anteriormente à realização desta pesquisa, estabelecer um diálogo e uma entrevista com esta interlocutora (e não só ela, pois também estabeleci interlocuções com mais dez), refletindo sobre as suas vivências na cidade, a relação com a Unilab e o fato de ser mãe e universitária nesse contexto. Tratou-se de um trabalho realizado e publicado em forma de ensaio escrito e fotográfico, intitulado “*Tornar-se mãe: narrativas das jovens mulheres africanas em São Francisco do Conde (BA)*”. Na ocasião, esta interlocutora disse o seguinte:

O TCC exige total concentração, total compromisso com ele, aí eu senti necessidade que alguém ficasse com ele o tempo inteiro, ou pelo menos quando eu precisasse sempre, porque nesse meio tempo que eu estava

escrevendo o TCC, Lucas [o pai e companheiro] estudava de manhã, às vezes de manhã, de tarde e de noite...então tinha dias que ele passava o dia todo na faculdade, eu tinha que ficar o dia todo com Luna (a filha) e escrever o TCC, ler e toda essa exigência...foi mais difícil nessa parte e logo após isso consegui escrever o TCC, apresentei e logo depois me formei e ela se formou junto comigo, hehehe...eu sempre falo que ela fez a licenciatura antes do fundamental e todos os outros bebês das outras mães, não só da Unilab como de todas outras universidades vão ter uma licenciatura antes mesmo da alfabetização e no geral é isso, foi isso...teve os seus momentos de percalços e de obstáculos mas também teve muitos momentos bons de aprendizado e de acreditar mais em mim e do que eu era capaz, do que eu sou capaz! (CARDOSO, 2020, p. 15).

Por meio desta fala é possível observar os encontros e entrelaçamentos que se materializaram na cidade de São Francisco do Conde, tendo uma relação de afeto que, de alguma forma, se entremeia com a vida universitária, envolvendo pessoas e estudantes originários de países diferentes. Isso sugere que as experiências estabelecidas nesse contexto, não ficam somente cingidas à perspectiva acadêmica e temporária na cidade, pois também brotam dimensões afetivas que contribuem para uma relação duradoura, além da existência da Unilab.

Existem estudantes africanos/as que frequentam determinados convívios, festas e eventos protagonizados por franciscanos/as e vice-versa, assim como tem aqueles que costumam *bater um baba*<sup>55</sup> nas quadras da orla e outros pontos da cidade; que desenvolvem ou participam em projetos e trabalhos de pesquisa sobre aspectos históricos e sociais de São Francisco do Conde; que ocupam cargos como professores de inglês nas escolas de ensino fundamental e médio; trabalham em determinados estabelecimentos comerciais como vendedores/as e como apresentadores de programas de comunicação da cidade. Também tem estudantes africanas que trabalham com confecção ou realização de tranças de cabelos femininos e vendas de tecidos, colares ou peças africanas; que trabalharam na confeitaria de pastéis e bolos; estudantes que participaram na criação, produção e realização de fotografias, vídeos clipes musicais e músicas de estilo rap local.

Desta forma, cabe refletir nesta pesquisa sobre as relações, os circuitos monetários, a mobilidade e as transformações que envolvem as/os franciscanas/os e as/os africanas/os, cotidianamente, na cidade, levando em consideração os conflitos e as afetividades existentes nessa realidade social. Também é preciso reconhecer que, desde 2014 até os dias atuais, alguns aspectos ainda permanecem e outros sofreram

---

<sup>55</sup> Uma expressão usada, sobretudo, por franciscanos que significa jogar bola ou futebol de salão.

transformações, no que concerne à convivência e à sociabilidade, sobretudo, entre franciscanos/as e africanas/os.

Porém, também é importante dizer que existe uma convivência estudantil na cidade, entre africanas/os e os/as demais estudantes brasileiros/as provenientes de outros locais da Bahia, como Candeias, Salvador, Santo Amaro, Acupe, Valença, Ilhéus e outras cidades, tal como de outros estados, a exemplo do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Assim como, existem relações e trânsitos desses estudantes africanos/as nas cidades vizinhas como, Candeias, Santo Amaro, Madre de Deus e até mesmo Salvador.

No que concerne aos efeitos causados pela pandemia de Covid-19 na vivência dos/das estudantes africanos/as, sobretudo entre os anos 2020 e 2021, a principal mudança que observei por meio das interlocuções foi a saída de estudantes africanos/as da cidade. Vários deles/as decidiram viajar para outros estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Ceará ou outras cidades na Bahia como Salvador e até mesmo decidiram voltar para os seus países de origem. Uma vez que não existia a obrigatoriedade de estar, presencialmente, na Unilab durante o período em que as atividades institucionais se encontravam no regime remoto.

Essas viagens e trânsitos se deram por causa das redes de contato e de parentesco que a maioria desses estudantes tem nessas cidades, estados e países. É o caso de um estudante angolano, que mesmo estando ainda vinculado à Unilab, decidiu no ano 2021 - durante a fase em que as aulas decorriam no regime remoto devido à pandemia da Covid-19 -, viajar para o estado de Santa Catarina (Florianópolis), onde já se encontravam os seus compatriotas e também estudantes da Unilab. Segundo o que esse estudante me contou, um dos seus objetivos foi trabalhar como *garçon* ou *barman* e “juntar mais dinheiro” para poder ajudar sua namorada a comprar uma passagem aérea para Angola. Pelo que pude perceber nesse diálogo, essa tem sido cada vez mais uma tendência entre os/as estudantes das mais diversas nacionalidades na Unilab: transitar para as capitais dos estados no Sul e no Sudeste brasileiro (São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), com o objetivo de encontrar trabalhos informais e “conseguir mais dinheiro”, com base nas suas redes de amizades, conhecidos/as e de parentesco.

Contudo, no decorrer da pandemia de Covid 19, outros estudantes africanos/as continuaram morando na cidade e, apesar da circulação dessas pessoas nas ruas e nos espaços públicos ter diminuído consideravelmente, aconteciam pequenos encontros, festas e convívios sociais entre os mesmos/as em casas dos próprios estudantes.

Também acontecia com frequência no cotidiano da vida social dos/das estudantes africanos/as, sobretudo aquelas/es que moravam no Centro da cidade, antes da pandemia de Covid-19 deflagrar, o pedido de carona num ponto específico da cidade, conhecido localmente como “Globo”, perto de um posto de gasolina. Esse local é usado para “pegar carona”, seja de moto ou de carro, com o objetivo de chegar mais rápido no destino que, nesses casos, era o prédio onde fica a Unilab. Esse local é estratégico porque fica na saída ou entrada do Centro, a caminho da saída ou entrada da cidade, pois o *campus* dos Malês fica entre os dois.

A distância do Centro para a Baixa Fria, a pé, pode durar entre 5 e 10 minutos. Todavia, pegando carona o tempo de deslocamento diminui. Mesmo que num dado momento, a partir de 2018, a Unilab começou o ciclo regular de transportes de estudantes por meio de ônibus escolares, em horários fixos pela manhã, início da tarde e início da noite, a carona ainda seguiu sendo uma forma dos/das estudantes chegarem mais rapidamente no *campus* porque alguns/umas perdiam o horário dos ônibus. Atualmente, com o regresso dos/das estudantes às aulas presenciais no *campus* dos Malês, a carona voltou a ser um dos recursos de circulação na cidade utilizados por muitos/as estudantes africanos/as.

## Novos caminhos

Figura 9: Primeiros/as estudantes africanos/as (guineenses) do *campus* dos Malês.



Fonte: página da Unilab<sup>56</sup>.

<sup>56</sup> Cf: < <https://unilab.edu.br/>>. Último acesso em 22 de dezembro de 2022.

Nessa foto, é possível ver que são 12 pessoas presentes na foto. A maioria delas está sorrindo para as lentes de um fotógrafo ou uma fotógrafa, com os ombros apoiados em parapeitos brancos. Por detrás deles é possível observar um carro, uma moto e uma espécie de lugar que se revela a partir de uma logomarca, também com destaque na imagem: Unilab - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Trata-se de uma universidade, ou seja, de um *campus* universitário. Porém, quem são as pessoas retratadas? De onde elas vieram? Quais os aspectos particulares presentes nessa foto? O que é e não é possível observar nessa fotografia?

Esses estudantes que aparecem na foto já estão trilhando novos caminhos, pois terminaram as suas graduações na Unilab e não se encontram atualmente em São Francisco do Conde, uma vez que a maioria transitou para outros locais ou estados do Brasil, outros países como Portugal e para os seus países de origem. O fato é que uma boa parte dos/das estudantes africanos/as nunca manifestou a intenção ou o desejo de permanecer na cidade onde a Unilab - *campus* dos Malês encontra-se sediada, sobretudo, logo após terminarem os seus vínculos acadêmicos e institucionais. Na realidade, a tendência é de todos/as estudantes provenientes dos Palop migrarem de São Francisco do Conde para outros lugares, percebidos como mais “movimentados” e com maiores oportunidades de lazer e de trabalho, tanto dentro como fora do Brasil.

Eu conheci as pessoas presentes nessa fotografia alguns meses depois dela ter sido tirada. Convivi com elas naquele espaço e fora dele também - certamente convivi (e ainda convivo) com uns/umas mais do que com outros/as - mas o fato é que os/as conheci por causa desse lugar chamado Unilab - *campus* dos Malês. Tal como eu, esses indivíduos vieram na condição de estudantes africanos/as; no caso específico das pessoas na foto, todos/as são de nacionalidade guineense. Essas pessoas fazem parte da primeira entrada de estudantes provenientes do continente africano, a turma 2014.1.

Os ciclos dos trânsitos desses estudantes, por exemplo, entre as mais diversas cidades e estados no território brasileiro não são estanques nem fixos, mesmo durante os momentos em que a maioria estava morando em São Francisco do Conde, o costume era de viajar nas férias ou nos recessos, seja por motivos laborais como também por razões de lazer e de visita a determinados parentes e amigos/as que se encontram em outros locais do Brasil.

Recentemente, por motivos acadêmicos, houve um momento de mudança ou necessidade de buscar novos caminhos e horizontes no meu percurso enquanto estudante universitário, notadamente a aprovação no doutorado na Universidade



Estadual de Campinas (Unicamp) e a minha consequente viagem para o estado de São Paulo. Cabe registrar que essa viagem por motivos estudantis e profissionais também foi atravessada por razões sociais e afetivas, que incluem, igualmente, a mudança e o trânsito da família que constituí no Brasil<sup>57</sup>.

Durante a minha trajetória de vida, desde 2015 até o dia 10 de março de 2022, entre a partida de São Tomé e Príncipe, a chegada na Bahia e o período de sete anos de experiências enquanto morador em São Francisco do Conde, nunca tinha morado fora desse estado, embora já tivesse transitado por outros estados como Ceará e São Paulo. A minha chegada em Campinas também foi perto da meia-noite, por isso, não pude deixar de comparar esta sensação de chegada com a primeira vez que “pus os pés” em Salvador, rumo a São Francisco do Conde. Afinal, tal como no dia 28 de janeiro de 2015, estava iniciando um novo ciclo de experiências em solo brasileiro. Esta mudança de estado me possibilitou estabelecer interlocuções com alguns/as estudantes africanos/as que reencontrei em Campinas, principalmente na moradia estudantil da Unicamp.

Com um desses estudantes, de nacionalidade angolana e que está fazendo mestrado em Química, eu já tinha contato porque o conheci em São Francisco do Conde, onde chegamos a partilhar alguns convívios na cidade e também nos corredores do *campus* dos Malês, onde ele cursou disciplinas do BHU. Foi a partir dessa interlocução que consegui uma vaga temporária como hóspede na moradia estudantil, junto com dois estudantes cabo-verdianos que só conheci, pessoalmente, após a minha chegada. Resumidamente, o meu trânsito para a cidade de Campinas foi assegurado pelas redes de relações, circuitos e contatos que foram realizados ao longo da minha trajetória enquanto estudante africano no Brasil, em São Francisco do Conde. Inclusive isso fez toda a diferença para uma melhor adaptação ao novo lugar.

No dia da viagem - dentro do avião em Salvador - quando estava à espera de que o voo decolasse; reconheci o rosto de um egresso angolano do *campus* dos Malês, também viajando naquele momento. Logo supus que o nosso destino seria o mesmo. Contudo, não tivemos a oportunidade de conversar durante o voo e nem após o desembarque. Trocamos ideias alguns dias depois da nossa chegada, dentro do ônibus universitário em direção à Unicamp, onde fiquei sabendo que ele tinha passado no

---

<sup>57</sup> Na época, o meu filho e a minha ex-companheira, proveniente da Guiné-Bissau, que é egressa da Unilab - *campus* dos Malês, também se mudaram para Campinas - SP em junho de 2022.

mestrado em Linguística, após terminar a licenciatura em Letras na Unilab - *campus* dos Malês.

A nossa presença na Unicamp chama atenção para um processo que tem acontecido com uma boa parte dos egressos/as e estudantes da Unilab: o trânsito majoritário dos/das estudantes para o Sudeste e o Sul do Brasil, para continuar os seus estudos de pós-graduação em universidades públicas situadas nessas regiões, buscando novos caminhos e horizontes. Sem perder de vista que, durante a pandemia de Covid-19, como foi comentado anteriormente, quando as aulas ainda não tinham voltado para o regime presencial, vários/as estudantes acabaram por se deslocar também por motivos laborais para cidades como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis.

Esse movimento de chegada em Campinas e na Unicamp está relacionado com um projeto de crescimento pessoal e social, que envolve uma busca de melhores condições de vida e de avanços na carreira profissional. Existem narrativas, a partir das redes de relações dos/das estudantes africanos/as, mas também de outros/as migrantes provenientes do continente africano, de que as regiões Sul e Sudeste oferecem mais oportunidades de emprego e possibilidades de conseguir bolsas ou financiamentos para a realização de pesquisas acadêmicas em universidades ditas renomadas e com maiores infraestruturas (por exemplo, laboratórios, hospital, creche, escolas e bibliotecas).

O fato é que, na perspectiva de alguns/umas estudantes africanos/as que passaram e terminaram suas graduações pela Unilab, com quem tive a oportunidade de conversar, existe uma nostalgia e forte apelo emocional em relação à mesma, como um berço de acolhimento estudantil e local onde aprenderam a dar os primeiros passos acadêmicos e profissionais. Porém, existe o reconhecimento de que, em termos de questões como “melhores condições de realização dos trabalhos/pesquisas”, “oportunidades de estudos nas pós-graduações” e “chances de melhores bolsas e auxílios”, na conjuntura atual, o *campus* dos Malês ainda tem pouco a oferecer. Ao mesmo tempo, também existe o reconhecimento por parte desses estudantes egressos/as, de que a Unilab ainda é uma universidade “jovem” e que, como disse um desses estudantes de origem moçambicana e que fez o curso de Relações Internacionais, “ainda tem muito a crescer e evoluir”.

Isto porque, no caso da Unicamp, nós os/as estudantes egressos/as da Unilab, assim como muitos outros estudantes vinculados/as a esta universidade em Campinas, tivemos a oportunidade de concorrer para as bolsas auxílios alimentação, moradia, transporte e o Programa de Moradia Estudantil (PME). Nesta seara, todos/as nós

conseguimos a isenção nos restaurantes universitários ou bolsa alimentação. No caso dos dois estudantes egressos angolanos, eles conseguiram também uma vaga na PME, por meio do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp.

Neste quesito, a vivência no estado de São Paulo, na cidade de Campinas e na Unicamp surge como um novo horizonte, é possível ampliar as redes de relações e conexões, além de almejar melhores perspectivas e confortos em termos de crescimento pessoal e profissional. Felizmente tive a oportunidade de ser contemplado por uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de R\$2.200 no doutorado, que me tem ajudado a manter na cidade e na universidade. É também importante afirmar que os valores desta bolsa tiveram um reajuste e aumento, iniciado no mês de março de 2023, para R\$3.100<sup>58</sup>.

Entretanto, o distrito de Barão Geraldo em Campinas - onde a Unicamp se encontra - é um lugar com um custo de vida muito alto em comparação às cidades como São Francisco do Conde, Cachoeira e Santo Amaro, situadas na Bahia. Por exemplo, a especulação imobiliária torna-se enorme pelo fato do lugar ser considerado um distrito universitário, tal como acontece com muitas outras cidades universitárias no Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Na Unicamp, o regresso às aulas presenciais permitiu que eu conhecesse muitas pessoas provenientes do estado de São Paulo e estudantes provenientes de estados como Maranhão, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia e Piauí, além de países como Colômbia, Perú, Paraguai, República Democrática do Congo e Gana. Assim como os/as estudantes de Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Moçambique que não tiveram passagens ou vínculos com a Unilab - *campus* dos Malês. Embora alguns/umas deles/as já tivessem uma mínima noção sobre a existência desta universidade em São Francisco do Conde na Bahia e Redenção no Ceará.

Em março de 2023, chegaram mais estudantes africanos, que, como eu e mais alguns, também fizeram as suas graduações no *campus* dos Malês. Dois deles são provenientes da Guiné-Bissau e um de Cabo Verde e todos vieram com o propósito de fazer as pós-graduações na Unicamp. Eu fui uma das pessoas que eles contataram para saber mais informações sobre a universidade, inclusive hospedei um deles na casa que alugo, durante vários dias, tendo como base as redes de relações e círculos de amizades já estabelecidas em São Francisco do Conde.

---

<sup>58</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-e-cnpq-aumentam-bolsas-de-pos-graduacao-em-40>. Acesso dia 04 de abr. de 2023 às 04h51.

Ao longo de algumas conversas que tive com esses estudantes, hoje na condição de egressos da Unilab, percebo a existência de um agradecimento e enaltecimento dessa fase e momento das suas carreiras acadêmicas na Unilab como cruciais para os seus desenvolvimentos e crescimentos profissionais. Mas também há um reconhecimento e, de certa forma, preocupação em relação ao futuro da Unilab, especialmente, do *campus* dos Malês, que até a atualidade continua sem um prédio capaz de dar conta das demandas estudantis, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

Inclusive, em conversa com dois desses interlocutores, o estudante cabo-verdiano e o guineense, ambos manifestaram vontade de voltar em algum momento como professores para a Unilab - *campus* dos Malês. “Seria muito bom voltar e dar aulas na Unilab...eu tenho esse objetivo”, falou o estudante cabo-verdiano que é egresso do curso de Relações Internacionais desde 2019. Mas o mesmo também manifestou interesse de regressar para Cabo-Verde e se tornar num político influente e quem sabe presidente da república: “Por isso estou fazendo Ciência Política, né!”, disse ele entre risadas.

É interessante perceber também que, os novos horizontes desses estudantes vão sendo tecidos com base nos lugares onde nasceram, passaram e criaram vínculos. Essa perspectiva de estar em trânsito e em movimento, chama atenção para uma necessidade de regresso, seja para o *campus* dos Malês, como para o seu país de origem. No decorrer das suas trajetórias de vida, as possibilidades de tudo isso concretizar-se não parece impossível, mesmo que ainda haja uma incerteza sobre o futuro e o que ele reserva para esses “estudantes transatlânticos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito ao longo desta dissertação, a minha experiência enquanto estudante da Unilab - *campus* dos Malês, de certo modo, se iniciou desde que me inscrevi para uma das vagas nesta universidade em 2014. No ano seguinte, após ter sido aprovado na prova de admissão realizada em São Tomé e Príncipe, em janeiro de 2015, tive a oportunidade de viajar para o Brasil e iniciar a minha experiência enquanto são-tomense e africano em território brasileiro. Foram nessas circunstâncias que conheci o *campus* dos Malês e a cidade de São Francisco do Conde na Bahia.

É importante dizer que, em São Tomé e Príncipe, já tive a oportunidade de estabelecer conexões e redes de relações com estudantes são-tomenses que também foram aprovados/as na Unilab, fundamentalmente, para os *campis* no Ceará. Foi uma fase marcada pela curiosidade, ânsia e vontade de conhecer novas pessoas e um novo país. Porém, também foi um momento marcado pelas incertezas, pois uma boa parte de nós, não tinha sequer ideia de quando ou como regressaríamos para os nossos países, por mais que fosse esse o nosso maior objetivo na época: estudar, obter o diploma de graduação e regressar para STP.

Tanto o processo de partida dos países de origem (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) como de chegada no Brasil foram protagonizados por trânsitos. Esses trânsitos não se resumem apenas à ideia de viajar de um país para o outro e de um continente para o outro de avião, isto porque esses trânsitos também são atravessados por trajetórias, histórias e movimentos que acompanham a vida e as relações que esses estudantes constroem no decorrer desse processo de viagem transatlântica.

O fluxo de estudantes africanos/as e brasileiros/as para estudar na Unilab - *campus* dos Malês continua ativo na atualidade. De 2014 até os dias correntes, muitas têm sido as transformações e dinâmicas que ocorrem dentro da própria universidade, na cidade de São Francisco do Conde e nas redes de relações e trânsitos de estudantes africanos/as situados/as nesse contexto. Neste trabalho, uma parte significativa dos meus interlocutores são estudantes egressos/as do *campus* dos Malês, principalmente das turmas dos anos 2014, 2015 e 2016, e uma parte ínfima são estudantes das entradas ou turmas 2021.1 e 2021.2.

Foi possível observar ao longo desta pesquisa, que há uma tendência da maioria dos/das estudantes africanos/as da Unilab - *campus* dos Malês chegarem no território

brasileiro sem se reconhecer enquanto pessoas negras. Esse reconhecimento acontece, sobretudo, por meio das redes de relações estabelecidas dentro e fora da universidade. Especialmente, com estudantes brasileiros/as, professores e a discussão acadêmica que se dá na universidade. Esse processo de racialização acontece devido às trocas entre os/as estudantes africanos/as veteranos/as da universidade e estudantes calouros/as.

Os trânsitos transatlânticos desses estudantes são marcados por uma ideia de desenvolvimento, progresso e busca de uma vida melhor, que passa pelo território brasileiro e pela Unilab, nesse caso, *campus* dos Malês. Muitos/as são aqueles que ainda almejam regressar para os seus países de origem e contribuir para o crescimento dos mesmos, nos mais diversos aspectos, passando pela educação, pela política, pela diplomacia e pela sociedade. Mas vários/as são os/as que continuam os seus trânsitos por outros locais no território brasileiro (por exemplo a região Sul e Sudeste), assim como pelo continente europeu (por exemplo, Portugal, Inglaterra e França), sem retornarem “definitivamente” para os seus países de nascença.

A perspectiva de retorno não é fixa e nem definitiva para esses estudantes, mas sim um processo que se encontra em movimento e susceptível de se transformar conforme a necessidade e as condições existentes nos países e locais onde transitam. Esse retorno está relacionado com as redes de relações que são estabelecidas nesses locais de trânsito, que podem tornar-se lugares “permanentes” para esses estudantes, como é o caso do Brasil, os estados e as regiões que o compõem enquanto um país. Isto porque vários dos/das meus/minhas interlocutoras se referem ao Brasil como “uma segunda casa”.

De acordo com a antropóloga Neusa Maria de Gusmão (2011) o *estar aqui* em território brasileiro, para vários/as estudantes africanos/as, prolonga-se entre a graduação, o mestrado e o doutorado, podendo envolver ainda o pós-doutorado e, inclusive, alguns/umas se tornam professores universitários/as. Por vezes, também inclui a constituição de uma família, além da inserção profissional no mercado de trabalho e, assim, a volta ao país de origem vai sendo adiada, como algo que permanece no horizonte, uma vez que a maioria afirma ter o desejo de voltar em algum momento. O que significa, em contrapartida, que fixar-se, criar raízes pelo casamento, com filhos que aqui nascem e pela inserção profissional, não resulta, necessariamente, na certeza de estar no Brasil de modo permanente.

É interessante observar que, as perspectivas de continuidade, nesse caso, de uma carreira acadêmica e docente, iniciada na graduação, passando pela pós-graduação e

chegando numa carreira docente nas universidades brasileiras, se tem tornado uma forma cada vez mais usual desses estudantes permanecerem no Brasil. Mas também é importante pontuar que, conforme a minha experiência de vida e observações em campo, esta não é uma opção profissional - pelo menos entre os/as estudantes africanos/as, sobretudo egressos/as da Unilab, *campus* dos Malês - muito procurada e almejada, pois ainda são poucos/as aqueles/as que têm esse objetivo como algo a ser alcançado num futuro não muito distante.

Com base nas interlocuções estabelecidas com os/as estudantes africanos/as no decorrer desta pesquisa, a opção de um futuro emprego e as possibilidades de trabalho pós-Unilab, passam por carreiras na diplomacia, política, administração e comércio, que não estão, exclusivamente, relacionadas com um regresso aos seus países de origem.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Michele Santana Pacheco de. As experiências na terra do outro: as percepções dos (as) estudantes guineenses sobre estar fora do seu lugar. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, 2019.

BATHILLON, Aldine Valente. Estudantes guineenses: da educação secundária na Guiné-Bissau à educação superior na Unilab, Brasil. 2016. 100 f.: il. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

BEDAM, Amadú Victor. A imagem da África no Recôncavo Baiano: conceitos sobre africanos em São Francisco do Conde-Bahia. 2017. 22 f.: il. Projeto de Pesquisa (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017.

BENDO, Margarida Duete Lourenço. Estranhamento e convivência dos estudantes africanos em São Francisco do Conde. 2016. 58 f.: il. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

BORINI, Felipe Mendes; RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira; COELHO, Fernanda Peixoto; PROENÇA, Eduardo Rezende. O prisma da internacionalização: um estudo de caso. **Faces R. Adm.** · Belo Horizonte · v. 5 · n. 3 · p. 42-55 · set./dez. 2006.

DE LUCCA, Daniel; BUTI, Rafael Palermo. Os Malês nas margens do Atlântico Negro: desafios da interiorização e da internacionalização da Unilab no Recôncavo Baiano. **Anuário Antropológico** v. 46, n. 1, 2021.

CABRAL, João de Pina. Lusotopia. In: **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA, 2014.

CARDOSO, Lauro José. Tornar-se mãe: narrativas das jovens mulheres africanas em São Francisco do Conde (BA) / Lauro José Cardoso (Org.). - Salvador: [s. n.], 2020.

CEREIJIDO, Fanny Blanck. O olhar sobre o estrangeiro. **Psicanálise e Cultura**. 31 (47), São Paulo, 2008.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada: por quem? Texto retirado de Gopal Balakrishnan (Editor), *Mapping the nation*, (introdução de Benedict Anderson), Verso, Londres, 1996, pp. 214-225.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla; MOROSINI, Marília Costa; FELICETTI; Vera Lucia. Internacionalização da Educação Superior na Perspectiva Sul-Sul: Movimentos e



Contextos Emergentes em Tempos Pandêmicos. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP v.8, 2022.

DUTRA, Edineia Aparecida Machado. O trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil das universidades federais UNILA e UNILAB. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa da Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. O pensar e o agir de docentes universitários a partir das fissuras e brechas decoloniais: As relações étnico-raciais em foco na pós-graduação. 2020. 186 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2020.

GILROY, Paul. Cap.1. O Atlântico negro como contracultura da modernidade. In: **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afro-brasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, 24, 2013.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “Na Terra do Outro”: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. **Dimensões**, vol. 26, 2011.

HALL, Stuart. Parte 1. Pensando a Diáspora: Reflexões sobre a terra no exterior. In: **Da Diáspora, Identidades e Mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HUMBOLDT, von Wilhelm. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, von Wilhelm. **Um mundo sem universidades?** Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 1997.

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996.

IBGE, panorama da cidade de São Francisco do Conde. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso dia 10 de setembro de 2021, às 12h34.

IÉ, Nivaldo Casimiro. A imigração temporária dos estudantes guineenses na Bahia-Brasil: a procura de uma formação para o desenvolvimento nacional. 2016. 75 f. : il. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

JOSEPH, Handerson. Diaspora. Sentidos sociais e Mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 21, n. 43, 2015.

KALY, Alain Pascal. O Ser Preto africano no «paraíso terrestre» brasileiro: Um sociólogo senegalês no Brasil. **Lusotopie**, 2001.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Vol. 8, nº 1, 2017-  
\_\_\_\_\_. Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

LIMA, Manolita Correia; PROLO, Ivor; ASSUNPÇÃO, Solange Rodrigues Bonomo; LEAL, Fernanda (org.). **Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas**. GALA, Irene Vida. Unilab: uma nova proposta de política externa para o Brasil na educação superior. Blumenau: Edifurb, 2021.

LOPES, Marcos Carvalho (Org.). **BotAfala: ocupando a Casa Grande**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, 74, 2006.

MASSEY, Douglas. “Economic development and international migration in comparative perspective”. **Population and Development Review**, 14: 383-413, 1988.

MALOMALO, Bas`Ilele. Desafios de gestão multicultural numa universidade internacional: caso da UNILAB. **Tensões Mundiais**, v.14, N.26, 2018.

\_\_\_\_\_. LOURAU, Julie; SOUZA, Osmaria Rosa. A Unilab na perspectiva da cooperação sul-sul: uma análise crítica decolonial africana. **Cadernos do CEAS**, n. 245, 2018.

MENDES, Leonel Vicente; CAMBANCO, Deuinalom Fernando; BACURIM, Felisberto Júnior Pedro. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB: uma universidade decolonial e afrocentrada. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, São Francisco do Conde (BA) | v.1, nº 2, 2021.

MILANI, Carlos; CONCEIÇÃO, Francisco; M`BUNDE, Timóteo. Cooperação Sul-Sul em Educação e Relações Brasil-PALOP. Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. 76, p. 9-12, Jan./Abr. 2016.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. MUNANGA, Kabenguele. Prefácio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNDIAL, Banco. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt>, 2021.

MUÑOZ, Enara Echart. A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África. Introdução. Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. 76, p. 9-12, Jan./Abr. 2016.

NOBRE, Clarissa Diniz Diógenes. Timorenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab): encontros e desencontros de uma experiência. 2015. 93 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2015.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.

PNUD. Disponível em: <https://www.br.undp.org>, 2021.

PEIRANO, Mariza. "Sem lenço, sem documento": reflexões sobre cidadania no Brasil. **Sociedade e Estado: revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB**, 1986.

PONTE, site. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-universidade-preta-segue-sem-um-predio-proprio-em-plena-pandemia/>. Acesso no dia 28 de set. de 2021 às 20h16.

PT, partido dos trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-sancionou-lei-que-colocou-a-historia-afro-brasileira-nas-escolas/>. Acesso dia 27 de out. de 2021 às 17h22.

REIS, João José. A Revolta dos Malês. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>. Acesso em: 11 de jun. de 2021.

REIS, Leodineia da Costa. Estudantes PALOP/UNILAB: Encantos e desencantos além do Atlântico na Unilab. 2020. 165f., il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras, Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Bahia, 2020.

RODRIGUES, Ítalo Mariano Araujo. História, Identidade e Cooperação: a África na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Cadernos de aulas do LEA**, n.8, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da universidade à pluriversidade e à subversidade. In: **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANSONE, Sílvio. Da África ao Afro: Uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. **Afro-Ásia**, 27, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. A Introdução e o Capítulo 3: O que é um imigrante? In: **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1991.

SEVERO, Cristine Gorski. Lusofonia, colonialismo e globalização. **Fórum linguistic.**, Florianópolis, v.13, n.3, p.1321 - 1333, jul./set. 2016.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a migração. 26ª Reunião

Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SILVA, Maria Audeires de Lima; FARIA, Maria Vilma Coelho Moreira. A Interiorização da Educação Superior: Desafios e Oportunidades Vivenciadas Pelos Egressos Redencionistas da UNILAB. **IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI - EnAPG**, 2022.

SILVA, Rolsaete Ludmila. Cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil na educação: programa de estudantes convênio de graduação (PEC-G) na UFSC. 41f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Florianópolis, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições graal, 1983.

SEVERO, Cristine Gorski. Lusofonia, Colonialismo e Globalização. **Fórum linguistic.**, Florianópolis, v.13, n.3, p.1321-1333, jul./set. 2016.

SUMBA, Julio Quintino Cam-Nate. Estudantes africanos na Unilab Campus dos Malês (São Francisco do Conde) entre os anos 2014-2018. 2019. 67 f.: il. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

TCHAM, Ismael. Estar, Ficar e Retornar: Estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2016.

UNILAB, site eletrônico. Disponível em: <https://unilab.edu.br/>, 2021.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1, 2008.

VEGA SANABRIA, Guillermo. Um antropólogo na Mata ou Valores e ideais da formação universitária após a expansão. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 1, pp. 58-77, janeiro-abril/2021.

\_\_\_\_\_. De ideias encantadas sobre a pesquisa em antropologia. In: **E quando a limonada antropológica azeda de vez?** Org. TONIOL, Rodrigo; FLEISHER, Soraya. Editora Zouk: Porto Alegre, 2023, v. 1, p. 21-41.

WEBER, Silke. Marcas da Reforma Universitária de 1968 e novos desafios para a universidade brasileira. **Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. IS. n. 2, 2009.